

ISA RAFAELA ALVES

**RESILIÊNCIA ESPACIAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DESAFIOS
RELACIONADOS AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM TERRAS DE USO
COMUM**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Nathália Thaís Cosmo da Silva

Coorientador: Marcos Vinicius Sanches Abreu

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

A474r
2020

Alves, Isa Rafaela, 1992-

Resiliência espacial em comunidades quilombolas : desafios relacionados ao uso e ocupação do solo em terras uso comum / Isa Rafaela Alves. – Viçosa, MG, 2020.

106 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Nathália Thaís Cosmo da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.90-106.

1. Quilombos -Zona da Mata (MG : Mesorregião) .
2. Quilombos - Amazônia. 3. Comunidades de escravos fugitivos.
4. Solo rural - Uso. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 362.8496981

ISA RAFAELA ALVES

**RESILIÊNCIA ESPACIAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DESAFIOS
RELACIONADOS AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM TERRAS DE USO
COMUM**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 03 de novembro de 2020.

Assentimento:

Isa Rafaela Alves
Autora

Nathália Thaís Cosmo da Silva
Orientadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me acompanharam nesta jornada. Principalmente a Nathália Thaís que teve a paciência de me orientar nesses dois anos. A Ana, minha mãe e meu irmão por sempre estarem do meu lado nos momentos difíceis. Agradeço aos meus amigos Marcela e Vinícius que sempre me fortaleceram quando duvidei da minha capacidade. Agradeço a Carol, Luís e Jéssica pelo tempo disponibilizado para entender e apontar melhorias importantes para minha pesquisa. Agradeço ao Julius e a Carina por terem me recebido com tanto carinho no Buieié.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

RESUMO

ALVES, Isa Rafaela, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2020. **Resiliência espacial em comunidades quilombolas: Desafios relacionados ao uso e ocupação do solo em terras uso comum.** Orientadora: Nathália Thaís Cosmo Silva. Coorientador: Marcos Vinicius Sanches Abreu.

O uso e ocupação do solo em comunidades tradicionais muitas vezes está ligado a uma perspectiva de valorização do território para o uso de forma coletiva, contudo, as propriedades do entorno usualmente não seguem o mesmo padrão de uso, o que pode levar a conflitos e influenciar na mudança da perspectiva do que é a terra para os membros de comunidades tradicionais. A pesquisa ocorreu ao longo do ano de 2020 e pretende conhecer a dinâmica espacial de uso e ocupação de terra de comunidades quilombolas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica e analisar quais os principais desafios vivenciados por estas comunidades do ponto de vista da resiliência espacial em terras de uso coletivo ou compartilhado. Uma está localizada na Zona da Mata Mineira, a comunidade do Buieie presente no município de Viçosa, e outra na Amazônia, a comunidade Santa Fé presente em Costa Marques em Rondônia. Para a análise, juntamente à revisão bibliográfica, foi usada a fotointerpretação de imagens do Google Earth Pro. Para a comunidade do Buieie foram usadas imagens dos anos de 2002 e 2020, a partir da fotointerpretação foram estabelecidas 6 classes: Floresta Nativa; Silvicultura; Agricultura; Pastagem; Construções rurais e Área Urbana, as classes que são de interesse do trabalho foram classificadas como “Demais classes”. Para a comunidade de Santa Fé, os anos analisados foram de 2005 e 2020, as classes foram: Floresta Nativa; Agricultura; Pastagem; Construções Rurais e Área Antropizada. Para os usos que não são relevantes para o estudo foi atribuído a classe “Demais classes”. Os cálculos e composição dos mapas foram feitos no software QGIS. Do ponto de vista da articulação das categorias analíticas as principais conclusões deste estudo são que as terras quilombolas são consideradas de uso comum principalmente pelo histórico de ocupação quilombola, em que a terra é usada coletivamente para cultivo de subsistência, por este modo de vida ir de encontro ao desenvolvimento rural que valoriza a produtividade e monocultivos e pela legislação que atribui o título de uso coletivo para essas comunidades, no entanto, nos dois casos estudados as comunidades passaram por longos períodos de instabilidades em relação a regulamentação fundiária. A comunidade de Santa Fé obteve o título em 2018, após dez anos de espera, e a comunidade do Buieie ainda aguarda o processo de titulação. Este fator intensifica a

vulnerabilidade de comunidades tradicionais. Além disso, o padrão de ocupação das comunidades estudadas está diretamente ligado ao padrão do entorno. Em Santa Fé, envolta por extensos pastos, houve o aumento das áreas antropizadas, conseqüentemente, uma maior fragmentação florestal, maior índice de construções e de pastagem na área do remanescente de quilombo. No Buieié, houve um aumento nos plantios de eucalipto, assim como no entorno, há alta presença de cafezais e é perceptível um padrão de crescimento urbano no sentido da comunidade. Os dados obtidos apresentam uma baixa resiliência espacial, visto que a conectividade entre entorno e comunidade levou a uma fraca diversificação produtiva e uma menor interdependência entre os elementos.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Resiliência. Uso e ocupação do solo.

ABSTRACT

ALVES, Isa Rafaela, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2020. **Spatial Resilience in Quilombola Communities: Challenges Related to The Land Use And Land Occupation in Common Lands.** Adviser: Nathália Thaís Cosmo Silva. Co-adviser: Marcos Vinicius Sanches Abreu.

The land use and land occupation in traditional communities is often linked to a perspective of the common use of the territory. The surrounding properties usually do not follow the same pattern of use, which can lead to conflicts and also can influence the change of the perspective of what land is for members of traditional communities. This study occurred in the year of 2020 and focuses on the spatial dynamics of land use and occupation of quilombola communities of the Atlantic Forest and Amazon forest and analyzes the main challenges experienced by these communities based on spatial resilience in collective or shared use lands. For this, we studied two communities: the community of Buieié, in Viçosa, in the Zona da Mata Mineira, and the community of Santa Fé, in Costa Marques, Rondônia, in the Amazon forest. Besides the literature review, we also used photointerpretation of images collected from Google Earth Pro to analyze changes in landscape from both locations. The community of Buieié was classified images of 2002 and 2020 through 6 categories: native forest; Eucalyptus; Agriculture; pasture; rural establishments and Urban Area. For the community of Santa Fé, the images of 2005 and 2020 were classified by: native forest; Forestry; Agriculture; pasture; rural establishments, and Anthropized area. The calculations and composition of the maps were done in the QGIS software. We concluded that the history of quilombola occupation still plays an important role in the common use of the community lands, the property is used collectively for subsistence farming. Since this way of life does not meet the standard rural development concept that enhances the productivity and monoculture, and because legislation protects their rights regarding the collective use of the land by providing certification, in both cases the communities have gone through long periods of instability concerning the regulation of land tenure. The community of Santa Fé obtained the certification in 2018, ten years after the beginning of the regularization process, and the community of Buieié is still waiting for the certification. This intensifies the vulnerability of traditional communities. Moreover, the pattern of land occupation of the studied communities is directly linked to the pattern of the surrounding areas. In Santa Fé, surrounded by extensive pastures, there was an increase in anthropized areas, leading to greater forest fragmentation,

and a higher index of buildings and pasture in the area of the remaining quilombo. In Buieié, there was an increase in eucalyptus plantations, just as in the surrounding area, there are considerable coffee plantations and a noticeable pattern of urban growth towards the community. The data obtained revealed that the communities exhibit low spatial resilience since the connectivity between the surroundings and community led to a weak productive diversification and a lower interdependence between the elements.

Keywords: Quilombola community. Resilience. Land use.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação das categorias analíticas.	22
Figura 2: Linha do tempo do marco legal quilombola.	23
Figura 3: Aplicação do termo Common Lands no Brasil.	30
Figura 4: Localização da comunidade quilombola Santa Fé e Buieié.	34
Figura 5: Local da área de estudo.	35
Figura 6: Área de ocupação da comunidade Buieié.	37
Figura 7: Localização da comunidade Santa Fé.	38
Figura 8: Comunidade Santa Fé.	39
Figura 9: O conceito de resiliência em estudos relacionados a comunidades quilombola.	45
Figura 10: Área de classificação.	48
Figura 11: Classificação do uso e ocupação da comunidade Buieié no ano de 2002.	49
Figura 12: Classificação do uso e ocupação da comunidade Buieié no ano de 2020.	50
Figura 13: Uso e ocupação da terra no entorno da comunidade no ano de 2002.	51
Figura 14: Uso e ocupação da terra no entorno da comunidade no ano de 2020.	51
Figura 15: Estabelecimentos vizinhos à comunidade quilombola Buieié.	54
Figura 16: Comunidade quilombola Buieié.	54
Figura 17: Comunidade do Zig-Zag.	55
Figura 18: Representação das comunidades mais próximas ao centro da cidade.	56
Figura 19: Área de classificação.	68
Figura 20: Uso e ocupação do solo na comunidade quilombola Santa Fé em 2005.	69
Figura 21: Uso e ocupação do solo na comunidade quilombola Santa Fé em 2020.	70
Figura 22: Uso e ocupação do solo no entorno da comunidade quilombola Santa Fé em 2005.	72
Figura 23: Uso e ocupação do solo no entorno da comunidade quilombola Santa Fé em 2020.	72
Figura 24: Listagem de vulnerabilidades das comunidades de Santa Fé e Buieié.	79
Figura 25: Fatores de resiliência espacial e de comunidades.	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Objetivos e organização textual.....	17
Tabela 2: Chave de identificação dos elementos de classificação das imagens.....	47
Tabela 3: Classificação do uso do solo na área ocupada pela comunidade Buieié nos anos de 2002 e 2020.	52
Tabela 4: Classificação do uso do solo na área ocupada pelo entorno da comunidade quilombola Buieié nos anos de 2002 e 2020.	52
Tabela 5: Comunidades quilombolas de Rondônia e sua situação de regularização fundiária.	65
Tabela 6: Classes de identificação do Uso e Ocupação da Terra.	67
Tabela 7: Área de ocupação das classes de uso do solo em Santa Fé em 2005 e 2020.....	70
Tabela 8: Área de ocupação das classes de uso do solo em no entorno em 2005 e 2020.	71

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CMDR - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural

CWA - Clima Subtropical Úmido

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG - Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição Alimentar

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RESEX – Reserva Extrativista

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

VAR - Variedade de Alto Rendimento

VGI - *Volunteered Geographic Information*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.2. Metodologia	18
1.2.1. Contextualização da pesquisa	18
1.2.2. Fotointerpretação	20
1.2.2. Estudo Comparativo	21
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	22
2.1. Comunidades quilombolas: compreensão histórico sociológica e legislativa	22
2.2. Terra coletiva	27
2.3. Resiliência	31
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	34
3.1. Buieié.....	34
3.2. Santa Fé	37
4. DINÂMICA ESPACIAL DE USO E OCUPAÇÃO DE TERRA NA REGIÃO DA COMUNIDADE BUIEIÉ, MINAS GERAIS	40
4.1. Introdução	40
4.1.1. Comunidades quilombolas e a relação urbano-rural	40
4.1.2. Estratégias de resiliência em comunidades quilombolas	44
4.2. Metodologia: A aplicação da fotointerpretação para análise de uso e ocupação da terra	46
4.3. Resultados e discussões	48
4.3.1. Análise do uso e ocupação de terra na comunidade Buieié e região	48
4.4. Conclusão	57
5. DINÂMICA DO USO E OCUPAÇÃO DE TERRA NA COMUNIDADE SANTA FÉ, RONDÔNIA.....	58
5.1. A influência da ocupação do Estado de Rondônia nas comunidades tradicionais.....	62
5.2. Comunidades quilombolas em Rondônia	64
5.3. Metodologia: Fotointerpretação da comunidade Santa Fé e as chaves de identificação	67
5.4. Resultados e discussões.....	69
5.4.1. Análise do uso e ocupação da terra na comunidade Santa Fé.....	69

5.5. Conclusão.....	74
6. TERRAS COLETIVAS ENQUANTO FATOR DE PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	74
6.1. Introdução	74
6.1.1. Metodologia	77
6.2. Os quilombos e suas vulnerabilidades	77
6.3. <i>Common lands</i> e resiliência	80
6.4. Conclusão.....	85
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	90

1. INTRODUÇÃO

As características históricas da constituição e configuração da dinâmica de uso da terra em comunidades tradicionais¹ são baseadas em um sistema cultural que valoriza o uso coletivo da terra e a reprodução das práticas culturais, que, não raro, estão em consonância com estratégias de conservação da biodiversidade. Por outro lado, a dinâmica de uso da terra do entorno dessas comunidades, por meio da mecanização dos processos de plantio e colheita e a otimização da produção agrícola/florestal, pode ser dissonante dos usos e formas tradicionais de reprodução dos meios de vida em comunidades quilombolas. Muitos conflitos entre essas comunidades e outros atores sociais do meio rural culminaram em embates violentos, promovendo o apagamento de culturas ancestrais, com inúmeras comprovações acadêmicas (LEITE, 2010; MONTEIRO, 2015; KUJAWA, 2015; NASCIMENTO, 2018; HASSELMANN; et al., 2019). Somado aos problemas sociais, o incremento da vulnerabilidade nessas comunidades se relaciona a problemas ambientais como queimadas, assoreamento, perda de biodiversidade em decorrência dos conflitos.

As comunidades quilombolas cujas dinâmicas de uso de solo se pretende analisar no presente estudo estão inseridas nos biomas da Mata Atlântica e da Floresta Amazônia. Apesar das diferenças, ambos ecossistemas são de alto valor ecológico, e acredita-se que a presença de comunidades quilombolas nesses espaços é um fator de valorização da sociobiodiversidade. No entanto, a sociobiodiversidade² presente nesses sistemas socioecológicos³ encontra-se ameaçada pela ação antrópica irrefletida. O processo de ocupação da Mata Atlântica foi baseado na exploração florestal, sendo o bioma mais exposto aos colonizadores uma vez que a chegada dos portugueses ao território brasileiro se deu pelo oceano Atlântico. Não por acaso, o primeiro projeto de restauração florestal no Brasil ocorreu na floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, em 1862, executado devido à excessiva ocupação de plantios de café e cana de açúcar na região que ocasionaram na falta água para o abastecimento da cidade (DRUMMOND, 1988). Apesar deste indício de preocupação com a

¹ Segundo o Art. 3º do Decreto nº 6040/2007, “povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

² A sociobiodiversidade relaciona os “bens e serviços gerados à partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.” (Gerência de Agroextrativismo DEX/SEDR/MMA, p. 18).

³ É caracterizado pela relação do sistema socioeconômico com fatores ambientais (OSTROM, 2007; ZIPPERER et al., 2011).

recuperação da mata remontar ao século XIX, esta preocupação não foi disseminada, considerando que, segundo o S.O.S Mata Atlântica (2019), apenas 12,4% deste bioma encontra-se preservado. O estado de Minas Gerais contava originalmente com cerca de 27 milhões de hectares de floresta, e em 2018 o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica (2018) apontou uma área de pouco mais de 3 milhões de hectares de Mata Atlântica.

A ocupação da Amazônia ocorreu mais tardiamente se comparada à Mata Atlântica, com expedições datadas desde meados do século XVI até o início do século XVII (MANOEL, 1991), por se tratar de uma região mais distante dos centros urbanos até então existentes, e de difícil acesso. A habitação do bioma se deu originariamente por povos indígenas, mas a partir de tais expedições passou a ser também composta por atores sociais advindos do processo de colonização, como produtores de pequena escala ou agricultores familiares, madeireiros, pecuaristas, posseiros e grileiros (BECKER, 2001; MARGULIS, 2000). Segundo os mesmos autores, o incentivo à colonização amazônica foi promovido por programas governamentais e com o apoio internacional, gerando uma onda de ocupação natural de pessoas que estavam buscando uma nova oportunidade de vida. Estas novas formas de ocupação foram primeiramente baseadas na extração dos recursos naturais, para, em seguida, as áreas serem usadas para a agricultura e pecuária em favor do modelo de desenvolvimento rural moderno de monoculturas, um sistema gerador de conflitos que suprimiu comunidades tradicionais (SILVA; DANDOLINI, 2018).

Diante do recorrente cenário de degradação ambiental no Brasil e no mundo, estudiosos convidaram a sociedade a repensar o modelo de desenvolvimento rural sob o argumento de que os recursos ambientais são finitos e cada vez mais escassos (ABRAMOVAY, 2000). Assim, um novo modelo de uso sustentável da terra e um modelo de produção integrado que valoriza as culturas locais foi proposto (ALMEIDA, 1995; WARD; MCNICHOLAS, 1998; SCHNEIDER, 2004). Em seguida, algumas políticas públicas de desenvolvimento local também entraram em vigor como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destacando as linhas de crédito para sistemas agroflorestais e agroecológicos (BNDES, 2020), o Plano Nacional para a Promoção da Sociobiodiversidade (PNBSB) instituído para garantir o acesso de comunidades rurais a benefícios econômicos e promover o desenvolvimento sustentável (MMA, 2020), e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para comunidades rurais e tradicionais (MAPA, 2020) que tem em seus princípios o desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. Estas iniciativas favoreceram diversas culturas e atores sociais historicamente marginalizados, dentre as quais encontram-se as comunidades quilombolas.

Os remanescentes de quilombos são povos caracterizados pela descendência africana e pela relação íntima com a terra, mas a identidade quilombola é muito mais complexa do que esta definição. Essa forma de ocupação do espaço se originou de fugas dos escravos das fazendas, mas é possível comprovar que a formação destes ambientes seguros também aconteceu depois do término legal da escravidão (MELO, 2008). O hiato de cem anos entre a abolição da escravatura do Brasil, em 1888, e o primeiro reconhecimento do direito de propriedades às comunidades quilombolas, na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, evidencia a morosidade com que as demandas atores sociais são reconhecidas pelo Estado e pela sociedade brasileira.

Nos últimos anos, algumas políticas públicas para o meio rural incluíram as comunidades quilombolas em sua agenda, como a própria PNATER, que reconhece a necessidade de incluir esse público como prioritário nas ações de assistência técnica e extensão rural pública; a Fundação Cultural Palmares, que emite o certificado quilombola, requisito para que as comunidades tenham o direito de acessar a Declaração de Aptidão do Pronaf e diversas linhas de crédito do Pronaf como o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia; e o Programa de Aquisição de Alimento na modalidade Compra Institucional, que permite que estados e municípios possam comprar, com recurso próprio, alimentos de agricultura familiar sem licitação, o que torna o processo menos burocrático, beneficiando produtores familiares, de assentamentos de reforma agrária, e comunidades tradicionais que possuem a DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf); e o próprio órgão de regularização fundiária, que lida com as questões agrárias no país, todos eles listado no Programa Brasil Quilombola (2007).

No entanto, existem diversas comunidades urbanas ou que estão em zona de transição rural/urbana. A situação das comunidades urbanas é complexa, visto que não raro a caracterização da cultura quilombola é apresentada pelos cultivos agrícolas de subsistência e de plantas medicinais, difíceis de serem reproduzidos em meio à urbanização. Por outro lado, nas cidades a interação com diversos grupos é intensa, portanto, a identidade quilombola é fortalecida através de manifestações culturais (CARRIL, 2006; OLIVEIRA; D'ABADIA, 2015). Nas cidades ou nas zonas de transição as comunidades quilombolas podem enfrentar, mesmo que de forma distinta, o desafio de permanecer no território e de ressignificar sua identidade enquanto quilombola. Ainda assim, independente do meio no qual estejam inseridas, as mudanças territoriais que afetam as comunidades quilombolas podem ser relacionadas às transformações do entorno.

Sendo assim, pretende-se neste trabalho conhecer a dinâmica espacial de uso e ocupação de terra de comunidades quilombolas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica que estão em processo de transição territorial e analisar quais os principais desafios vivenciados por estas comunidades do ponto de vista da resiliência espacial em terras de uso coletivo ou compartilhado.

1.1. Organização da dissertação

Esta dissertação está organizada em 6 capítulos. Primeiramente foi realizada a revisão bibliográfica, articulando o debate sobre as comunidades quilombolas com a importância das terras coletivas e uma análise conceitual de resiliência espacial. A segunda sessão se dedica à caracterização das áreas de estudo. A terceira sessão é destinada para a análise do uso e ocupação do solo da comunidade do Buieié, na qual se procede uma discussão sobre a influência do meio rural e do meio urbano em comunidades quilombolas que estão localizadas em espaços de conectividade entre estes dois ambientes. Na quarta sessão, a análise é direcionada para a comunidade Santa Fé, localizada em Rondônia, junto à descrição da ocupação do estado e o processo de mudança do solo do estado natural para a ocupação de plantações em larga escala de culturas agrícolas e pecuária.

A quinta sessão da dissertação relaciona o modelo de ocupação das duas regiões, e compara os resultados com uma análise teórica do conceito de terra coletiva e resiliência. Por último as considerações finais foram apresentadas, apontando os principais resultados, os seus limites, e as possibilidades de estudos futuros (Tabela 1).

Tabela 1: Objetivos da dissertação e organização textual.

Capítulos	Ações	Objetivos
1. Introdução	Contextualização e apresentação do problema de pesquisa; Organização da dissertação; Metodologia.	
2. Revisão bibliográfica	Comunidades quilombolas; Terra coletiva; Resiliência.	

3. Caracterização da área de estudo	Bioma em que as comunidades do Buieié e Santa Fé estão inseridos; Regulamentação do território; Contexto em que estão inseridas.	
4. Dinâmica espacial de uso e ocupação de terra na região da comunidade Buieié, Minas Gerais 5. Dinâmica do uso e ocupação de terra na comunidade Santa Fé, Rondônia	Elaborar mapas temáticos da região de datas distintas e analisar a dinâmica de ocupação da região; Comparar o padrão de ocupação da comunidade e do entorno; Identificar os fatores de vulnerabilidade socioambiental percebidos pela comunidade.	Conhecer a dinâmica espacial de uso e ocupação de terra da região da comunidade do Buieié e de Santa Fé
6. Terras coletivas enquanto fator de promoção de resiliência em comunidades quilombolas	Encontrar similaridades e divergências nos dois modos de ocupação; Discutir sobre a mudança da organização espacial das duas comunidades; Analisar pontos estratégicos para fortalecer a resiliência de comunidades quilombolas no âmbito da resiliência espacial e do conceito de terra coletiva. Apontar reflexões conclusivas.	Comparar a dinâmica de ocupação das duas comunidades sob a categoria de resiliência espacial e comunitária
7. Considerações finais	Principais resultados; Limitações; Perspectivas futuras.	

Fonte: Objetivos da dissertação e organização textual.

1.2. Metodologia

1.2.1. Contextualização da pesquisa

Nada na vida é estático, e não seria diferente na academia, apesar de haver um planejamento que envolve a preparação com a escrita do projeto, orientações e leituras. Na pesquisa social é comum que as subjetividades dos participantes da pesquisa sejam visíveis e disponíveis para a análise dos leitores. Essa contextualização se faz aqui presente com objetivo de que os fatores contextuais que influenciaram a (im)possibilidade de realizar a pesquisa, bem como a subjetividade da pesquisadora, complementem a visão que o (a) leitor(a) do desenvolvimento da pesquisa. Segundo Ryen (2016) a construção da pesquisa

também acontece quando o pesquisador demonstra seus princípios e humanidade. Portanto, é importante transparecer para o leitor quais são os objetivos através dessa pesquisa e a situação geral no processo de escrita.

Na pesquisa científica é necessário prever ao máximo os imprevistos e eventuais soluções seguindo sempre os valores éticos (MAXWELL, 2008), no entanto, não é possível abordar todos os cenários contingenciais no desenho do projeto. Vinda de um caminho de análise de dados e de formação acadêmica técnica em engenharia florestal, entrei no mestrado em Extensão Rural com o objetivo de aumentar a visão da aplicação do geoprocessamento relacionando-o aos conceitos da sociologia aplicada às comunidades rurais. Para isso, tive que desconstruir meus conceitos de projeto acadêmico e me adaptar a uma nova realidade de contato com a pesquisa participativa, e, portanto, interacional. Era hora de ir para além dos mapas, e produzir ciência com as pessoas, que são aquelas que estão na linha de frente de transformação da dinâmica espacial.

Sendo assim a pesquisa tinha como principal objetivo socializar o conhecimento formal dos instrumentos prático-normativos no âmbito da titulação de terras quilombolas, bem como construir uma interpretação coletiva sobre a dinâmica espacial da comunidade quilombola Buieié a fim de apontar estratégias que apoiem a construção de resiliência em comunidades tradicionais. Neste período de elaboração do projeto fiz o primeiro contato com os membros da comunidade, prestei visitas para entender a geografia e os elementos presentes no local, conversei com diversos moradores e participei de alguns eventos como o Intercâmbio Agroecológico e a feira do Buieié, e participei do grupo da Caravana Quilombola. A partir desse contato pude entender melhor o esforço desses atores para se fortalecer enquanto comunidade quilombola. A reconstrução dessa identidade acontece diariamente com conversas, e o resgate da cultura ocorre, também, através desses eventos.

A metodologia participativa seria um ponto fundamental do trabalho, visto que nos princípios da pesquisadora e da orientadora a academia deve estar comprometida com a comunidade e, para que isso aconteça, a comunidade tem que ter participação ativa em boa parte dos processos de construção da pesquisa. No entanto, a pesquisa se deu em um momento que as estruturas sociais foram extremamente abaladas. O mundo se viu afetado por uma pandemia de SARS-Cov-2, com início no ano de 2020. No dia 12 de março de 2020 o Comitê de Ética deu o parecer favorável à pesquisa e permitiu o trabalho de campo, dois dias depois, no dia 14 de março, foi decretado o fechamento da cidade de Viçosa através das barreiras sanitárias e de todos os estabelecimentos da cidade pelo decreto municipal nº

5.430/2020, dentro das medidas de prevenção também estava incluso a restrição de deslocamento dos moradores da cidade de Viçosa (MG).

Durante algumas semanas ainda acreditei que seria possível realizar o trabalho da mesma forma, embora com atraso no cronograma. Mas, conforme o tempo foi passando, ficava cada vez mais claro o risco de expor a comunidade ao vírus, o que eticamente iria contra o que a própria pesquisa intenciona, ao identificar vulnerabilidades e a construção de resiliência. “Como pesquisadores, temos que reconhecer os processos sociais pelos quais as coisas passam a ser vistas como éticas ou não” (RYEN, 2016, p. 83). Sendo assim, em meio a prazos indefinidos, decidi mudar os rumos e utilizar da metodologia quantitativa para não expor nenhum sujeito à contaminação por COVID-19.

Para que o trabalho anterior não fosse perdido, a orientadora surgiu com a ideia de fazer um estudo comparativo com uma outra comunidade quilombola, e devido à sua experiência e vivencia sugeriu uma comunidade no Norte do país, além de ser um local que abriga a floresta Amazônica, um bioma extremamente relevante e que está presente nos debates de ordem global. Por fim, após pesquisas, a comunidade de Santa Fé, em Rondônia, foi escolhida para ser a segunda comunidade. Esta comunidade está localizada no sul do estado, às margens do rio Guaporé, e sofreu grande pressão de latifundiários para deixar o território, lutando por dez anos para conquistar o direito ao título definitivo da terra. Em comparação com a comunidade do Buieié, que está localizada na Mata Atlântica, também um bioma de alto valor ecológico, no entanto, que sofre pressão de forma distinta por estar em um local de transição do meio rural para o meio urbano. Ou seja, são comunidades que vivem a carga histórica de fazer parte de uma minoria, que sofrem com pressão externa e do mercado, e que estão em zonas de transição, seja do meio natural para o meio técnico e do meio rural para o urbano. Não foi possível realizar entrevistas e obter dados qualitativos, mas a proximidade inicial me permitiu uma conversa com dois moradores da comunidade do Buieié para contextualizar alguns resultados da pesquisa⁴.

1.2.2. Fotointerpretação

A metodologia escolhida para a análise das imagens é a fotointerpretação, um método recomendado para classificar áreas menos extensas e baseado na classificação de objetos a partir de algumas chaves de identificação (FLORENZANO, 2011). As chaves são elaboradas

⁴ Número do processo na Plataforma Brasil: CAAE 25908219.4.0000.5153.

pelo próprio pesquisador e levam em consideração a combinação de alguns elementos da imagem como cor, textura, tamanho, forma, sombra, padrão e localização (LOCH, 2008, FLORENZANO, 2011). A interpretação visual é seguida pela caracterização manual das imagens disponíveis na plataforma Google Earth para identificar as classes silvicultura; agricultura; pastagem; áreas urbanizadas; cursos d'água e mata nativa.

O Google Earth é uma plataforma que disponibiliza gratuitamente, para ensino e pesquisa, imagens com resolução espacial diversificada (BOARDMAN, 2016; BATISTA et al., 2018). A escolha do Google Earth se deu por ser uma plataforma gratuita com imagens de alta resolução e por disponibilizar imagens ao longo dos anos, facilitando a análise da dinâmica espacial. Embora as imagens da plataforma possuam algumas limitações gerando uma imprecisão na classificação automática baseada no espectro, a plataforma se mostra eficaz para estudos em escala detalhada, portanto é adequado para a proposta do artigo (PEREIRA et al., 2018). Para o processamento dos dados coletados no Google Earth foi usado o *software* livre QGIS, um programa que permite a composição de mapas, cálculos de área e análises estatísticas.

1.2.2. Estudo Comparativo

A comparação proporciona a facilidade de estudar áreas que estão distantes geograficamente e entender duas realidades distintas que passam por situações semelhantes. No presente estudo se comparam territórios que têm o mesmo reconhecimento jurídico — comunidades quilombolas — em biomas e contextos sócio-político-econômicos distintos. Portanto, esta metodologia tem como principal característica investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e diferenças. Geralmente o método comparativo aborda duas séries ou fatos de natureza análoga, tornados de meios sociais ou de outra área do saber, a fim de se detectar o que é comum a ambos.” (FACHIN, 2005, p. 40). No caso da presente pesquisa, os fatores comparados são de natureza física e ambiental, no entanto, a partir da literatura buscou-se compreender os impactos sociais dessas mudanças territoriais.

No contexto de comunidades rurais, o estudo comparativo proporciona debates importantes sobre o avanço das fronteiras do capitalismo no Brasil comparado a países desenvolvidos (VELHO, 2009). A comparação também é de suma importância para a compreensão do papel da agricultura familiar por meio da perspectiva de autores distintos (DEPONTI, 2007) e para estabelecer um plano de ação em comunidades através da avaliação da resiliência em assentamentos rurais (OLIVAL, 2016). Nesta pesquisa, a comparação entre

duas comunidades quilombolas em contexto de conflito favorece a discussão da influência do entorno nas questões da paisagem nessas comunidades, e a partir da comparação dos dois contextos é possível contrapor semelhanças e diferenças entre as comunidades, e entender como essas informações podem favorecer outras comunidades que estão em contextos parecidos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A discussão dos conceitos abordados está distribuída ao longo da dissertação, portanto nesta sessão as categorias analíticas serão apresentadas em linhas gerais para que o/a leitor(a) se situe, desde o início, em relação às categorias que serão articuladas (Figura 1).

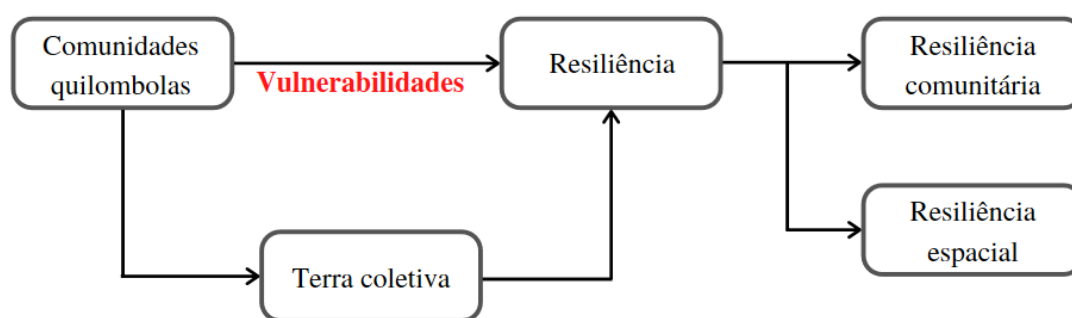


Figura 1: Relação das categorias analíticas.

Fonte: Elaboração própria.

A formação dos quilombos está diretamente relacionada ao conceito de terra de uso comum. O reflexo do histórico da ocupação territorial desses remanescentes de quilombo é analisado a partir da perspectiva da vulnerabilidade enquanto fator multidisciplinar e as estratégias de resiliência voltadas às comunidades e aos fatores espaciais do território.

2.1. Comunidades quilombolas: compreensão histórico sociológica e legislativa

A formação dos quilombos no Brasil é geralmente atribuída às fugas dos escravos das fazendas de engenho, mas existem registros da formação de quilombos após a abolição da escravidão (MELO, 2008). Nos quilombos estas pessoas que até então se viam em condição de escravidão viviam uma forma de vida alternativa contra hegemônica (SCHIMITT, 2002). Tratava-se de comunidades que eram formadas por grupos majoritariamente negros vindos de diversos lugares da África, que tiveram que aprender a conviver com as especificidades

culturais de cada região, mas também eram compostas por soldados desertores, indígenas, condenados fugitivos, aventureiros e vendedores (REIS, 1996).

Após 1888, ano da abolição da escravidão no Brasil, o estado não proporcionou nenhum tipo de política inclusiva para a população até então escravizada o que ocasionou em diversos problemas sociais refletidos até hoje, e foi apenas na constituição de 1988, cem anos depois, que estes povos tradicionais obtiveram a garantia à titulação definitiva das terras que já ocupavam e nas quais desenvolveram sua cultura durante anos (ANJOS, 2004; O'DWYER, 2007). No entanto, a cargo de definir quilombo, a legislação limitou o conceito a comunidades de pessoas negras composta por escravos fugitivos, e este conceito desconsiderava a particularidade local e levava em consideração uma forma cultural que não os representava (MENEZES, 2012).

A CF de 1988 foi fundamental para o início da luta quilombola pela terra no Brasil por conter no artigo 68 o reconhecimento da propriedade garantindo o direito de permanecer no território. Contudo, um passo fundamental para a autonomia dessas comunidades aconteceu em 2003, na qual foi estabelecido pelo Decreto 4887/03 o direito à autodefinição, ou seja, passou a ser requisito para considerar uma comunidade como remanescente quilombola a afirmação da identidade pelos próprios moradores, cabendo à Fundação Cultural Palmares (2019) emitir o certificado da Autodefinição, o que se constitui primeiro passo para a obtenção do título permanente da terra, tornando o início do processo de regulamentação fundiária mais acessível e eficaz, além de fortalecer a unidade identitária do grupo (Figura 2) (SILVA, 2010; FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2018; AMARAL; BESER, 2017).



Figura 2: Linha do tempo do marco legal quilombola.

Fonte: Elaboração própria.

Até o momento as comunidades quilombolas são contempladas com programas sociais que incentivam o desenvolvimento local através de créditos rurais, tais como programas de

desenvolvimento da educação e saúde e a garantia da regulamentação fundiária que estão unidos em um programa específico para as comunidades étnicas no Programa Brasil Quilombola (PBQ), que integra a Agenda Social Quilombola (2007), instituída pelo decreto nº 6.261/2007. Contudo, os programas não são aplicados de forma adequada por diversos motivos, seja falta de profissionais qualificados, verbas que suprem somente as necessidades básicas; racismo estrutural que influencia na morosidade dos processos burocráticos do país ou por técnicos que ainda refletem uma assistência colonialista que julga seu saber superior aos conhecimentos populares (CAPORAL, 2003).

Diante dessa situação, o Estado propôs medidas de apoio e proteção para comunidades quilombolas e comunidades tradicionais em geral. Uma dessas medidas foi instituída pelo decreto nº 6.040 de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que tem como objetivo promover o reconhecimento e a garantia do desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais, levando em consideração suas particularidades (MMA, 2018). Outro exemplo de política pública que considera as comunidades quilombolas é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), criada em 2003, e instituída em 2010 pela Lei nº 12.1888, e que tem como objetivo entender as características de cada região para oferecer uma assistência técnica mais eficiente e que fortaleça a economia local buscando incluir as diversas formas de rural, reconhecendo a marginalização dos quilombolas e propondo uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para reparar desigualdades (CALHEIROS; STADLER, 2010).

A PNATER propõe em seu documento uma assistência construída através do diálogo com as comunidades beneficiadas, contrapondo a Extensão Rural iniciada no Brasil, com grande influência do Estados Unidos, que se baseava na disciplina, treinamento e crescimento econômico (VIVAN, 1999; SANTOS, 2017). Mesmo com as características inclusivas, as verbas abaixo do previsto e a falta de capacitação dos agentes de ATER influenciam na falta de efetividade das atividades de extensão rural (AMARAL et al, 2012). Principalmente se tratando de comunidades tradicionais quilombolas, caso os técnicos não saibam administrar as especificidades de cada ambiente eles não serão capazes de identificar e solucionar o problema, tornando o trabalho moroso e ineficiente, demandando cada vez mais verbas públicas, ocasionando em menos profissionais dedicados à comunidades quilombolas, e consequentemente dificultando o acesso dessas comunidades a informações sobre certificação e demarcação (AMARAL et al, 2012; SANTOS, 2017).

Para iniciar o processo de regularização fundiária é necessário ter a certificação que atesta o status de comunidade quilombola, dada pela Fundação Cultural Palmares. No Brasil existem 2.747 comunidades quilombolas certificadas (Fundação Cultural Palmares, 2019). No momento 1.765 processos de regulamentação fundiária estão abertos pelo INCRA (2019), mas desde a constituição de 1988 apenas 134 comunidades receberam o título e asseguraram o direito a permanência na terra (Comissão Pró-Índio, 2019). A consequência da morosidade é refletida em conflitos envolvendo essas comunidades. Em 2013 em um trabalho realizado pela Fiocruz, com informações coletadas por ONG's, universidades brasileiras e pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), teve como conclusão um mapa que expõe a realidade de 132 comunidades quilombolas envolvidas em conflito, distribuídas por quase todos os estados brasileiros, sendo que a maior parte está em situação de conflito devido à regularização fundiária e aos entraves burocráticos da titulação de terras. O estado com o número mais expressivo é a Bahia, com 20 comunidades envolvidas, seguida do estado de Minas Gerais, com 18 comunidades envolvidas em conflitos (FIOCRUZ, 2013). Dos 132 conflitos, 41 acontecem no Sudeste e 52 no Nordeste. No período do estudo, em 2013, havia 2.187 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, seis anos depois o número aumentou para 2.747 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019).

Outro aspecto é o entrave burocrático aliado à pressão externa de latifundiários: desde a elaboração do RTID até a emissão do título coletivo da terra há diversas fases de recursos iniciados pelos próprios povos tradicionais ou por outros atores interessados na terra, sendo que estes sujeitos externos usam de sua influência econômica para oprimir estes grupos étnicos e influenciar a decisão judicial, gerando crises significativas no local (TRINDADE; MORAES, 2014; PERES, 2008; NAUAR et al., 2018). A morosidade no processo de regularização fundiária é um problema que afeta todos os grupos de reforma agrária, visto que o modelo de ocupação territorial no Brasil sempre favoreceu latifundiários e o agronegócio enquanto os assentamentos e as reservas representam o oposto, gerando diversos conflitos ao longo dos anos e uma articulação constante com o poder público (MARCON, R; NUMOTO, R. E., 2006). As demandas das Reservas Extrativistas (RESEX) e de comunidades quilombolas que veem na reforma agrária uma forma de viver com dignidade, passam por políticas de desapropriação de pessoas que não fazem parte das comunidades, mas que vivem dentro do território. Muitas vezes trata-se de latifundiários que tem o apoio de líderes políticos o que favorece a descaracterização das áreas de comunidades tradicionais legitimando o áreas

para fazendeiros que, segundo a legislação, estão em áreas voltadas para reforma agrária (MENEZES, 2015; OLIVEIRA; SOUSA, 2016).

Para as comunidades quilombolas, além de estar inseridas nos grupos de reforma agrária existe o racismo institucional, conceito surgido nos Estados Unidos para explicar a negligência institucional e o uso do poder legislativo para não conceder direitos a grupos marginalizados (NAUAR et al., 2018; SILVA, 2012) é outro motivo apontado como entrave à regulação da situação fundiária para comunidades tradicionais. Devido a estes fatos, as reivindicações quilombolas são tratadas como algo secundário.

Para solucionar algumas lacunas e auxiliar na compensação histórica o governo Federal criou o Programa Brasil Quilombola (PBQ), no qual quatro aspectos principais direcionam a aplicação de políticas públicas para desenvolvimento de áreas quilombolas: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e a cidadania (SANTOS, 2017; SEPIR, 2004). A gestão do programa fica a cargo de um comitê diversificado de diversos Ministérios, junto a órgãos estaduais, acompanhados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) (SEPIR, 2004). Neste programa são gerenciados auxílios como o Fome Zero, Luz para Todos, Bolsa Família, como também o acesso a capacitação profissional, o PRONATEC, bem como programas de desenvolvimento territorial como o Programa de Aquisição Alimentar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que o Estado compra os produtos produzidos pela agricultura familiar e repassa para outros estabelecimentos (SEPIR, 2004).

O cumprimento das quatro diretrizes do PBQ é fiscalizado e acompanhado por órgãos federais, estaduais e organizações não governamentais. As políticas públicas de desenvolvimento territorial e cidadania que contemplam as comunidades quilombolas são muito importantes para o desenvolvimento local e nacional, mas estão sofrendo com a falta de amparo governamental, seja por falta de verba ou por falta de agentes especializados. Estes programas, que são essenciais para o crescimento econômico do país, sofrem com cortes financeiros e institucionais desde 2013 (PIMENTEL, 2017). A partir da nova gestão da presidência da república que se iniciou em 2019, as políticas que contemplam as comunidades quilombolas foram anexadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual o agronegócio é o carro-chefe (Figura 2) (DALOSTO et al., 2020). As medidas voltadas aos remanescentes de quilombo não foram revogadas, contudo, há um processo de sucateamento

das instituições de apoio como é visto na Fundação Cultural Palmares, em que o presidente da fundação tem um discurso alinhado à não demarcação de terras quilombolas⁵.

As questões da demarcação e de assistência técnica são essenciais para preservar a relação que as comunidades remanescentes de quilombo possuem com o território. São políticas que em sua teoria estimulam a produção familiar local, a perpetuação de ritos históricos e fortalecem os laços entre os moradores da comunidade. No entanto, a falta de recursos, de técnicos capacitados e a incerteza da permanência no território somada às vulnerabilidades sociais herança do período de escravidão, influenciam para a perda de identidade.

Em comunidades tradicionais a identidade está diretamente relacionada ao território, portanto, além da escassez de recursos e a falta de organização interna, os moradores dessas comunidades também sofrem influência da economia hegemônica na qual o território é considerado uma moeda de troca, e como consequência desta perda do sentido cultural e histórico do espaço, seu uso acaba se restringindo ao valor econômico (CARDOSO et al., 2019). Além disso, as discussões atuais a respeito da demarcação de terras de comunidades tradicionais passam por um momento de disputa, politicamente evidenciado pela queda drástica de recursos destinados à reforma agrária. Segundo o Portal da transparência do governo federal, os recursos destinados para reforma agrária foram de 200 milhões de reais em 2018 para pouco mais de 26 milhões em 2019 (PORTAL DA TRANSPARENCIA, 2019). Os conflitos causados pela falta de assistência a comunidades quilombolas muitas vezes são lembrados apenas no meio rural, deixando de lado a realidade de quilombos dos centros urbanos, que além dos conflitos de permanência na terra, também convivem com a pressão urbana.

2.2. Terra coletiva

Common lands (terra coletiva ou terra de uso comum como tradução livre) é um termo discutido por muitos estudiosos como Juergensmeyer, Wadley e Ostrom. Segundo Stamp e Hoskin (1963), este sistema de ocupação territorial é provavelmente a instituição mais antiga da Inglaterra, sendo um sistema de ocupação territorial que remonta a um período anterior à Conquista Normanda, ocorrida em 1066. No cenário Inglês, *commons* se trata de terrenos usualmente privados ou de posse do estado, cedido a uma comunidade que faz uso da

⁵ <https://oglobo.globo.com/cultura/governo-bolsonaro-usa-fundacao-palmares-para-desmobilizar-luta-antirracista-no-brasil-dizem-especialistas-24464916>

propriedade para práticas agrícolas e florestais de forma coletiva (WILSON; WILSON, 1997; TAPIA, 2016). Rackham (1986) afirma que um dos primeiros registros do uso coletivo das terras por comunidades aconteceu em 1086, quando grupos de pessoas usavam a terra para o cultivo de subsistências. No entanto, nos períodos seguintes houve uma reestruturação territorial em função da privatização de propriedades, o que levou ao processo de apropriação do território por terceiros, culminando na criação de diversas normas para a ocupação da área habitada pela comunidade remanescente e que limitavam o uso da propriedade, ou seja, os proprietários estabeleciam as atividades que poderiam ser exercidas ou não no território como criação de gado, colheita de madeira, caça e pesca (SHORT, 2008). Este processo se deu até o século XIX, principalmente em áreas de grande crescimento populacional e resultou na escassez deste modo de ocupação (RACKHAN, 1986; SHORT, 2008).

Na Espanha, o regime de *common lands* era presente em todo território até passar por um forte processo apropriação privada da terra (TAPIA, 2016). A justificativa usada era que a propriedade privada era essencial para o retorno dos investimentos em inovação produtiva e que a maneira como as terras de uso comum eram exploradas não produzia um retorno econômico (TAPIA, 2016). A diferença para o processo ocorrido na Inglaterra é que a privatização não foi difundida em todo território espanhol, portanto, há algumas partes do país nas quais o uso comum da terra foi preservado (TAPIA, 2016; TEIXEIRA, 2017). Na Galícia⁶, uma comunidade autônoma da Espanha, a origem das propriedades vem dos romanos e germanos: os primeiros deram origem às propriedades particulares por se tratar de uma comunidade desigual e de dominação de classes; já os germanos eram nômades e usavam a terra de forma coletiva, portanto constituíram dois tipos de propriedades de uso comum: os Montes Vicinais em Mão Comum (MVMC) e os Montes de Varas (MOURA, 2016).

Os MVMC são caracterizados por propriedades de associação de moradores nas quais todos possuem o mesmo direito de uso sobre o terreno. Esta forma territorial foi regulamentada em 1968 pela *Ley 52* em que reconhece este tipo de formação territorial, embora estabeleça algumas restrições de usos, da mesma forma que aconteceu na Inglaterra até o século XIX, atribuídas à ditadura franquista, que incentivou o plantio e exploração de espécies florestais nestas propriedades (MOURA, 2016).

⁶ Galícia é um importante território ao se tratar de terras de uso comum. Além disso, a comunidade fez parte da trajetória acadêmica da orientadora e ao adicionar no projeto agregou conhecimento a respeito de propriedades de uso coletivo.

Nos cenários inglês e espanhol, as terras comuns (ou coletivas/de uso comum) foram condenadas ao esquecimento, sendo vistas como um impedimento ao crescimento econômico dos países citados por não acompanhar o modelo de desenvolvimento rural vigente iniciado no século XIX, baseado na propriedade privada, em que cada proprietário produzia o máximo possível para gerar lucro, que inclusive vem sendo repensado para um rural sustentável e que respeita o território. Na década de 1980 começam a surgir estudos que mudaram a perspectiva das terras coletivas, dentre eles estavam Runge (1986), com estudo sobre as vantagens das terras coletivas para a economia; Allen (1982), analisando a eficiência produtiva das “fazendas abertas”; e Ostrom (1990), avaliando o sistema de governança de lugares distintos administrados coletivamente. Em algumas dessas pesquisas concluiu-se que este sistema de ocupação coletiva é benéfico ao meio ambiente por se tratar de uma produção sustentável que integrava a agricultura, silvicultura e as áreas florestais (TAPIA, 2016). Por se tratar de uma preocupação atual, a Inglaterra desenvolveu um sistema que integra práticas agrícolas com conservação ambiental chamado *Environmentally Sensitive Areas* (ESA), um sistema de pagamento por serviços ambientais que engloba algumas áreas remanescentes de terras de uso comum (POTTER, 1988; BALDOCK et al., 1990; WILSON; WILSON, 1997).

No Brasil o termo *common lands* é aplicado, principalmente, em estudos relacionados à reforma agrária, campesinato e às comunidades tradicionais (Figura 3). Os estudos relacionados ao campesinato destacam as relações de solidariedade entre familiares e vizinhos, em que a relação entre os membros da comunidade e com a terra é singular e reforça a reciprocidade, mas também relatam os conflitos territoriais (TAVARES, 2009; MOURA, 2009; NOGUEIRA, 2009; CALEGARE, 2010; ALVES, 2012). Os trabalhos que focam na reforma agrária discutem os conflitos territoriais envolvendo os avanços de empreendimentos de monoculturas, pastagens, plantações de eucalipto e mineração em territórios de comunidades que usam a terra de forma coletiva, e muitos destes estudos evidenciam o Estado enquanto facilitador na apropriação desses territórios pelas empresas (SOBRINHO, 2013; RÚBIO, 2015; ALCÂNTRA, 2016; SOUSA, 2016; TERENCE, 2019). Os estudos de Sobrinho (2013) e de Moraes (2013) apontam situações em que o Estado transformou áreas de comunidades tradicionais em área de proteção ambiental e limitaram o uso da terra desses moradores, enquanto Stahlhoefer (2019) demonstra em seu estudo a importância da comunidade Faxinalense para conservação da floresta de araucárias no Paraná.

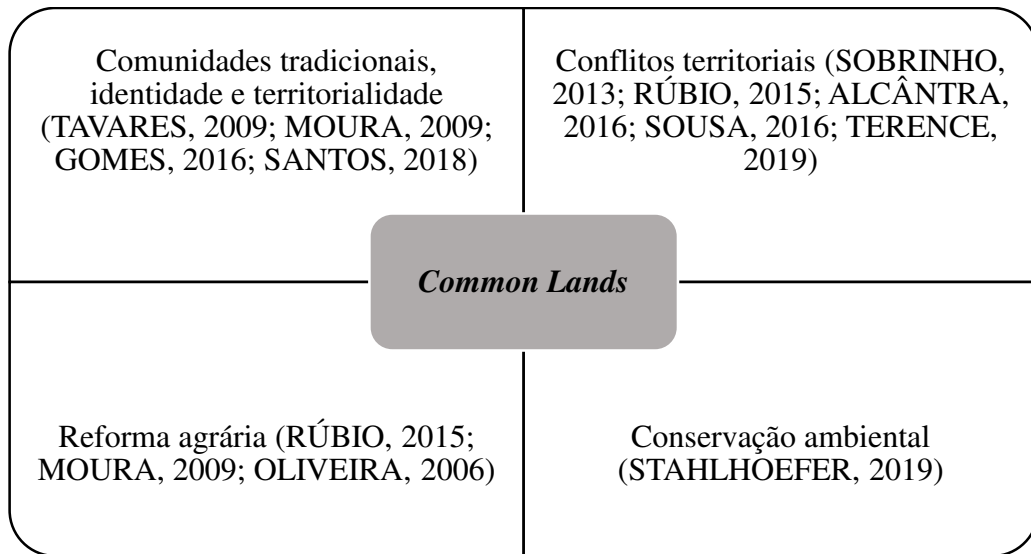


Figura 3: Aplicação do termo *Common Lands* no Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

Os estudos de comunidades tradicionais quilombolas demonstram situações semelhantes de embates e perda do território para um modelo de desenvolvimento excludente, forçando os membros da comunidade a se realocarem nas cidades (MOURA, 2009; GOMES, 2016; SANTOS, 2018). Contudo, alguns estudos revelam a importância do entendimento da história quilombola para o fortalecimento da identidade e para a coesão social, e o papel fundamental das políticas territoriais para a regulamentação dessas áreas e para a recuperação dos direitos antes negados (MOURA, 2009; SANTOS, 2010; DINIZ, 2012).

Os conflitos envolvendo latifundiários e empresas não estão limitados ao território brasileiro, há registros de conflitos em diversos países da América Latina. Flores Bordais (2018) relata o conflito histórico no Peru envolvendo a comunidade San Antonio de Rancas com uma mineradora da região e como este gerou uma mudança significativa na relação da comunidade com o território. Pacini (2012) destaca o processo de desapropriação vivido pelos Chiquitanos na Bolívia, em que fazendeiros com poder político definem os limites do território e a abordagem pacífica da comunidade boliviana, e Lobo (2015) evidencia o cenário vivido por comunidades afroequatorianas. É possível observar que em todos os casos relatados o direito da empresa e dos donos de terra de expandir a produção não é questionado, e em sua maioria corroborado pelo poder público local, mas o direito das comunidades de permanecer no território ancestral não é discutido, reflexo do próprio histórico de colonização da maior parte da América Latina que aponta para um modelo de ocupação excludente, desprovido de compromisso com os nativos. Isto posto, a pressão social é a forma mais eficaz

de conseguir o direito à terra e os conflitos são consequência da resistência (MARTINI et al., 2018).

Apesar das diferenças históricas com os países europeus no que tange à ocupação territorial, o Brasil possui comunidades que reproduzem seus sistemas culturais aos moldes do conceito de *common lands*, conhecidas como “terra coletiva” ou “terra de uso comum”. Esses territórios de uso comum podem ser prévios à colonização, como as comunidades indígenas, podem ter se configurado em resposta ao sistema escravocrata, como as comunidades quilombolas, ou podem ter sido, inclusive, reconhecidos por meio de políticas públicas. Moura (2016), em seu trabalho, discute o impacto do Estado em Reserva Extrativista (RESEX), sendo que é um mecanismo que estabelece restrições sobre a forma de uso do solo. Sob a ótica do conceito de *common lands*, Moura concluiu que a organização coletiva e a autonomia são fatores importantes para o desenvolvimento local. Para esta pesquisa, as terras de uso comum são fundamentais para discutir a resiliência em comunidades quilombolas. As relações de cooperação são marcos históricos de comunidades remanescentes de quilombo, contudo, é necessário refletir sobre como a vizinhança pode impactar a coletividade.

2.3. Resiliência

O conceito de resiliência surgiu na ecologia nos anos 1970 para explicar o fenômeno de um sistema alcançar o equilíbrio ambiental após ter sofrido um impacto, ou seja, esse sistema poderia voltar a ser como era antes ou adaptar-se à nova realidade (HOLLING, 1973). Após a disseminação do termo, alguns pesquisadores aplicaram o conceito em outras áreas de estudo, como na geografia e nas ciências sociais. Nestas áreas de atuação a resiliência é aplicada para estudar atributos estruturais, espaciais e a capacidade adaptativa de comunidades considerando características sociais e econômicas (NORRIS et al., 2008; ANGELER; ALLEN, 2016; CUMMING, 2011).

Dentro das várias aplicações do conceito foram surgindo novos termos como: resiliência de engenharia; resiliência espacial e resiliência comunitária. A resiliência de engenharia “concentra-se no retorno dos atributos estruturais e funcionais dos sistemas às condições pré-perturbação após uma perturbação” (ANGELER; ALLEN, 2016, p. 618). A resiliência espacial “refere-se às maneiras pelas quais a variação espacial em variáveis relevantes, tanto dentro quanto fora do sistema de interesse, influencia (e é influenciada por) a resiliência do sistema através de múltiplas escalas espaciais e temporais” (CUMMING, 2011, p. 902) e a resiliência comunitária seria “a capacidade de grupos ou comunidades de lidar com

o estresse e os distúrbios externos quando submetidos a qualquer mudança social, política ou ambiental” (ADGER, 2000, p. 359).

O conceito de resiliência voltado para as comunidades vem sendo explorado por diversos autores, como Chaskin (2008), que define “*Community resilience*” como a interação do capital humano, recursos organizacionais e de capital social dentro de uma determinada comunidade que pode ser aproveitada para resolver problemas coletivos e melhorar, ou manter, o bem-estar de uma determinada comunidade. Para o autor, os recursos humanos, ou seja, os indivíduos que impactam o meio que vivem, são fatores determinantes para a resiliência das comunidades. Berkes e Ross (2013) sugeriram uma abordagem integrada na qual tanto o sistema ecológico e social quanto as percepções psicológicas dos membros desta sociedade são essenciais para construir resiliência. Isto posto, o primeiro conceito faz parte da construção do segundo conceito citado. Ambas as definições se enquadram em alguns dos mecanismos de fortalecimento da resiliência apresentado pela Stockholm Resilience Center (2015, p. 3): preservar a diversidade; gerir a conectividade; promover a compreensão sobre sistemas adaptativos complexos; encorajar a aprendizagem; alargar a participação; promover sistemas de governança policêntrica.

O trabalho de Infante (2005) complementa as ideias de Chaskin (2008) em relação ao recurso humano e às ideias de Berkes e Ross (2013) em relação as percepções psicológicas. A autora apresenta a revisão do histórico do conceito de resiliência voltado para o desenvolvimento humano e tem como objetivo entender onde este conceito se aplica atualmente. A pesquisadora identifica três fatores significativos: a adversidade, a adaptação e os processos dinâmicos emocionais. A adversidade está associada aos fatores de risco, portanto à vulnerabilidade do indivíduo ou da comunidade, e para entender a origem dessa vulnerabilidade é necessário entender a natureza da adversidade e como ela se conecta à adaptação. A adaptação positiva acontece caso o indivíduo, ou comunidade, tenha se sobressaído da situação de risco ou tenha permanecido com a mesma característica, e é importante considerar alguns fatores para conceitua-la como uma adaptação positiva: a ideologia relativa à adaptação; a heterogeneidade social; e a “variabilidade ontogenética”, ou seja, promover resiliência desde a origem do indivíduo (INFANTE, 2001, p. 28).

Deve-se considerar sempre o contexto em que ocorre a adaptação, as vulnerabilidades específicas de diferentes atores e a origem da adaptação. Isso pode ser observado nas sociedades pobres afetadas por mudanças climáticas em que a capacidade de adaptação é mais baixa devido à falta de recursos para manejar as adversidades, (JERNECK; OLSSON, 2017;

INFANTE, 2001). No entanto, esclarecem os autores, se houve qualquer tipo de adaptação, já se iniciou o processo de construção de resiliência de forma geral.

A resiliência espacial está relacionada ao território, aos aspectos físicos e biológicos de um sistema. As perturbações podem ser naturais ou de origem antrópica (BRUNETTA; CALDARICE, 2020). De acordo com as autoras, a perturbação é um evento que está em constante mudança e não pode ser considerado um sistema estático, e assim, sendo mais ou menos resiliente de acordo com as mudanças, podendo ser analisada a partir de quatro características: o tipo de perturbação; o contexto territorial; a capacidade de resposta; e o caminho de resposta (BRUNETTA; CALDARICE, 2020, p. 633).

Lu et al. (2020) aplicam essa categoria no contexto urbano e definem algumas características para analisar o contexto e quantificar a resiliência de uma região. Segundo os autores, as variáveis mais importantes para uma análise quantitativa é a capacidade de se readaptar, os recursos disponíveis para desempenhas uma mesma função, diversidade de elementos do uso e ocupação do solo, avaliar até que ponto os elementos do sistema são dependentes uns dos outros para funcionar adequadamente, a adaptabilidade e a capacidade aprender com os distúrbios anteriores e de criar um novo modo de se relacionar (LU et al., 2020).

Neste sentido, o conceito de vulnerabilidade que será usado no estudo é baseado na perspectiva interdisciplinar da saúde e da sociologia em que analisa os aspectos físicos, sociais, emocionais, econômicos e ambientais que podem afetar o modo de vida dos atores sociais (MOSSMANN et al., 2017). Sendo assim, os conceitos de resiliência e de vulnerabilidade se completam e são capazes de direcionar a pesquisa. Para realizar uma caracterização completa da sociedade é necessário estudar as características ambientais em que o objeto está inserido e a relação que esses indivíduos possuem com o ambiente em que vivem, além da relação com o contexto social onde a comunidade está inserida. Essa associação dos conceitos é explicada por Layrargues (2017), ao apontar que a vulnerabilidade ambiental resultante da degradação ambiental atinge algumas comunidades específicas com maior intensidade, afetando sua forma de vida e suas condições de trabalho, e, em consequência, também afeta suas condições sociais. Portanto, comunidades marginalizadas tendem a ser mais vulneráveis em situações de risco (desastre ambiental, surtos de doenças ou conflitos externos) dado que possuem menor disponibilidade de recursos financeiros, humanos e ambientais para enfrentar as adversidades.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

As regiões escolhidas para o estudo estão localizadas em biomas distintos. A comunidade do Buieié está localizada em domínio de Mata Atlântica, enquanto a comunidade Santa Fé está localizada na Floresta Amazônica (Figura 4).

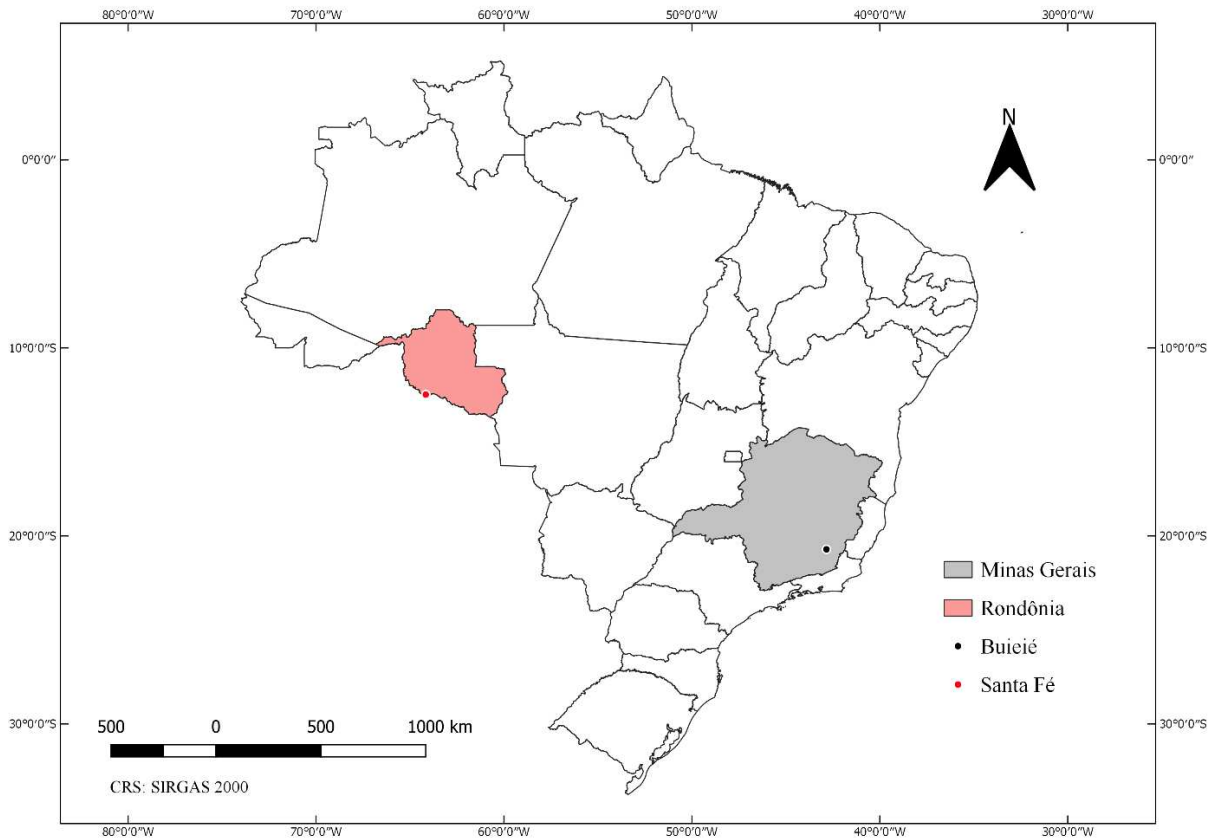


Figura 4: Localização da comunidade quilombola Santa Fé e Buieié.

Fonte: Mapa baseado na informação do IBGE, 2020
(<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa220344>)

Apesar das diferenças na localização, as duas comunidades estão em situação de pressão territorial, Santa Fé com os avanços da criação de gado e o Buieié com o pressão do mercado imobiliário e avanço da tecido urbano. Nos dois casos a mudança do uso e ocupação refletem as inseguranças que as comunidades tradicionais sofrem, mesmo estando em conformidade com o Estado em relação a regulamentação fundiária. Em um caso, há a substituição da mata por monocultivos e pastos e em outro, a substituição de plantios por espécies florestais exóticas.

3.1. Buieié

A região da comunidade do Buieié, está localizada de 15 a 20 km do centro histórico da cidade de Viçosa, Minas Gerais (CIRO, 2018). A cidade, localizada na Zona da Mata

Mineira, em domínio de Mata Atlântica, possui clima classificado como cwa (clima subtropical úmido) pela classificação de Köppen-Geiger, subtropical, caracterizado por invernos secos e verões quentes. Se encontra no domínio da floresta estacional semidecidual que, nas regiões tropicais, é presente em áreas que nas quais ocorrem uma seca hiberna e intensas chuvas no verão (Figura 5) (CABRAL, 2016).

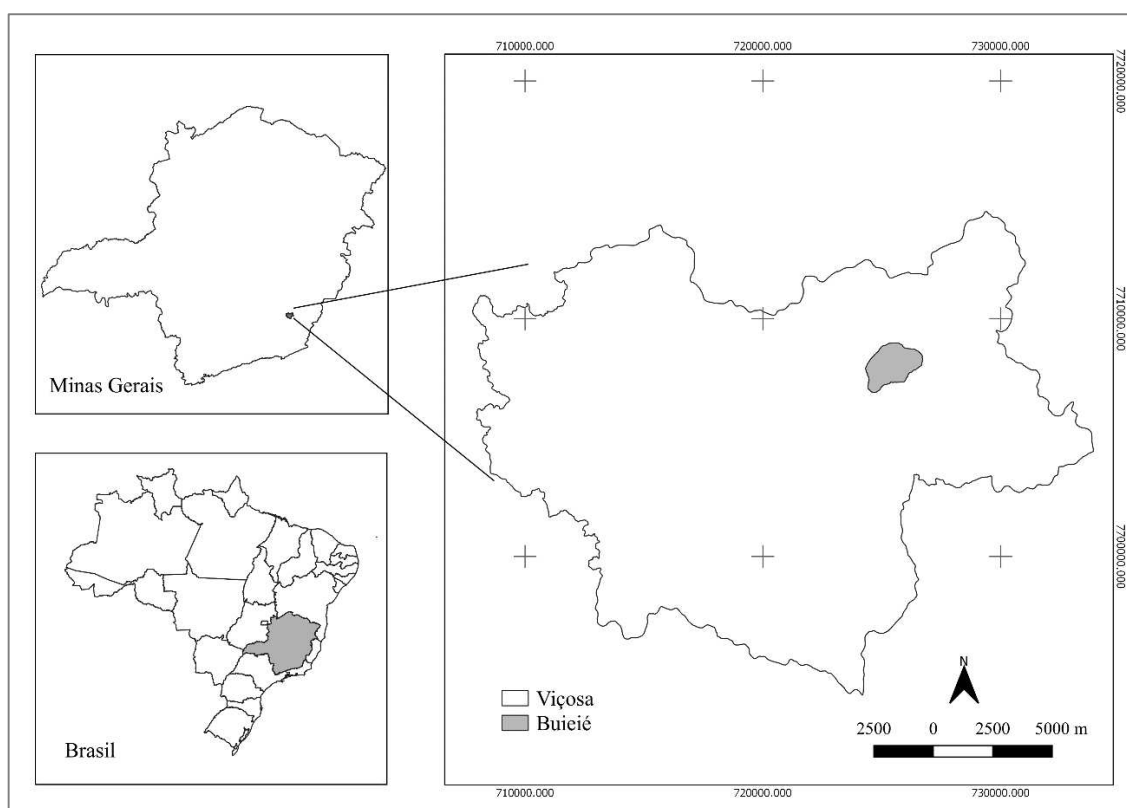


Figura 5: Local da área de estudo.

Fonte: Mapa baseado na informação do IBGE, 2020
(<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#mapa220344>)

O referido local possui seu registro estabelecido pela Fundação Cultural Palmares, adquirido no ano de 2004, no qual atesta ser uma comunidade quilombola (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019). A certificação ocorreu sem o conhecimento da comunidade por um membro da Universidade Federal de Viçosa que iniciou o processo e não comunicou a associação de moradores. Apenas em 2016 a notícia chegou ao conhecimento dos membros da comunidade, atrasando em anos o acesso a políticas de apoio a remanescentes quilombolas. Segundo Magno (2008), não há um consenso entre os mais velhos sobre como foi arrendada a terra em que o grupo está inserido, sendo que os moradores mais antigos possuem diferentes memórias dos territórios. Enquanto alguns defendem a tese de que a terra foi comprada de uma senhora de engenho chamada Nhanhá do Paraíso, outros

atestam que esta terra tenha sido doada por ela (MAGNO, 2008). O que se pode confirmar é que a proprietária passou as terras para seus antigos escravos (CIRO, 2018).

A partir deste evento, as famílias iniciaram o processo de ocupação deste território, passado de geração a geração, culminando na formação atual da comunidade. Segundo dados cedidos pela prefeitura de Viçosa, cerca de 500 moradores residem na comunidade, totalizando 130 famílias (PREFEITURA DE VIÇOSA, 2019). No Buieie a relação de parentesco e amizade é muito forte, fato que gera um sentimento de pertencimento no qual a terra é uma forma de manter as famílias e amigos unidos (CIRO, 2018; PINTO et al, 2009).

A construção das moradias de pau-a-pique, construídas em sistema de mutirão formados pelos membros da comunidade, foram totalmente substituídas por construções de alvenaria (PEREIRA, 2000). Estes imóveis estão distribuídos dentro da comunidade entre o Buieie de cima e o Buieie de baixo (PINTO et al, 2009). Segundo este mesmo autor, no “Buieie de baixo” há uma maior concentração de moradores, as casas são menores e mais próximas umas das outras, seguindo um padrão mais urbano, em que os terreiros pouco são usados para plantação de hortas ou pomares. Por outro lado, no “Buieie de cima”, também conhecido por “Joãozinho”, as moradias são mais espaçadas, com maior incidência de terreiros produtivos, com plantação de árvores frutíferas e culturas perenes como café, cana de açúcar e milho (PREFEITURA DE VIÇOSA, 2019).

Não há escola ou posto de saúde nas proximidades. As vias públicas não são iluminadas e na maior parte das propriedades não há qualquer tipo de tratamento do esgoto, mas algumas casas contam com fossa sépticas, e a prefeitura não realiza coleta de lixo na região (TORRES, 2014; SANTOS et al., 2016). De acordo com Ciro (2019), a maior parte dos habitantes são jovens e adultos, cerca de 50% da população declararam não ter educação formal e apenas 10% frequentaram o ensino médio, a escola pública mais próxima está a 5 quilômetros de distância e atende crianças até, em média, 11 anos de idade, após esse período os alunos devem estudar nas escolas do centro da cidade. Na proximidade não existe centro de saúde para atender as comunidades da região, o mais próximo está localizado a 8 quilômetros (CIRO, 2019). O IDH da região em que a comunidades está localizada, segundo Abreu et al. (2011), em estudo realizado em 2011 estava entre 0,71 e 0,74⁷.

⁷ A análise do IDH da região engloba o bairro vizinho à comunidade do Buieie, Viroleira, uma região caracterizada por ser um bairro de classe social mais alta. Portanto, a informação do IDH não representa o índice de desenvolvimento da comunidade.

No entorno há uma fazenda com grande extensão de plantio de café e eucalipto e outras menores que também usam suas terras para o cultivo de culturas com valor agrônômico. As características tão distintas das comunidades vizinhas parecem ter alguma influência no modo de cultivo da terra no Buieié. É digno de nota que há alguns pequenos plantios de eucalipto dentro do remanescente de quilombo (Figura 6).

O Buieié é uma comunidade quilombola localizada entre a zona rural e urbana, houve a mudança das construções, e sua forma de produção também está em transição. A partir dessa informação, é possível observar que as comunidades vizinhas têm um modo de vida muito diferente da comunidade, contudo, dentro desta existe uma tendência em seguir os padrões de produção do entorno (como foi visto o eucalipto e na organização territorial do entorno). Não há registros de conflitos e embates pontuais pela permanência no território, embora haja um impacto crônico da ocupação urbana e da apropriação gradual por moradores de fora.



Figura 6: Área de ocupação da comunidade Buieié.

Fonte: Mapa extraído do Google Earth Pro.

A figura representa a área de ocupação da comunidade Buieié em amarelo em que é notável a presença de plantios agrícolas/florestais, na imagem é possível observar como se dá a formação das construções no local e das propriedades vizinhas.

3.2. Santa Fé

A comunidade quilombola de Santa Fé está localizada no município de Costa Marques, sob domínio da floresta amazônica com clima Am (Clima tropical monçônico), pela classificação Köppen-Geiger (ALVARES et al., 2014). A região foi ocupada em 1734 em razão da descoberta de ouro no Rio Guaporé e há registros de que a comunidade quilombola existe desde 1888 (Fiocruz, 2019). Santa Fé possui o Certificado de comunidade quilombola desde 2007, e o título da terra foi concedido em 2018 (Fiocruz, 2019). Entre a certificação e a titulação a comunidade passou por períodos de instabilidade, como conflitos com vizinhos, agentes públicos e latifundiários. Algumas famílias foram pressionadas a vender suas terras devido à pressão do dono dos terrenos vizinhos que tinha como aliado o então delegado, nesse momento quem estipulava o preço da terra era a própria parte interessada em comprar, se aproveitando da vulnerabilidade dos moradores mais velhos que não sabiam ler para assinar o documento de venda (Nova Cartografia Social, 2009).

Para evitar qualquer mudança de planos, o latifundiário mandou queimar as propriedades que havia comprado, enquanto os membros da comunidade que venderam suas terras foram morar na periferia de Costa Marques (Fiocruz, 2019, Nova Cartografia Social, 2009). Com a resistência de alguns moradores e com o apoio da Igreja Católica da paróquia do Espírito Santo, o Estado decretou a posse das terras para os moradores da comunidade Santa Fé, e, para evitar casos semelhantes, a comunidade se organizou por meio da associação de moradores com o objetivo de agilizar o processo de titulação (Fiocruz, 2019).

A área é ocupada por 41 famílias, localizada na divisa com a Bolívia e à margem do rio Guaporé (Figura 7 e 8) (Monteiro, 2013; INCRA, 2019).



Figura 7: Localização da comunidade Santa Fé.

Fonte: Mapa extraído do Google Earth Pro.

Nesta comunidade se produz mandioca, pesca, caça e também se cria gado, recentemente muitos moradores também trabalham fora da comunidade vendendo sua mão de obra em fazendas vizinhas e na cidade (Monteiro, 2013; INCRA, 2017). Apesar de possuírem o certificado desde 2007, em 2016 os membros da comunidade denunciaram ao Ministério Público a falta de ação do órgão responsável pela titulação, segundo o INCRA os agentes estavam tendo conflitos com grileiros que se recusavam a desapropriar a terra para a demarcação quilombola, e a titulação só ocorreu em dezembro de 2018.

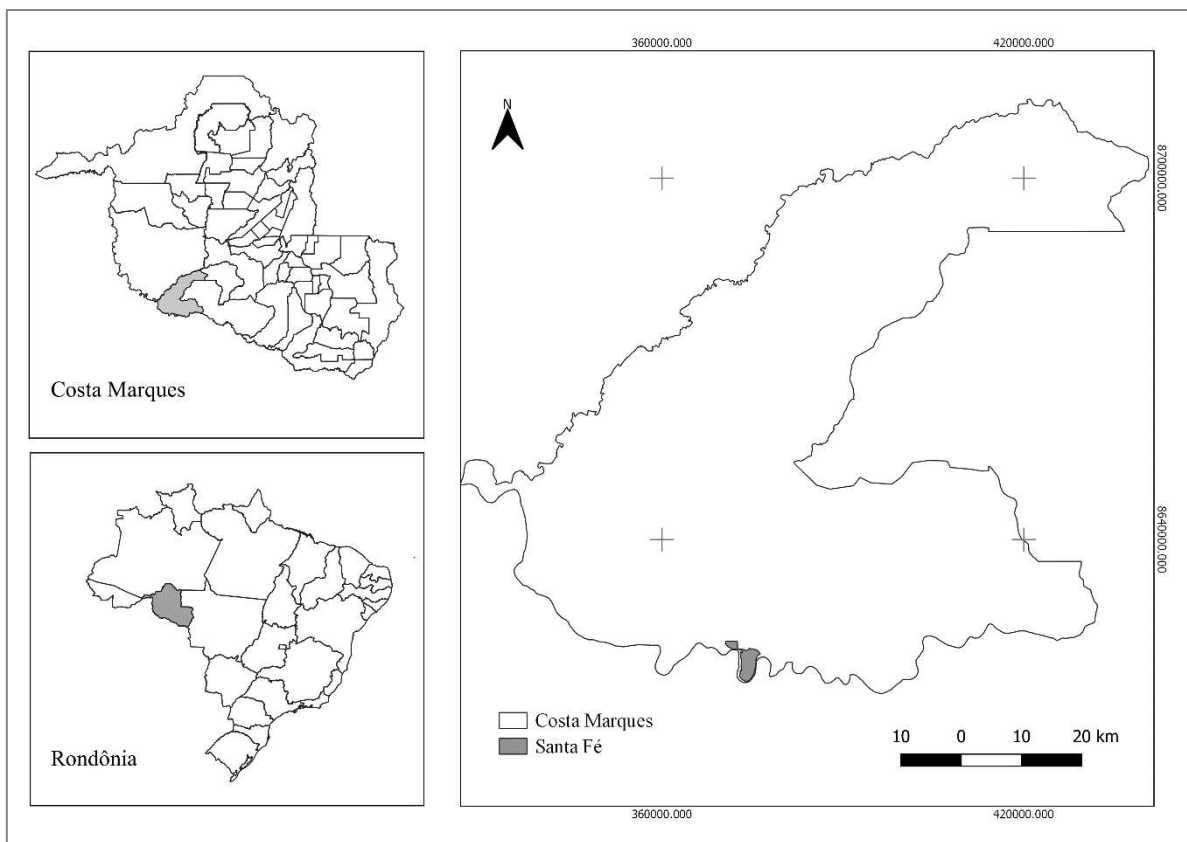


Figura 8: Comunidade Santa Fé.

Fonte: Mapa baseado nas informações do IBGE, 2020 e do Acervo Fundiário do INCRA, 2018.

(<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa220344>; <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>)

A comunidade de Santa Fé, ao contrário do Buieié, sofreu ao longo dos anos diversos ataques para deixar o território. Os latifundiários locais estão continuamente em busca de mais espaços para a agricultura e pecuária especializada, portanto, o território da comunidade tornou-se um alvo. Os anos em que a comunidade não possuía o título da propriedade foram anos de insegurança e de pressão violenta para deixar o território. Nesse caso, a disputa

territorial é baseada no avanço da fronteira agrícola, e junto a isso é possível observar a importância da organização social para resistir e garantir os direitos da comunidade.

4. DINÂMICA ESPACIAL DE USO E OCUPAÇÃO DE TERRA NA REGIÃO DA COMUNIDADE BUIEIEÍ, MINAS GERAIS

4.1. Introdução

Neste capítulo será discutido a diversidade na formação dos quilombos e em especial os quilombos que estão localizados em territórios próximos à zona urbana. No senso comum, os quilombos estão localizados em áreas rurais e em locais de difícil acesso, no entanto, o crescimento da urbanização gerou a aproximação a algumas comunidades tradicionais, gerando novas relações entre os atores sociais. Sendo assim, o artigo tem como foco as comunidades que estão localizadas em dinâmicas mais fluidas entre os meios rural e urbano. A partir dessa interação, as comunidades estão sujeitas a novas influências que podem ser favoráveis ou gerar vulnerabilidades.

As comunidades quilombolas estão muito suscetíveis a vulnerabilidades, isso devido ao histórico da introdução dos negros no Brasil. Portanto, é comum a própria comunidade desenvolver estratégias para sobrepor as dificuldades. Algumas estratégias fortalecem o laço de comunidade, como o cultivo coletivo da terra, mas há meios que reforçam o histórico de subordinação desta comunidade, como a venda da mão-de-obra para realizar trabalhos insalubres, sendo que a proximidade com a cidade facilitou a busca por este tipo de trabalho, mas, ainda assim, são formas de permanecer no território (MALCHER, 2009; PRESTES, 2013; VILLAMIL et al, 2016; SILVA et al, 2017). Todas essas relações impactam no território, portanto, por meio da observação da dinâmica do uso e ocupação do solo é possível analisar algumas formas de interação social.

A comunidade Buieieí, localizada em Viçosa, é um exemplo de comunidade quilombola que está na zona de transição rural e urbana. A partir da interpretação do mapa da comunidade e do entorno é possível observar algumas mudanças que se relacionam com a interação da comunidade com o ambiente rural e com o ambiente urbano, que, assim como as mudanças do uso do solo, impacta os fatores de construção da identidade quilombola.

4.1.1. Comunidades quilombolas e a relação urbano-rural

A formação dos quilombos se deu por diversos motivos, como: heranças, doações, como forma de pagamento por atividades realizadas, a simples permanência nas terras que já residiam e produziam, habitação em terras abandonadas e a compra de propriedades (SCHMITT, 2002, MELO, 2008). Isso gerou uma grande diversidade nos tipos de quilombos existentes no país, podendo ser de maior ou menor extensão territorial, temporário ou permanente, afastados ou próximos aos centros urbanos, e gerados por diversos tipos de revoltas, não só pela indignação com o sistema escravista (REIS, 1996). Tratava-se de comunidades que eram formadas por grupos majoritariamente negros vindos de diversos lugares da África, que tiveram que aprender a conviver com as especificidades culturais de cada região, mas também eram compostas por soldados desertores, indígenas, condenados fugitivos, aventureiros e vendedores (REIS, 1996).

A diversidade na formação dos quilombos, aliada à biodiversidade dos terrenos brasileiros, proporcionaram a criação de diversas culturas específicas nestes territórios, que não foram devidamente valorizadas (ANJOS, 2004). Foi apenas na constituição de 1988, instituído no artigo 68, que estes povos tradicionais obtiveram a garantia à titulação definitiva das terras que já ocupavam e desenvolviam sua cultura durante anos (O'DWYER, 2007).

A partir deste momento as populações começaram a ter o mínimo de direitos assegurados. No entanto, a cargo de definir quilombo, a legislação limitou o conceito a comunidades de pessoas negras composta por escravos fugitivos, e este conceito desconsiderava a particularidade local e levava em consideração uma forma cultural que já não os representava (MENEZES, 2012). O conhecimento de mais comunidades e as evidências da diversidade entre elas dificultou o enquadramento de um conceito oficial e que representaria a todas (RAMOS, 2009), e, por este motivo, o direito à autodefinição foi essencial para que as comunidades tenham autonomia.

A autodefinição é importante para todas as comunidades quilombolas, mas sobretudo para as antes localizadas na margem da cidade, envolvidas pela urbanização. Existe a dificuldade de comunidades remanescente de quilombo se reconhecerem em um ambiente urbanizado, pois na cidade não há a reprodução cultural através dos cultivo de plantas medicinais, e a agricultura de subsistência, nas cidades os grupos étnicos se relacionam diretamente com outros grupos sociais e em sua maioria não se trata de comunidades predominantemente negras, mas de comunidade que criam laços através de manifestações artísticas mesmo em um ambiente marcado pela pluralidade (CARRIL, 2006; OLIVEIRA; D'ABADIA, 2015). A urbanização crescente engloba comunidades rurais e estreita os laços

entre campo-cidade. Este fenômeno é chamado de periurbanização, e segundo Allen (2003), é caracterizado pela perda de elementos rurais e urbanos em uma área, ou seja, o território urbano avança para o meio rural e se transforma em uma área em que as características urbanas e rurais são mescladas.

Os centros urbanos passam a serem vistos como ambiente de oportunidade de empregos para comunidades rurais e/ou tradicionais. A análise realizada por Bentes (2018) elucida que a expansão urbana próxima ao quilombo Lagoa dos Índios provocou mudanças nas relações entre a comunidade e a cidade, uma delas é a relação de trabalho na qual membros da comunidade vão diariamente à cidade para trabalhar, sendo que autora descreve essa característica como uma nova forma de dependência do centro urbano. Para Rambor (1969), a mudança da relação do trabalho é explicada pela urbanização e no sentido do que o trabalho significa para pessoas que vivem no meio rural e no meio urbano. No ambiente ruralizado o trabalho, tradicionalmente, era aprendido com os mais velhos e o conhecimento se passava de pai para filho sobre o funcionamento de todos os afazeres do campo. Na cidade há esse direcionamento para uma função específica, desde a escola até o desempenho da técnica escolhida (RAMBOR, 1969). Segundo Arrudi (2016) esta situação de trabalho também afetou o quilombo da Região dos Lagos: a proximidade com a indústria mudou a perspectiva de futuro dos jovens, havendo a perda do sentimento de permanecer e viver do território, que se transformou na vontade de buscar uma capacitação técnica para trabalhar nesses grandes empreendimentos.

As consequências sociais, tanto no meio rural quanto no urbano, demonstraram que a relação entre esses ambientes vai além do que era considerado apenas uma área produtiva para o consumo dos grandes centros. Segundo Veiga (2002), o desenvolvimento de qualquer comunidade rural está diretamente relacionado à sua relação com o ambiente urbanizado, principalmente o centro mais próximo. Contudo, para entender essa relação o conceito de zonas rurais e urbanas necessitam ser repensados (MARQUES, 2002).

O atual conceito de urbano, segundo o IBGE, é definido por meio de características político-administrativas, sendo caracterizada por construções, arruamentos e densidade populacional intensa, sendo o ambiente rural tudo que está fora da definição de urbano (IBGE, 1999; MARQUES, 2002). As características levadas em consideração para definir essas regiões são generalistas e apagam a vivência de diversas cidades brasileiras, que são aglomerados de vilas e vivem uma realidade no meio termo entre rural e urbano (MARQUES, 2002). A falta de reconhecimento e entendimento sobre esses lugares de transição dificultam a

aplicação de políticas de desenvolvimento territorial. Assim, em 1994 surgiu uma classificação que categoriza os ambientes em: essencialmente rural (são aquelas em que mais de 50% da população regional habitam em unidades de base rurais); relativamente rural (são aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habitam em unidades de base rurais); essencialmente urbanizadas (são aquelas em que menos de 15% da população regional habitam em unidades de base rurais) (VEIGA, 2002).

Na literatura, entre as diversas formas de analisar a relação rural-urbano, duas são fundamentais: dicotomia e *continuum* (KIELING; SILVEIRA, 2015). Na dicotomia prevalece a visão de rural e urbano vistos como opostos, enquanto no *continuum* há a constatação da influência do ambiente urbano no meio rural como a modernização de processos ou o consumo de produtos industrializados e também a valorização da relação do meio rural com a natureza (KIELING; SILVEIRA, 2015). O ambiente rural passou a possuir acesso a estradas aparelhadas, supermercados, antes inexistentes nesse meio, no entanto há uma mercantilização de seu modo de vida, visto por exemplo, pelo hábito crescente das comunidades urbanas de usarem o rural como um escape momentâneo da cidade. Essa ocupação dos espaços rurais se torna permanente com a ocupação urbana horizontal, que devido a fatores como aumento da densidade populacional e migração resulta na expansão urbana para território rural, chamada de suburbanização (JORDÃO, 2014).

Esta relação acontece desde o início da formação dos centros urbanos, sendo que segundo Favareto (2007) toda formação urbana aconteceu próxima de regiões que possuíam áreas cultivadas com grau de desenvolvimento avançado caracterizado pelos plantios volumosos devido a uma terra rica em nutrientes, assim o desenvolvimento estava diretamente ligado à quantidade de produtos agrícolas no local. As cidades sempre foram dependentes da mercadoria fornecida pelo meio rural, mas ao longo do tempo houve uma transformação na interação entre esses meios em uma relação de subordinação, o rural fornecia alimento enquanto todos os fatores essenciais para a inovação eram gerados nas cidades, sem a necessidade de desenvolver práticas agrícolas (FAVARETO, 2007). O que mudou com o passar dos anos foi a aproximação entre os territórios e a mudança na forma de enxergar os espaços rurais não apenas como um local de produção agrícola, mas como uma relação complexa que envolve trabalho, produtos e bens simbólicos (FAVARETO, 2007).

Ainda que a relação campo/cidade tenha um novo significado e há uma preocupação com as particularidades locais, a agricultura já se transformou em um setor econômico que segue as regras do mercado produtivo, valorizando a industrialização (LEFEBVRE, 2006). Segundo Melo (2016), a relação do rural com o urbano está ligada a um projeto de sociedade

urbano-capitalista, que valoriza o território rural para produção de *commodities* e incentiva o esvaziamento do campo para usufruir da mão-de-obra dos migrantes na indústria urbana. Esse aspecto na mudança da produção é refletido pelo aumento dos monocultivos. O autor relata que esse projeto afeta ainda mais populações tradicionais, que possuem uma relação íntima com o território, e nesta situação não há esforço do Estado em garantir a permanência dessas comunidades na terra, visto que mais de 80% dos recursos para desenvolvimento do campo são fornecidos ao agronegócio (MELO, 2016).

Sendo assim, é necessário discutir as influências que esses fatores tem em comunidades quilombolas. São comunidades que se constituem com o objetivo de preservar a cultura e a reprodução de cultivos históricos, mas que, não raro, se encontram em situação precária em relação a assistência do Estado e em zona de influência rural e urbana. Sofrem pressão em relação à produção das comunidades vizinhas e da ocupação urbana, deste modo, é necessário entender como essas comunidades reagem a essas informações para desenvolver métodos de apoio a esses grupos em situação de vulnerabilidade. Por isso, faz-se necessária a articulação da categoria analítica de resiliência a fim de que sejam pensadas estratégias de minimização de tais vulnerabilidades.

4.1.2. Estratégias de resiliência em comunidades quilombolas

A relação direta com a terra e o cultivo do alimento estão diretamente ligados ao modo de vida de comunidades tradicionais. Existem iniciativas que relacionam resiliência na agricultura em experiências europeias e demonstram que a forma dinâmica e diversificada de produção é um forte fator na construção de resiliência (BJØRKHAUG, 2018). O estudo de Layragues (2017) revela que a vulnerabilidade ambiental atinge com maior intensidade as comunidades que já se encontravam em uma situação precária, afetando verticalmente sua forma de vida e condições de trabalho. No Brasil, pesquisadores que se dedicaram ao estudo da resiliência em remanescentes de quilombo apontam que esta diversidade na produção e na forma de vida está diretamente ligada à afirmação identitária, sendo que o território é parte fundamental da construção de identidade e da memória coletiva, como também é parte da luta por direitos, como afirma Malcher (2009). Segundo Prestes (2013), a resiliência guarda relação com o sentimento de pertencimento, de coletividade, da união e de suporte social entre os membros da comunidade. As práticas tradicionais como artesanato, medicina tradicional, língua, religião, agricultura de subsistência, cultivo de plantas medicinais e sistemas agroflorestais são métodos que fazem parte da história das comunidades e que também movimentam a economia local (VILLAMIL et al, 2016; SILVA et al, 2017). O autor

destaca que estas são formas de “inclusão produtiva” que fazem parte da história da comunidade local (SILVA et al, 2018).

Além destas práticas tradicionais, o trabalho informal surge como ponte para chegada de outros benefícios às comunidades, como exemplificado por Silva et al (2018). Segundo o autor, as oportunidades sazonais em propriedades locais são administradas por um morador da comunidade, este morador é responsável por divulgar ofertas de trabalho para os membros locais. Mesmo sendo uma característica adaptativa este exemplo apresenta as situações de subordinação dos membros desta comunidade, sendo que, segundo uma moradora, são trabalhos exaustivos e de alto nível de periculosidade (SILVA, et al, 2018) que expõe outro fator de vulnerabilidade social. A figura 9 permite entrever uma sumarização de estudos encontrados que articulam o conceito de resiliência em comunidades quilombolas.

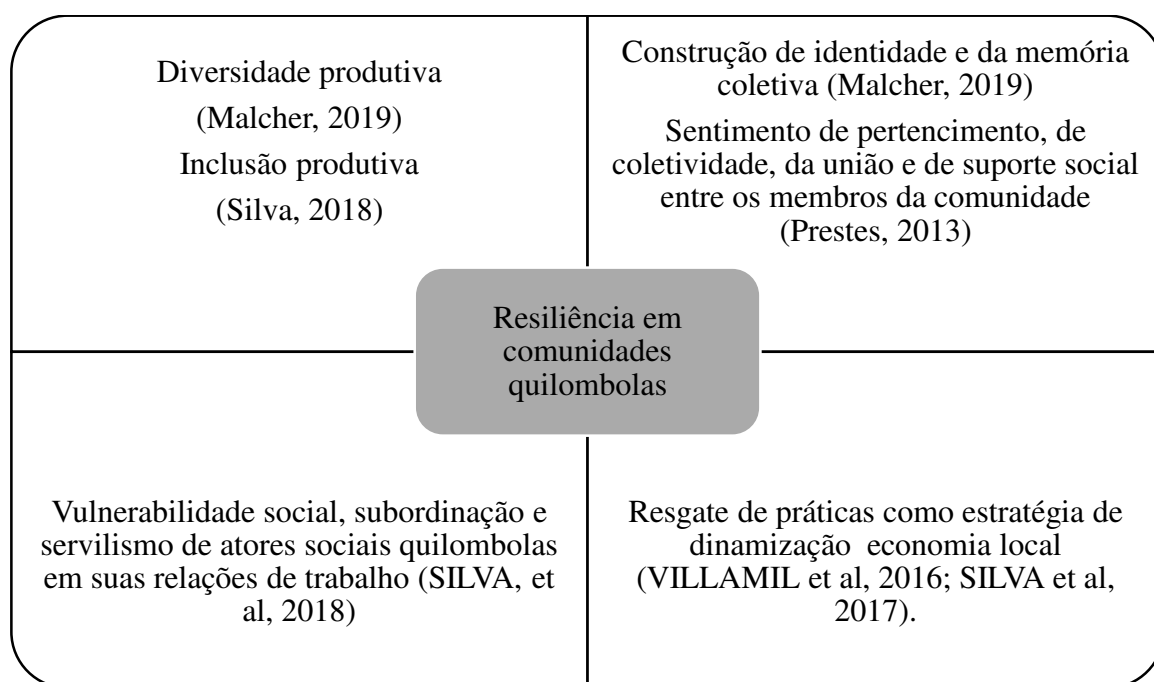


Figura 9: O conceito de resiliência em estudos relacionados a comunidades quilombola.

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, desta maneira, uma escassez de estudos que articulem a categoria analítica resiliência em comunidades quilombolas com a dinâmica de transformação do uso do solo, especialmente em áreas onde predominam a interface rural-urbana. A análise do espaço geográfico permite que se observe o padrão de ocupação da comunidade estudada e do entorno, e a partir desses resultados apontar aspectos que fortaleçam a resiliência, ou as

vulnerabilidades. O fator interno a ser considerado é o arranjo espacial do sistema e suas interações, enquanto o fator externo seria o contexto no qual o sistema está incluído (CUMMING, 2011). Dentro do primeiro aspecto é importante ressaltar que o planejamento espacial e o manejo de recursos reduzem a vulnerabilidade de comunidades (TURNER et al., 2010). Dentre os fatores externos, pode-se citar a conectividade, ou seja, os fatores sociais e ambientais podem ser analisados através dessa perspectiva essencial para a construção de resiliência, sendo fundamental na difusão de informações e de produtos (CUMMING, 2011; DARREN et al., 2018).

Cumming (2011) avaliou que a resiliência espacial pode ser aplicada para sistemas socioeconômicos em uma escala global, regional e local, e todas essas propriedades influenciam na identidade interna e externa do sistema baseadas nos componentes presentes, nas relações, na inovação e adaptação, continuidade, memória, os limites e nas perturbações locais. Essas propriedades também interferem quando na habilidade de resposta do sistema e no caminho de resposta dependendo do tipo de distúrbio (BRUNETTA; CALDARICE, 2020). Para Lu et al., (2020) a revisão de literatura é essencial na adequação dos fatores de resiliência espacial do sistema, a partir dessa busca é possível associar com os fatores reais. Dentre estes fatores, os autores destacam algumas características mais comuns como adaptabilidade, diversidade, conectividade e flexibilidade. São fatores que auxiliam na análise das características espaciais para avaliar a resiliência do sistema levando em consideração onde está inserido. No estudo, será analisado o contexto da comunidade para avaliar com mais precisão os fatores de vulnerabilidade e resiliência, a resposta e a adequação da comunidade em relação aos fatores ambientais e econômicos em comparação ao entorno.

4.2. Metodologia: A aplicação da fotointerpretação para análise de uso e ocupação da terra

A fotointerpretação foi o instrumento metodológico escolhido para analisar as mudanças no uso e ocupação da terra na comunidade quilombola Buieié, e compará-las com as mudanças do entorno. Tais transformações territoriais são discutidas via revisão bibliográfica sobre a construção de resiliência em comunidades quilombolas e sobre os desafios de comunidades situadas em ambiente influenciado pela complexa dinâmica rural-urbano. A interpretação visual, seguida pela caracterização manual das imagens disponíveis na plataforma Google Earth, levou à identificação de cinco classes, seguindo os critérios da tabela 2.

A definição da classe “Zona Urbana” e “Estabelecimentos da zona rural”, além da classificação visual, também foi auxiliada pelo plano diretor da cidade, que estabelece a macrozona urbana, zonas de expansão urbana e as macrozonas rurais⁸. As áreas antropizadas são áreas que não se encaixam nas classes estabelecidas, mas representam áreas que sofreram algum tipo de intervenção humana.

Tabela 2: Chave de identificação dos elementos de classificação das imagens.

CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO	
EUCALIPTO	Cor verde, textura lisa, sombras uniformes devido os elementos apresentarem, aproximadamente, a mesma altura e localização afastada do centro urbano.
AGRICULTURA	Cor verde, textura lisa e uniforme, cultivos de café seguem um padrão definida pelas curvas de nível e localizada afastada do centro urbano.
MATA NATIVA	Cor verde com alguns pontos em cinza, textura rugosa e sombras irregulares pelos elementos representarem altura variadas.
CONSTRUÇÕES RURAIS	Tonalidade em branco e cinza, com menor adensamento e elementos envoltos em vegetação. Por estabelecimento rural neste estudo se entende as construções que estão fora da zona urbana.
ZONA URBANA	Tonalidade em cinza, maior adensamento de elementos e menor presença de vegetação.

Fonte: Elaboração própria.

Para o estudo da dinâmica da ocupação da terra foram analisadas imagens dos anos de 2002 e 2020. O intervalo de tempo escolhido se deu por representar um período relevante para

⁸ Câmara Municipal de Viçosa. Plano diretor, Anexo I. < <https://www.vicosa.mg.leg.br/processo-legislativo/plano-diretor> > (2019).

a pesquisa, além de apresentar imagens de melhor qualidade a serem trabalhadas. Para definir o entorno, foi utilizado um raio de 1 km a partir da linha 27 do ônibus da viação União, cujo trajeto vai do centro de Viçosa até a comunidade Buieié, reforçando a conectividade entre as áreas urbanizadas e o ambiente rural. A partir da linha de ônibus foi feita a análise da ocupação e uso da terra, através de polígonos marcados no próprio Google Earth Pro, para caracterizar a influência do entorno dentro da comunidade. Após as marcações dos polígonos, as imagens foram transferidas para o QGIS para processamento de dados e a construção dos layouts. O QGIS é um *software* livre que permite gerenciar dados de diversos formatos e a composição de mapas, além de ser um programa que permite a integração de outros *softwares* para a análise de informações (PEREIRA et al., 2018).

4.3. Resultados e discussões

4.3.1. Análise do uso e ocupação de terra na comunidade Buieié e região

A rota estabelecida pela linha do ônibus como elemento de análise da conectividade entre a comunidade, a vizinhança e o centro de Viçosa pode ser apreciada pela figura 10.

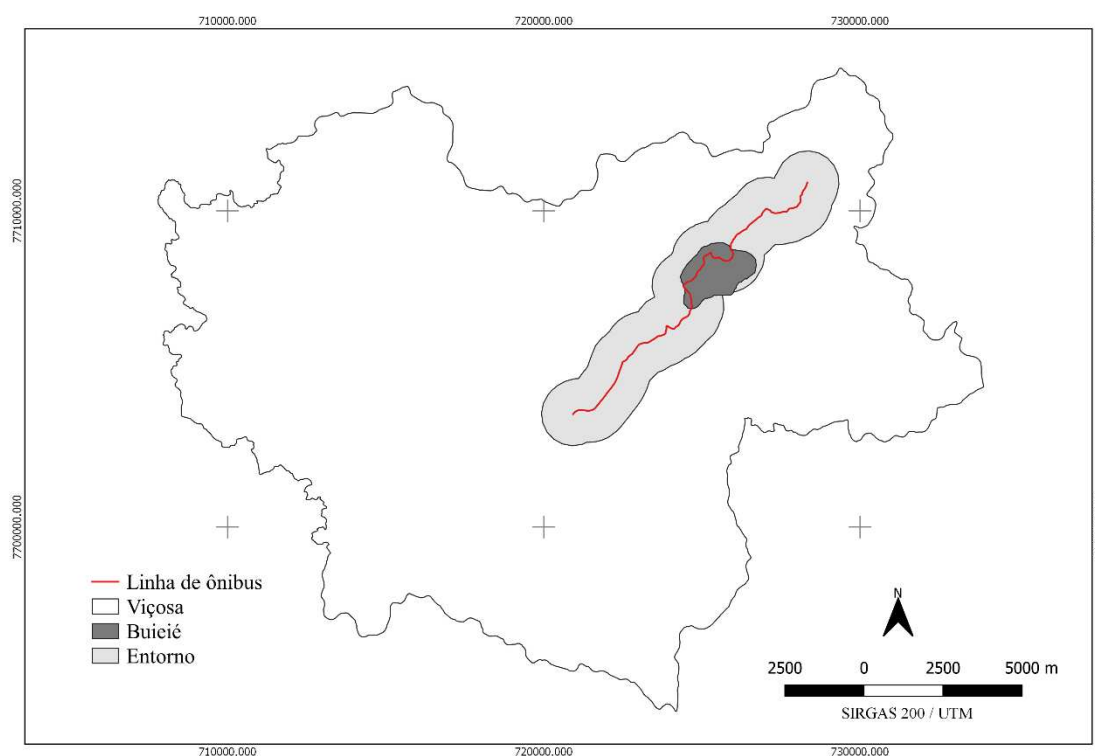


Figura 10: Área de classificação.

Fonte: Mapa baseado nas informações do IBGE e Magno (2008).

No ano de 2002, quando a comunidade ainda não havia sido certificada como quilombola, havia uma presença expressiva de cultivos agrícolas e de fragmentos de mata nativa, ocupando respectivamente 14,9 hectares e 41,1 hectares na comunidade. Os estabelecimentos rurais representavam 1% da área total com construções localizada mais ao centro da comunidade, mas afastadas umas das outras (Figura 11 e tabela 3).

Em 2020 os plantios agrícolas apresentaram um decréscimo de 14,9 hectares para 14,1 hectares, enquanto as áreas de plantio de eucalipto passaram a ocupar 8% da área da comunidade. Os fragmentos florestais ocupam atualmente 41,8 hectares (Figura 12). As moradias permaneceram nos mesmos locais da comunidades, ocasionando no adensamento de construções que passou a ocupar 9,6 hectares do Buieié. As moradias localizadas no limite da comunidade possuem características diferentes, com construções maiores e envoltas em plantios significativos.

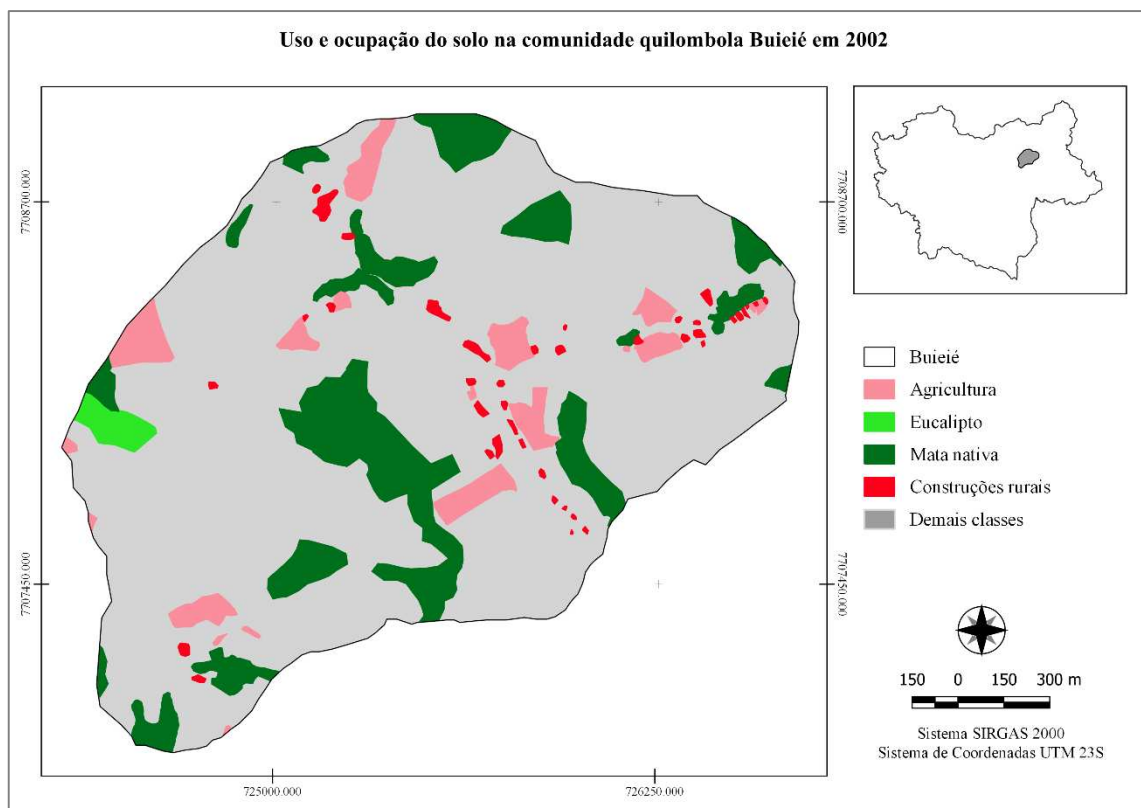


Figura 11: Classificação do uso e ocupação da comunidade Buieié no ano de 2002.

Fonte: Elaboração própria.

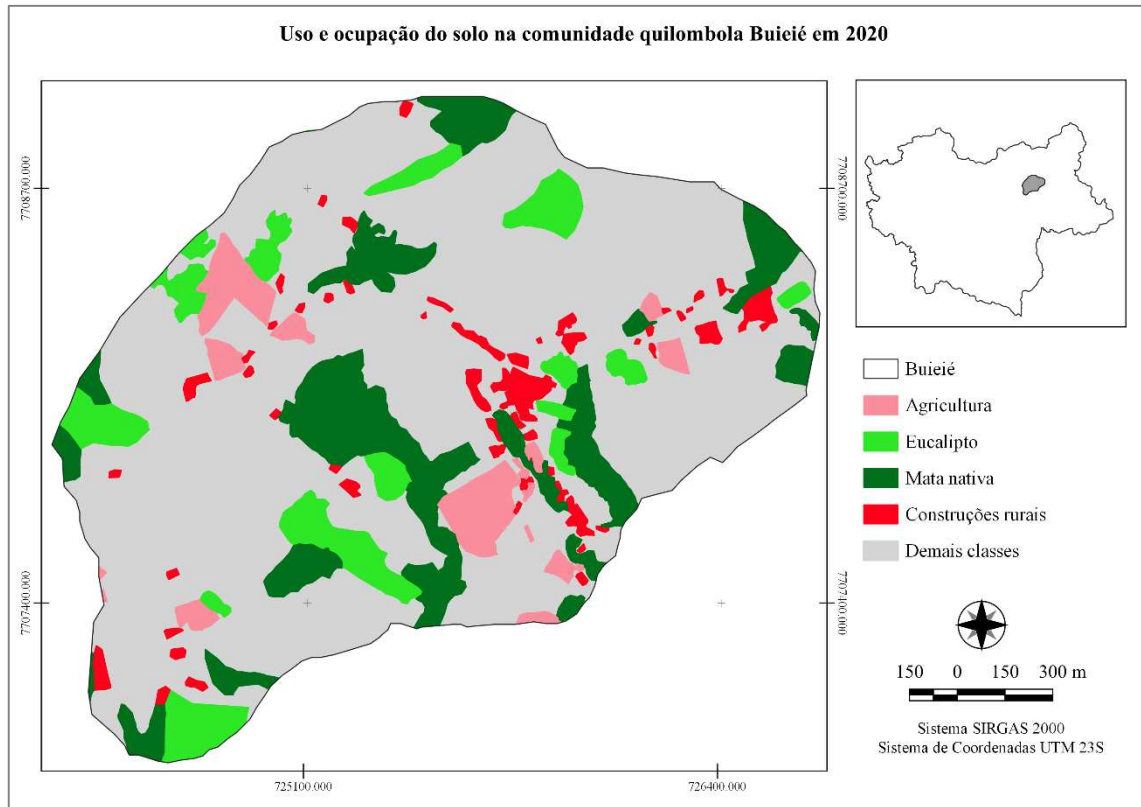


Figura 12: Classificação do uso e ocupação da comunidade Buieie no ano de 2020.

Fonte: Elaboração própria.

A dinâmica de ocupação dentro da comunidade segue o mesmo padrão das propriedades vizinhas, com exceção dos plantios agrícolas que, no Buieie, teve uma taxa de crescimento negativa de -1,2 (Tabela 3). No entorno houve aumento nas áreas ocupadas com plantios de espécies florestais de 17,2 para 83,5 hectares da área de cobertura, o aumento mais significativo (Figuras 13 e 14). Todas as classes de maior relevância para o estudo sofreram aumento, inclusive os fragmentos florestais que foram de 473,2 hectares para 485,6 hectares (Tabela 4).

O adensamento populacional, característica dos centros urbanos, também é repetido no Buieie. Os estabelecimentos rurais da região oposta ao centro permaneceram afastados uns dos outros. Os plantios de eucalipto aumentaram e estão presentes em quase toda a área de entorno até o centro de Viçosa.

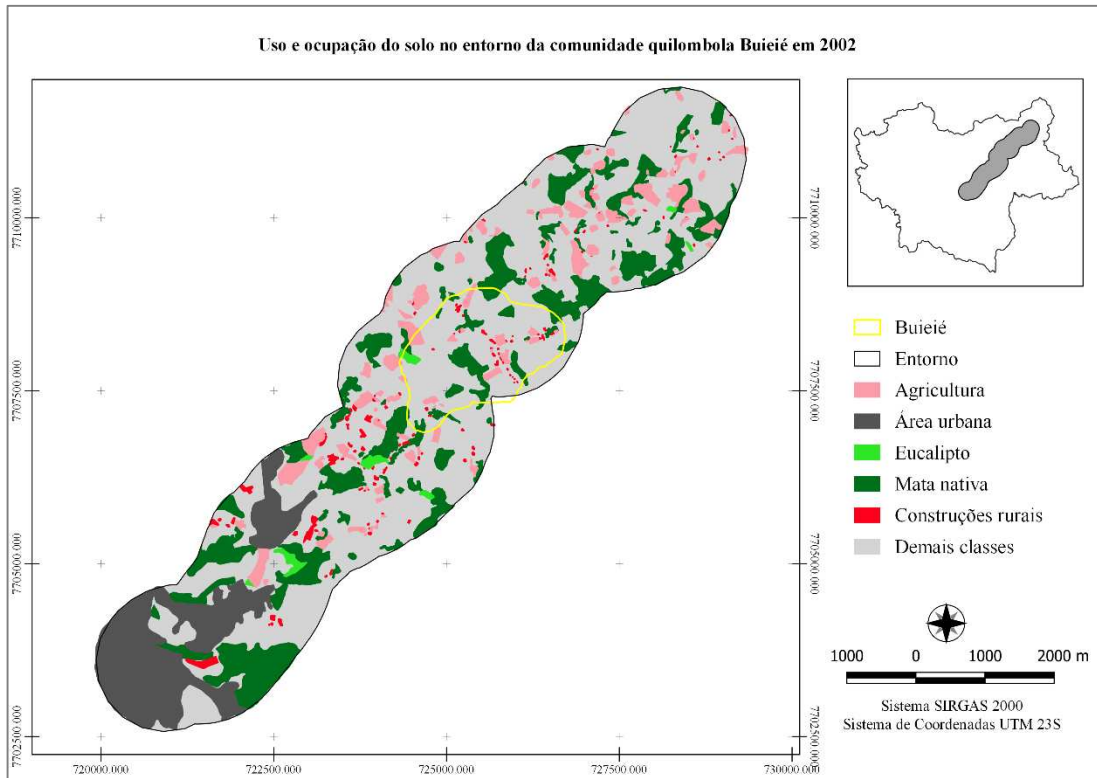


Figura 13: Uso e ocupação da terra no entorno da comunidade no ano de 2002.

Fonte: Elaboração própria.

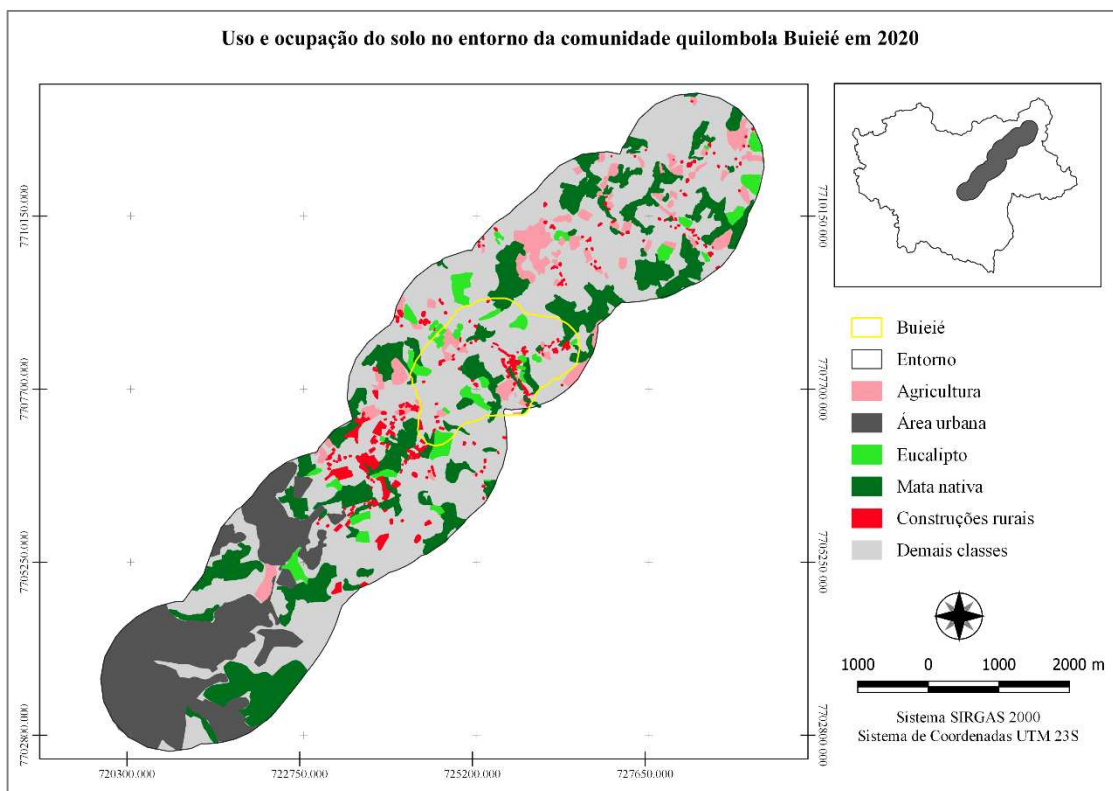


Figura 14: Uso e ocupação da terra no entorno da comunidade no ano de 2020.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3: Classificação do uso do solo na área ocupada pela comunidade Buieie nos anos de 2002 e 2020.

Classe	Buieie (2002) Buieie (2020)		Taxa de crescimento
	Área (ha)		
Mata nativa	41,1	41,8	0,02
Eucalipto	2,6	24,7	8,5
Agricultura	14,9	14,1	-1,2
Construções rurais	2,7	9,6	2,4
Demais classes	251,8	223,0	-0,1
Área total	313,2		

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4: Classificação do uso do solo na área ocupada pelo entorno da comunidade quilombola Buieie nos anos de 2002 e 2020.

Classe	Entorno (2002) Entorno (2020)		Taxa de crescimento
	Área (ha)		
Mata nativa	473,2	485,6	0,03
Eucalipto	17,2	83,5	3,85
Agricultura	155,9	225,4	0,64
Construções rurais	24,2	97,7	3,04
Área urbana	325,1	429,3	0,32
Demais classes	1669,3	1343,4	-0,20
Área total	2664,9		

Fonte: Elaboração própria

A agricultura tem uma presença constante dentro da comunidade e no entorno, baseada principalmente no plantio de café. A presença desses plantios teve crescimento de 0,64, levando em consideração o histórico de ocupação da Zona da Mata é compreensível a presença expressiva de cafezais na região estudada. A ocupação da região foi tardia devido às características da mata fechada, ocupada por comunidades indígenas e com a transição controlada pelas autoridades reais (VALVERDE, 1958). O primeiro passo para a formação de

idades aconteceu no início do século XIX com a introdução de cafezais próximos ao rio Parnaíba devido à expansão dos plantios no Rio de Janeiro (SOUZA et al., 2009). A espécie cultivada se adaptou bem à região e a presença de grandes extensões de terra foi favorável para o sucesso da produção na Zona da Mata, que se transformou em referência na produção de café até a crise de 1929, a partir da qual a produção na região se diversificou, sendo que em Viçosa os plantios mais expressivos eram de café, milho, feijão e hortaliças (SOUZA et al., 2009).

A plantação de eucalipto se consolidou como alternativa de mercado no período do regime ditatorial, desde então essa espécie foi ganhando espaço na produção de *commodities* e levou o país ao posto de segundo maior exportador de celulose produzindo aproximadamente 150 milhões de m³ no ano de 2018 (IBGE, 2018; LIMA; BARBOSA, 2019). Minas Gerais possui a maior área plantada do país contribuindo com 28,8% do território ocupado por eucalipto no Brasil (BERNARDINO; CARNEIRO, 2013). Na Zona da Mata, a espécie florestal apareceu em um momento de declínio da produção cafeeira, o cultivo pareceu atrativo por se tratar de uma região próxima a indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e empresas de papel e celulose (BERNARDINO; CARNEIRO, 2013).

Os plantios dentro da comunidade estudada, apesar de menores em relação aos plantios do entorno (o maior plantio dentro da comunidade Buieieé ocupa uma área de 4,8 hectares, enquanto o maior plantio da vizinhança ocupa 9 hectares), parecem intencionais. Por possuírem características de sombreamento uniforme e textura lisa provavelmente são elementos plantados ao mesmo tempo, portanto possuem a mesma idade. Assim como no Buieieé, o eucalipto e o café estão presentes nas comunidades quilombolas São Pedro de Cima e Colônia do Paiol, localizadas na Zona da Mata mineira, e os pesquisadores atribuíram a presença desses cultivos à pressão da relação de subordinação com agentes hegemônicos, fortalecendo a produção voltada ao mercado (BERNARDINO; CARNEIRO, 2013).

O mapa (Figura 14) demonstra que os estabelecimentos rurais do entorno aumentaram em 3,04, mas não perderam a característica de serem afastados entre si, enquanto as moradias dentro da comunidade do Buieieé, além de serem mais próximas sofreram maior adensamento, concluindo que a disposição territorial é diferente, porém o uso da terra é similar às propriedades rurais do entorno, comprovado pela presença marcante de plantios de café e eucalipto (Figura 15 e 16). Tanto na comunidade do Buieieé quanto na comunidade vizinha e suburbana do Zig-zag a ocupação se dá de forma mais agregada, considerando que houve uma influência do ambiente urbano na ocupação dessas comunidades (Figura 16 e 17).



Figura 15: Estabelecimentos vizinhos à comunidade quilombola Buieié.

Fonte: Google Earth Pro.



Figura 16: Comunidade quilombola Buieié.

Fonte: Google Earth Pro.



Figura 17: Comunidade do Zig-Zag.

Fonte: Google Earth Pro.

O padrão de ocupação da comunidade do Buieie demonstra a conexão entre rural e urbano, existe uma série de influências que a comunidade está sofrendo, na forma de produção e na forma de ocupação do território. Além disso, a comunidade está próxima ao bairro Violeira (Figura 18), e segundo os estudos de Santos et al. (2013) os índices de conforto domiciliar deste bairro transita entre “alto” e “regular”, enquanto o Buieie está entre “regular” e “baixo”, levando em consideração marcadores como acesso à água, acesso à energia elétrica, disposição de esgoto, proximidade de vias públicas, disposição de lixo e proximidade de hidrografia. A população, que é mais amparada pelo município, é caracterizada por moradores de classe social mais alta e tem acesso a escolas particulares e a saneamento básico (SANTOS et al., 2016).



Figura 18: Representação das comunidades mais próximas ao centro da cidade.

Fonte: Google Earth Pro.

O adensamento de moradias dentro da comunidade quilombola Buieié merece discussão tanto analítica quanto no âmbito político no que se refere ao planejamento territorial do município. O estudo de Bentes (2018), demonstra uma situação semelhante a que ocorre no Buieié. A expansão do mercado imobiliário para território quilombola Lagoa dos Índios, localizada no município de Macapá no estado do Amapá, foi determinante para a mudança da relação entre os membros da comunidade, há também o contraste nas construções dessas construções auxiliando na pressão para que os quilombolas vendessem suas terras para condomínios (BENTES, 2018). Na comunidade estudada por Bentes (2018) ainda é possível observar particularidades que os caracterizam como comunidade quilombola, embora a fragmentação territorial e o ritmo da ocupação da cidade tenha mudado a relação com o território. A identidade é um sentimento em transição diretamente ligada às experiências que o sujeito vive, portanto questões geográficas e históricas influenciam diretamente na construção dos laços com seus vizinhos e com o território (VAZ; ANDRÉ, 2016). No caso do quilombo Lagoa dos Índios, a conectividade com o ambiente urbano foi a consequência da fragmentação identitária. Assim, a falta de amparo governamental em relação à permanência na terra expõe os moradores a possibilidade de perder seu território e sua identidade.

Seguindo as categorias avaliadas por Cumming (2011) para analisar a resiliência espacial de sistemas locais, a comunidade do Buieié o arranjo dos componentes demonstram

que a adaptação da comunidade está diretamente ligada às relações com as comunidades vizinhas, apesar das características locais serem diferentes, o que não condiz com o uso de comunidades quilombolas que tem como característica o cultivo de subsistência e de espécies nativas variadas. O espaço ocupado por essa comunidade está sendo moldado pela necessidade do mercado imobiliário e pela pressão urbana (RAMUTSINDELA, 2007). Esses componentes analisados ilustram uma fraca de diversificação produtiva e apresentam uma desconexão com o uso tradicional do solo.

4.4. Conclusão

A comunidade quilombola Buieié se localiza em uma área de transição rural/urbana e por isso incorpora elementos dos dois ambientes. No que se refere às dinâmicas rurais, a comunidade mantém a presença do cultivo de café, indicando uma permanência histórica deste cultivo que é marcante na ocupação da zona da mata mineira. Houve um expressivo aumento do cultivo de eucalipto, que também seguiu uma tendência do entorno rural demonstrando que a pressão do entorno aliada às demandas do mercado são de grande influência no modo da comunidade usar o território. Já no que se refere às dinâmicas urbanas, o adensamento das construções é um desses elementos característicos do meio urbano, seguindo o padrão do bairro mais próximo, Zig-Zag. Há também a proximidade com um bairro que apresenta características de moradores de classe social mais alta, gerando um contraste nas características das construções imobiliárias. A rota de crescimento segue para o Buieié, o que pode gerar alguns conflitos de ocupação e também podem colocar em risco elementos que caracterizam a identidade quilombola, como o cultivo de plantas medicinais e um policultivo de subsistência. É necessário salientar então a importância da regulamentação fundiária como garantia de permanência na terra.

A comunidade do Buieié está exposta a diversas situações que, segundo a literatura, geram vulnerabilidade. A adaptação do uso e ocupação da terra segue relacionada com a produção de propriedade maiores e mais especializadas, com pouca variedade de cultivos e com espécies que não representam a memória da comunidade, além de seguir a ocupação mais adensada. Não foi possível relacionar as mudanças espaciais com as mudanças culturais da região, para isso seria necessário realizar entrevistas com membros da comunidade Buieié, sendo assim, para pesquisas futuras um conhecimento aprofundado dos moradores da comunidade é fundamental para entender melhor o impacto dessas mudanças para o modo de vida local.

5. DINÂMICA DO USO E OCUPAÇÃO DE TERRA NA COMUNIDADE SANTA FÉ, RONDÔNIA

O estado de Rondônia está localizado na porção sul da Amazônia Legal, que compreende toda a área amazônica que está situado no território brasileiro (FERREIRA, COELHO, 2015). A Amazônia Legal foi criada em 1953 para auxiliar no planejamento político da região e envolve nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão (HOMMA, 2008; SUDAM, 2010). A Amazônia é habitada por ¼ das espécies terrestres do mundo, seu desequilíbrio afeta o sistema de chuvas do Brasil inteiro e a circulação atmosférica do planeta (MELLO; ARTAXO, 2017). O desequilíbrio ocasionado pela transformação do uso do solo que, em sua grande maioria, se dá por meio do desmatamento, não apenas tem consequências irreversíveis para o ecossistema mundial e local, como também gera impactos socioeconômicos como o aumento de incêndios florestais, aumento de emissão de gases do efeito estufa, redução da área para cultivo sustentável, aumento de doenças, exclusão de povos indígenas e quilombolas (MELLO, ARTAXO, 2017, p. 114).

A colonização do território atualmente correspondente ao estado de Rondônia se iniciou ainda na era colonial, por volta de 1700. Vale salientar que nesse período o que hoje se conhece como Rondônia só deixa de ser território de disputa entre as Coroas espanhola e portuguesa a partir do decreto do Tratado de Madri em 1750 (SANTOS, 2014). Segundo Santos (2014) por volta do ano de 1700 foram estabelecidos alguns acampamentos às margens do rio Guaporé para a exploração de ouro, e então foi criada uma nova rota comercial com o resto do país (SANTOS, 2014). A partir de 1770 se intensifica o processo de exploração do território em busca de riquezas minerais e em seguida com as missões jesuítas (MONTEIRO, 2013; SANTOS, 2014).

Apesar das dificuldades de transitar na região norte do Brasil os missionários jesuítas seguiam o rio Madeira, e deixaram alguns relatos de embates com indígenas chamados de “hostis”. Em 1776, a Coroa iniciou a construção do Real Forte Príncipe da Beira, um forte localizado na fronteira com a Bolívia, na margem do rio Guaporé, que tinha como função proteger o território da ocupação espanhola e estabelecer o domínio português (NASCIMENTO, 2014). O rio em questão era a principal rota de distribuição e de transporte dos produtos minerados para o Mato Grosso, Grão-Pará, e também fazia o transporte de Cuiabá (MELLO, 2016). A estudiosa relata que o rio já se configurava como uma fronteira natural, o Tratado de Madri como uma garantia de posse espanhola da região, mas que a

construção do forte foi mais uma ação de demarcação e garantia do território pela Coroa portuguesa.

Cem anos depois, na metade do século XIX, houve mais uma onda de ocupação devido ao ciclo da borracha, em um momento que o nordeste estava sendo afetado por secas intensas, afetando em grandes proporções as famílias mais pobres, ao mesmo tempo, em decorrência da modernização do meio rural, muitos produtores foram expulsos de suas terras e enxergaram em Rondônia, com incentivo do Estado, uma oportunidade de ganho econômico (SILVA et al., 2010). Em busca de Seringueiras para ser exploradas, os trabalhadores seguiram o rio Purus, e se alojaram em território Boliviano, que atualmente é o estado do Acre, e essa ocupação levou a uma série de conflitos com o governo boliviano que durou por volta de 20 anos, até que em 1903, os dois países assinaram o Tratado de Petrópolis em que regularizam o Acre como território brasileiro em troca de 2 milhões de libras esterlinas vindas do látex explorado na região, em parte do Mato Grosso e da Amazônia (ANDRADE; LIMOEIRO, 2003).

A situação dos trabalhadores foi descrita por Ott (2002) como um grande número de pessoas na miséria se submetendo ao trabalho escravo, ou quase escravo, para se manter, e que colocou o Brasil como maior exportador de látex do mundo. Com expressivo aumento de lucro no estado de Rondônia, além de gerar a expansão urbana a exploração do látex motivou a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (OTT, 2002). O projeto da estrada veio da iniciativa privada e foi apoiado pelo estado brasileiro, sendo ao mesmo tempo uma forma de estabelecer uma rota econômica para a produção da borracha e forma de integrar o Norte ao resto do país (BARBOSA et al. 2015). Este mesmo autor relata que por ser uma construção de grande escala fez-se necessário um grande volume de trabalhadores, que totalizavam mais de cinquenta etnias, dentre elas espanhóis, italianos e barbadianos.

Segundo Görnert (2020), a situação na construção da estrada de ferro era insalubre, no entanto, devido ao êxodo caribenho, em sua maioria de Barbados, estima-se que cerca de 2.000 caribenhos tenham se mudado para o Brasil para servir como mão-de-obra na construção da estrada de ferro na Amazônia. O principal objetivo da estrada de ferro Madeira-Mamoré era facilitar o transporte de látex para exportação, contudo esse transporte não foi suficientemente eficaz e o produto não conseguiu atender o mercado internacional. Para cortar a dependência com a produção brasileira, o botânico inglês Alexander Wickham coletou algumas sementes, favorecendo procedimentos de melhoramento genético e a distribuição para diversas regiões, tornando a Ásia a principal produtora de látex do mundo com espécies

mais produtivas e com melhor valor de mercado, tornando o mercado brasileiro obsoleto (DEAN, 1987; OTT, 2002).

A segunda onda de ocupação de Rondônia vinda do Nordeste aconteceu entre os anos de 1943 a 1945, quando ocorreu um novo incentivo na produção da borracha pelos Estados Unidos, que se tornou um comprador fundamental, e nos anos seguintes por meio das obras de estradas que ligavam a região à capital do país (NASCIMENTO 1998; BECKER, 2001). O governo norte americano ficou impossibilitado de obter látex da Ásia, portanto voltou sua demanda para o governo brasileiro, e o Brasil se tornou o principal exportador para a empresa estadunidense *Rubber Reserve Company*, sendo que este período coincidiu com uma seca que afetou diversas famílias do Nordeste, sendo mais um motivo de migração para o Norte (NASCIMENTO, 1998). Mesmo com inúmeros incentivos do governo brasileiro e estadunidense através de linhas de crédito, assessoria técnica, abastecimento de alimentos e serviço de saúde pública, o processo não alcançou o sucesso desejado, a situação dos trabalhadores ainda era precária e o transporte do produto muito difícil (NASCIMENTO, 1998; WILKINSON, 2009).

Nos anos 1960, o Estado decidiu melhorar a conectividade entre Rondônia e o resto do país com a construção da BR-364, a rodovia surgiu como resposta a um estado sustentado com pequenos surtos econômicos seguidos por longos períodos de dormência, com a estrada deu-se início a ocupação seguindo a rota da BR-364 e ao processo de ascensão da agricultura como carro chefe da economia local (FIORI, 2012). Portanto, a rota de distribuição do Norte se voltou para o Sudeste brasileiro, favorecendo uma ligação direta com os polos econômicos do país.

Todos os marcos da ocupação do estado foram processos incentivados pela coroa e pelo estado brasileiro, com incentivo do mercado mundial, com o propósito de ocupar as terras para reafirmar o domínio territorial. As características que todas obras e programas de ocupação têm em comum são a falta de planejamento e a percepção de que o espaço ocupado pela floresta era um local inabitado com potencial econômico. As atividades iniciais de mineração e extração de látex nas seringueiras foram motivo de conflitos, mas não foram tão impactantes em relação à degradação ambiental, devido ao fato de que os seringueiros usavam o solo para produção de subsistência e para que a árvore produzisse uma quantidade significativa de látex ela deveria ser preservada (OTT, 2002).

Foi nos anos 70 que a degradação ambiental ficou perceptível devido aos projetos de colonização agrária (NUNES, 2010). Segundo dados do IBGE (2002), se em 1970 a população total do estado era de 111 mil habitantes, em 1980 passou para 491 mil habitantes.

A facilidade de acesso promovido pela rodovia atraiu investimentos de empresários, madeireiros e latifundiários, e a consequência da presença desses novos atores é refletida em disputas cada vez mais frequentes visto que os agentes com posse disputavam áreas até então ocupadas por camponeses, indígenas e comunidades tradicionais (NUNES, 2010).

O Estado foi grande responsável pela ocupação desenfreada de Rondônia, através de incentivos econômicos e parcerias com o segundo setor promoveu o deslocamento de milhares de pessoas para a região. Além do Estado, houve também a ocupação espontânea do território por pessoas em busca de novas oportunidades que acabou por promover conflitos, principalmente com comunidades indígenas e quilombolas. São povos que convivem em estado de instabilidade em virtude da herança dos conflitos promovidos pela ocupação desenfreada do estado refletida até os tempos atuais. O governo Brasileiro, junto ao Banco Mundial, incentivou a ocupação da Amazônia dando força a métodos técnicos de produção, reforçando a visão de desenvolvimento baseado na mecanização dos processos de produção agrícola que foi o carro chefe da ocupação de Rondônia nessa época, estando de acordo com a terceira fase do espaço geográfico: meio técnico-científico-informacional.

Muitos incentivos vieram através da criação, nos anos 1960, do Banco da Amazônia, com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e com a Criação da Zona Franca de Manaus (BECKER, 2001). Vinte anos depois, nos anos 1980, foi criado o POLONOROESTE, um programa que visava a integração nacional, construção e reforma de rodovias, incentivo para o desenvolvimento social, demarcação de território indígena, e incentivava a produção local com projetos de colonização agrária (OTT, 2002; SILVA, NETO, 2014; EMBRAPA, 2019). O projeto era grande e demandou um investimento bilionário, portanto a aplicação foi garantida a partir de empréstimo do Banco Mundial de mais 800 milhões de dólares (OTT, 2002).

No início dos anos 90 o PLANAFLORO surgiu com o objetivo de incentivar o manejo sustentável da região, mas segundo Rodrigues (2002) foi mais uma forma de distribuir crédito sem qualquer fiscalização a latifundiários, resultando em um pedido de investigação do programa em 1995, ano em que a população de Rondônia chegava a mais de um milhão de habitantes (IBGE, 2002). Em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi responsável por obras de grande porte, como usinas hidrelétricas, e tinha como principal finalidade a captação de recursos privados e públicos (SILVA, FILHO, 2014; BORGES, 2011). As ações governamentais junto ao mercado mundial fomentaram as mudanças do espaço geográfico através da mecanização da produção de alimentos visando a otimização da

produção por meio de novas tecnologias, reforçando a ideia principal do meio rural enquanto um ambiente que deve proporcionar ganhos econômicos. Toda essa mobilização de políticas territoriais colocavam as comunidades que ainda viviam no meio natural como agentes contra o desenvolvimento, gerando conflitos e promovendo desigualdades, indo de encontro ao que propõe Favareto (2007). Para o autor, o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento territorial deve considerar as particularidades sociais e ambientais da região, tendo em vista que o potencial econômico de cada lugar tem características distintas. Além de ser importante considerar a característica cultural de cada população de modo que as políticas públicas contemplem as comunidades com o objetivo de promover o desenvolvimento sem gerar desigualdades.

5.1. A influência da ocupação do Estado de Rondônia nas comunidades tradicionais

Em Rondônia existem nove comunidades quilombolas reconhecidas: uma se identifica enquanto remanescente de quilombo, mas não iniciou o processo de certificação, oito comunidades estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares e, dessas oito, duas possuem o título definitivo da terra (Fundação Cultural Palmares 2019; INCRA, 2018). Todas estas comunidades estão envolvidas em situação de risco, seja por conflitos com madeireiras, latifundiários, ou até mesmo com órgãos do Governo Federal, que estabelece áreas de preservação ambiental sem considerar os modos de vida tradicionais (TEIXEIRA, 2008; MACHADO, 2020) O reflexo de conflitos e da ocupação de áreas de preservação e de comunidades tradicionais é a mudança na paisagem e da forma que essas comunidades utilizam o território.

Algumas comunidades localizadas próximas ao rio Guaporé sofrem por conflitos com Instituições brasileiras que limitam as atividades que podem ser exercidas em seu próprio território, chegando ao extremo de denunciar práticas ancestrais de pesca, caça e uso dos recursos florestais como crime (MACHADO, 2020; TEIXEIRA, 2008). O título que deveria assegurar a integridade das famílias e do território não está sendo suficiente para garantir a segurança de comunidades visto que há relatos de vizinhos que invadem os territórios para exercer práticas ilegais (Machado, 2020). Portanto, é importante investigar como essas comunidades se portam diante de tais pressões, e como esse comportamento é refletido no território para que seja possível desenvolver estratégias que possam favorecer essas comunidades marginalizadas e que estão desamparadas pelo Estado.

O espaço tem muitos significados, e a partir da mudança desses ambientes é possível analisar as relações sociais que acontecem no ambiente. O espaço está diretamente ligado às questões sociais e vice-versa. Como visto, as mudanças no uso e ocupação da terra podem afetar a biodiversidade e, em consequência disso, afetar as vidas que vivem através do uso da floresta. Existem, na literatura, estudos que relacionam as mudanças geográficas com a mudança da percepção do espaço dos agentes que ocupam esses ambientes. Sendo assim, o estado de Rondônia era visto como um ambiente que deveria ser usado para retorno financeiro, ou seja, o uso da terra por pequenas comunidades rurais e tradicionais era considerado um atraso econômico, por não visar a máxima produtividade da propriedade que ocupam (BORGES, 2014).

Segundo Silva (2014), o espaço geográfico passa por três fases de mudanças considerando a relação social com a terra: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. O meio natural é caracterizado pela visão da terra enquanto dádiva, ou seja, o recurso retirado da terra não alterava o seu estado natural geográfico e partia do pressuposto de que não era aceito retirar mais do que o necessário da natureza, nesse momento o extrativismo era o principal meio de sobrevivência. Segundo o autor, o meio técnico acontece quando a percepção do meio ambiente muda e a visão capitalista de valor econômico da terra sobrepõe a visão de dádiva. Em um primeiro momento, a ocupação das áreas de Rondônia aconteceu a exploração de borracha no final do século XIX e em um segundo momento com migrantes vindos do Nordeste (NASCIMENTO, 1998).

Essas ocupações podem ser analisadas pela mudança do meio natural para o meio técnico sendo que houve a mudança da percepção do papel da natureza na vida desses novos moradores do estado de Rondônia, nesse momento a extração de látex tinha objetivo econômico, além do uso da terra para práticas agrícolas. No meio técnico, a floresta era substituída para a plantação de outras espécies vegetativas, portanto há a mudança no espaço geográfico e na relação social em que o encontro dos agentes que vivem em fases de ocupação diferentes gera conflitos. Segundo Silva (2014), há uma falta de entendimento entre as partes sendo que as duas tem concepções diferentes da função do território: para as comunidades tradicionais extrativistas desmatar a floresta para cultivar outros recursos não se encaixava nos valores de sua reprodução social. Enquanto os novos habitantes, geralmente camponeses, não enxergavam a cultura do extrativismo como algo rentável.

O processo de colonização de terras no Norte do país aconteceu, e ainda acontece, seguindo a mentalidade de ocupar espaços em teoria vazios, no entanto o que geralmente

ocorre é uma ocupação baseada no apagamento de povos que vivem em um sistema não capitalista através do não reconhecimento dessas comunidades, ao terem seu direito constitucional à terra negado essas pessoas são levadas a deixar seu território e, com grande frequência, ocupam locais marginalizados nos centros urbanos, onde não são capazes de reproduzir seu modo de vida ancestral (MONTEIRO, 2013). A ocupação desses ambientes é baseada na modernização da agricultura objetivando monoculturas altamente especializadas e produtivas, sendo assim, para seguir esse modelo de desenvolvimento é necessário cada vez mais áreas produtivas (SILVA; DANDOLINI, 2018).

A produção no mercado das *commodities* é baseada no aproveitamento total do território para a produção de cultivos de grande valor para exportação. Para garantir que essas culturas sejam otimizadas existem linhas de créditos rurais que apoiam o desenvolvimento de propriedades rurais que seguem este modo de produção. No ano de 2019 a linha de crédito para a modernização e expansão da agricultura, o MODEAGRO, disponibilizou mais de 995 milhões de reais para produtores rurais, aquicultores, pescadores e extrativistas (BNDES, 2019). Enquanto isso, o crédito disponibilizado em todas as modalidades de acesso para comunidades quilombolas foi de pouco mais de 346 mil reais em 2019 (BNDES, 2019). Ainda que as comunidades tradicionais tenham conquistado o acesso ao crédito, a maior parte dos recursos vai para o modelo de desenvolvimento rural que os oprime, de modo que a pressão para que haja a mudança da forma de produção perdure.

Junto a este sistema há a desapropriação de comunidades tradicionais para transformar o território natural em busca de lucro. Segundo Silva e Dandolini (2018), Rondônia é o estado que apresenta a maior quantidade de confrontos violentos e letais em razão da ocupação de terras, em 2013 o número de áreas envolvidas em conflitos territoriais chegou a 130 (MONTEIRO, 2013). Nesse contexto, faz-se necessário entender o impacto que estes latifúndios têm sobre comunidades que vivem em situação de instabilidade por anos, numa perspectiva da mudança da paisagem.

5.2. Comunidades quilombolas em Rondônia

Os quilombos no Brasil foram formados não apenas por negros que se rebelaram contra o sistema escravocrata. Embora seja essa a visão comum do imaginário quilombola, na realidade esta forma de organização comunitária apresentava uma diversidade populacional formada por indígenas, foragidos, forasteiros e outros (REIS, 1996). No estado do Mato Grosso havia o Quilombo Grande, formado por volta de 1730, uma comunidade que se

estabeleceu na fronteira com a América Espanhola, fato que preocupava a coroa portuguesa, portanto em 1770 o governo de Portugal decidiu realizar uma expedição para atacar o Quilombo Grande (RODRIGUES, 2016). Essa intervenção desestruturou toda a organização do quilombo e capturou Teresa, considerada a líder da comunidade, contudo, por ser uma comunidade de quase 40 anos com uma estrutura bem definida os membros remanescentes criaram o Quilombo do Piolho, nome em homenagem a José Piolho, o primeiro chefe do Quilombo Grande (RODRIGUES, 2016).

Em 1975 foi realizada uma segunda expedição que capturou por volta de 50 quilombolas moradores do Quilombo do Piolho e levaram alguns negros e índios para Vila Bela, além dos outros negros que foram comprados para explorar as minas (MONTEIRO, 2013). Vila Bela foi a primeira capital do Mato Grosso e se localiza no Vale do Guaporé, essa região às margens do rio era zona de conflitos territoriais com a coroa espanhola, índios e quilombolas (CARVALHO, 2011).

Ao chegar em Vila Bela, o capitão responsável percebeu que os negros haviam doutrinado os índios para o cristianismo e ensinado português a eles, portanto os apadrinhou e deixou alguns negros responsáveis pela segurança da fronteira localizada às margens do rio Guaporé (MONTEIRO, 2013). Após alguns anos com o comércio enfraquecido, a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré reativou a migração para o estado no ano de 1872 (BARBOSA et al., 2015). Como reflexo, atualmente o estado possui nove comunidades quilombolas, em sua maioria localizadas próximas ao rio Guaporé, no momento a comunidade de Santo Antônio do Guaporé e Pedras Negras estão com o processo de titulação em andamento pelo INCRA (Comissão Pró-Índio, 2020; SEAS, 2019) (Tabela 5).

Tabela 5: Comunidades quilombolas de Rondônia e sua situação de regularização fundiária.

Nome da comunidade	Data da certificação	Outorga do título da terra
Santo Antônio do Guaporé	04/06/2004	
Pedras Negras	19/08/2005	
Forte Príncipe da Beira	19/08/2005	

Rolim de Moura do Guaporé	20/01/2006	
Laranjeiras	20/01/2006	
Jesus	28/07/2006	25/08/2010
Santa Fé	07/02/2007	15/08/2017
Santa Cruz	03/12/2015	

Fonte: Comissão Pró-Índio. Observatório Terras Quilombolas

(<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>).

Apesar da certificação ser o passo inicial para a regulamentação fundiária de comunidades quilombolas, é visível a falta de iniciativa das instituições para iniciar esse processo. Dentre as oito comunidades certificadas, sete receberam o título há mais de 10 anos e ainda convivem com a insegurança da permanência em seu território. A comunidade Forte Príncipe da Beira vive em constante alerta, sendo frequentemente ameaçados pelo Exército Brasileiro os membros da comunidade chegaram até a ser denunciados por crimes ambientais apenas por caçar e pescar em seu território (Machado, 2020). A comunidade está presente no território em que há um forte, de nome Real Forte Príncipe da Beira, construído no século XVIII, através do trabalho de militares, indígenas, negros e mestiços, para proteger e garantir a expansão territorial de Portugal no território brasileiro, o forte estava presente em um dos principais acessos do Rio Guaporé (MELLO, 2016; MELLO, 2019). O Forte é considerado patrimônio cultural desde 1950 e pertence ao serviço militar brasileiro, nessa área o exército cria situações para que a comunidade deixe a região, no entanto o Forte representa o trabalho dos antepassados da comunidade remanescente quilombola, portanto existe a luta para a ressignificar o patrimônio e tornar o Forte uma parte da demarcação quilombola (MELLO, 2019).

Há também histórico de conflitos na Comunidade Santo Antônio do Guaporé com o IBAMA, com o órgão governamental tendo instalado uma Reserva Biológica que engloba o quilombo, a partir deste momento restringindo o uso da terra desses moradores com a justificativa de que são práticas que impactam negativamente a biodiversidade da região (TEIXEIRA, 2008). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece pela Lei nº 9.985/2000 que “Reserva biológica tem como objetivo a preservação integral da

biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais [...]” Sendo assim, é possível observar os conflitos de interesse em uma unidade de conservação que não permite o uso dos recursos naturais, mas que abrange comunidades tradicionais, cujo a característica mais marcante é o uso sustentável do meio ambiente.

Todas as cinco comunidades que estão no Vale Guaporé sofrem por conflitos territoriais dentre elas é importante ressaltar a comunidade de Jesus que apesar de possuir o título da terra ainda sofre com a utilização de seu território por terceiros para práticas ilegais como caça e pesca (MACHADO, 2020). Embora seja uma conquista importante, a regularização fundiária não é suficiente para promover o bem-estar das comunidades quilombolas. A pressão que essas comunidades sofrem na região por parte de latifundiários e instituições governamentais, como o Exército e o IBAMA, é refletida na forma que os membros da comunidade usam o território. O quilombo de Santo Antônio do Guaporé, por exemplo, teve sua população reduzida devido aos conflitos, com muitas famílias deixando suas terras para começar uma vida no centro urbano (TEIXEIRA, 2008). Os órgãos públicos limitam o uso da terra e forçam comunidades tradicionais a mudar sua forma de utilizar o território, ao condenar como crime essas práticas centenárias os agentes interferem na relação da comunidade com o território e enfraquecem o sentimento de pertencimento.

5.3. Metodologia: Fotointerpretação da comunidade Santa Fé e as chaves de identificação

As classes de uso e ocupação são definidas pelo pesquisador através de uma chave de identificação, e neste estudo estão divididas em: Mata Nativa; Pastagem; Agricultura e Estabelecimentos rurais (Tabela 6).

Tabela 6: Classes de identificação do Uso e Ocupação da Terra.

Chave de identificação	
Mata Nativa	Cor verde escura, textura rugosa e sombras irregulares.
Pastagem	Cor verde claro, textura lisa e sem presença de vegetação.

Agricultura	Cor verde, textura uniforme, com sombreamento regular.
Construções Rurais	Pontos espalhados pelo território na cor branca e cinza.
Área Antropizada	Área sem a presença de mata, tons de verde, geralmente com textura uniforme.

Fonte: Elaboração própria.

Foram utilizadas imagens do ano de 2020 e 2005, os anos foram escolhidos por ser um espaço de tempo em que é possível visualizar com clareza a dinâmica territorial e por apresentar imagens sem interferência de nuvens. O entorno (Figura 19) de 3 quilômetros foi baseado no estudo de Silva (2004) que justifica a escolha como sendo a área de maior pressão em Unidades de Conservação.

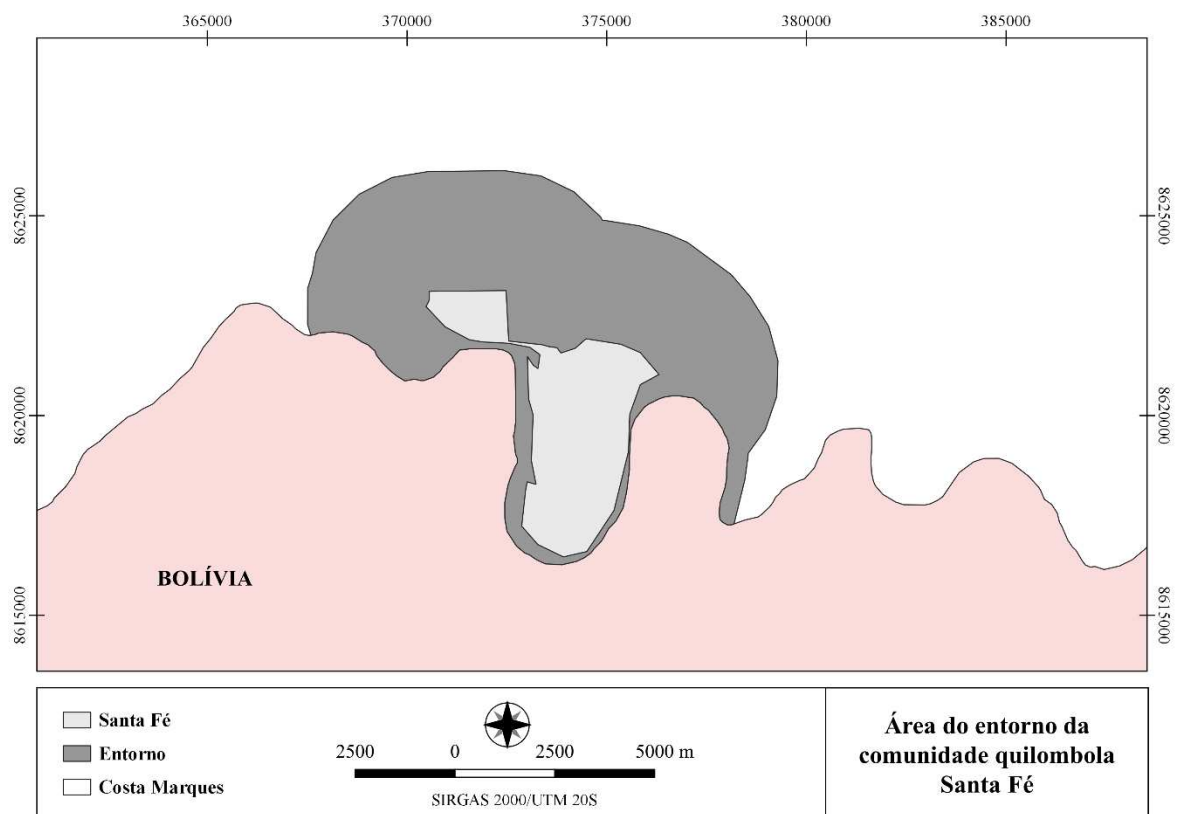


Figura 19: Área de classificação.

Fonte: Acervo fundiário (INCRA) e IBGE (<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa220344>; <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>)

No trabalho não foi considerado a área do entorno ambientada em território Boliviano. Os polígonos criados no Google Earth na área da comunidade e no entorno, nos anos de 2005 e 2020, foram exportados para o QGIS para realizar os cálculos de área e as estatísticas descritivas. O QGIS um *software* livre de análise capaz de processar dados de diversos formatos e que possibilita a composição de mapas temáticos (PEREIRA et al., 2018).

5.4. Resultados e discussões

5.4.1. Análise do uso e ocupação da terra na comunidade Santa Fé

Em 2005, ano das imagens analisadas, havia na comunidade de Santa Fé 2,8 hectares de áreas destinadas para agricultura, em 2020 esse número aumento para 10,1 hectares, esse processo pode ter ocorrido devido ao aumento das construções dentro da área da comunidade, que saiu de 0,6 hectares para 1,2 hectare ocupado, visto que segundo Monteiro (2013) cada família faz o uso da terra com plantios agrícolas de subsistência (Tabelas 7). A área de mata nativa diminuiu consideravelmente na comunidade, como é visto nas imagens (Figuras 20 e 21), no entanto os números apresentam uma diferença de 4,9 hectares devido à grande área alagadiça de mata que embora não seja habitada pertence à comunidade.

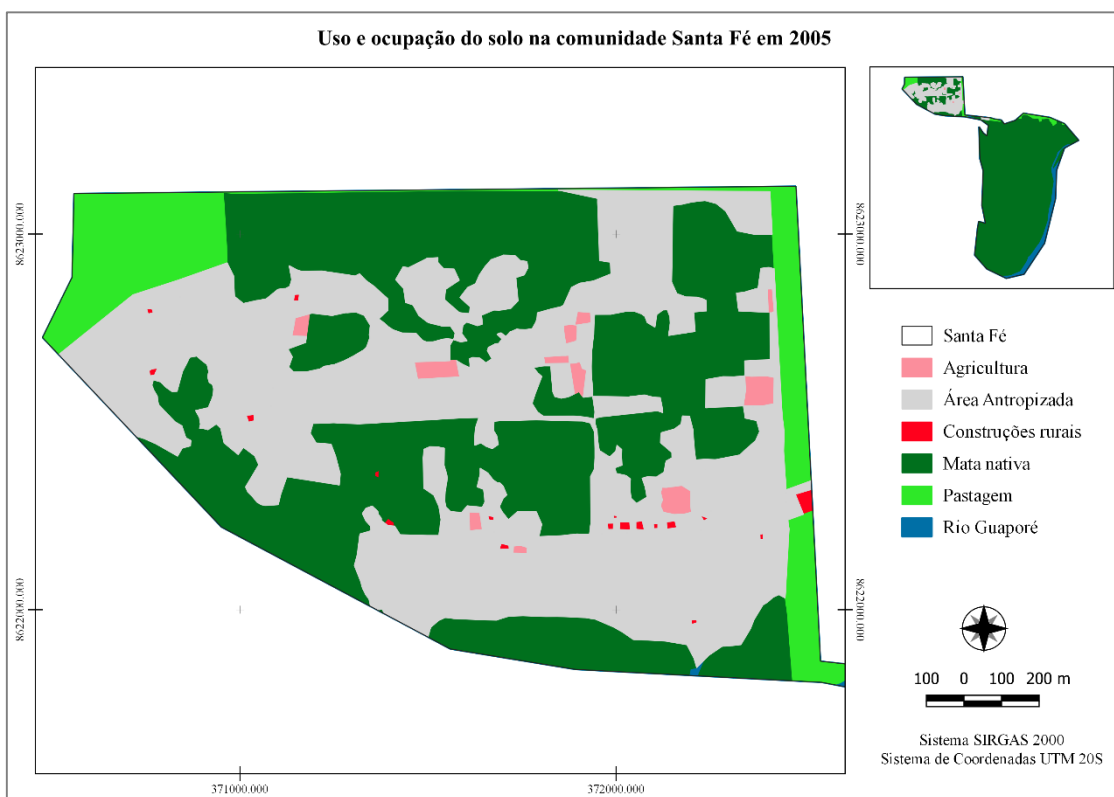


Figura 20: Uso e ocupação do solo na comunidade quilombola Santa Fé em 2005.

Fonte: Elaboração própria.

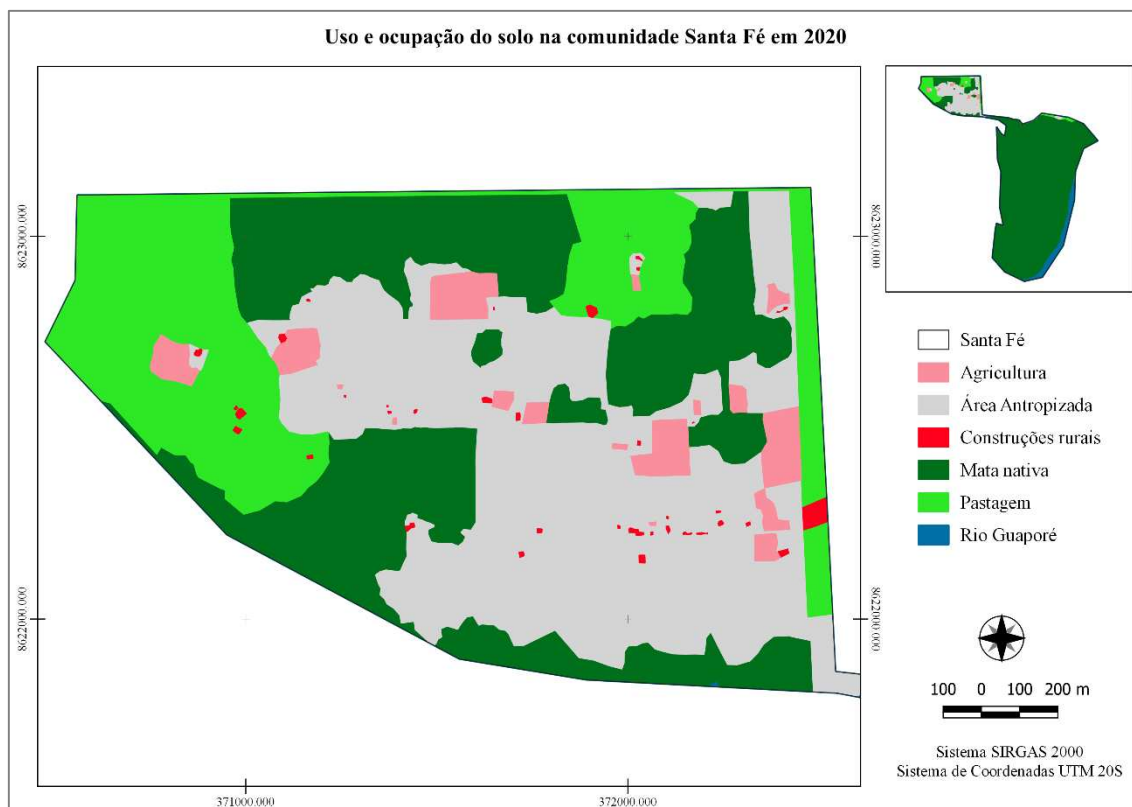


Figura 21: Uso e ocupação do solo na comunidade quilombola Santa Fé em 2020.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 7: Área de ocupação das classes de uso do solo em Santa Fé em 2005 e 2020.

Classe	Santa Fé (2002)	Santa Fé (2020)	Taxa de crescimento
	Área (ha)		
Agricultura	2,8	10,1	2,6
Área Antropizada	101,4	86,2	-0,2
Construções rurais	0,6	1,2	0,8
Mata nativa	1239,5	1234,6	-0,004
Pastagem	34,9	57,1	0,6
Área total	1453,5		

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8: Área de ocupação das classes de uso do solo em no entorno em 2005 e 2020.

Classe	Entorno (2002)	Entorno (2020)	Taxa de crescimento
	Área (ha)		
Agricultura	12,3	21,1	0,7
Área antropizada	410,0	254,2	-0,38
Construções rurais	1,9	6,9	0,6
Mata nativa	4235,9	4085,0	-0,03
Pastagem	992,0	1401,7	0,4
Área total	6233,7		

Fonte: Elaboração própria.

A pastagem dentro da comunidade aumentou em 22,2 hectares, taxa de crescimento de 0,39, enquanto no entorno houve um aumento de 409,7 hectares, ou seja, a área ocupada para criação de gado passou a ocupar 24,3% do terreno (Figuras 22 e 23). Esse aumento reflete no que foi discutido em literatura sobre a ocupação de Rondônia, na qual seu território está sendo usado para promover o agronegócio desde o início da ocupação do estado. É possível observar que as práticas de agricultura no entorno, que já eram escassas, foram substituídas pelo pasto, diferente da comunidade que resiste na produção agrícola.

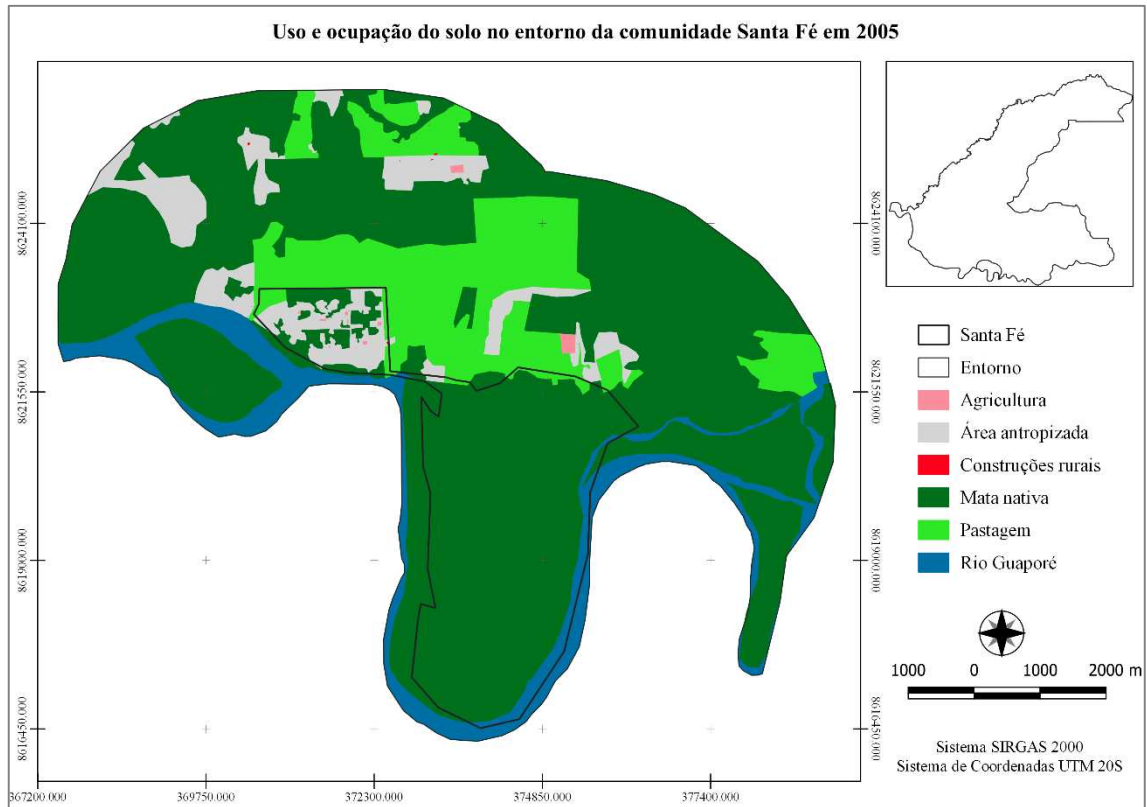


Figura 22: Uso e ocupação do solo no entorno da comunidade quilombola Santa Fé em 2005.

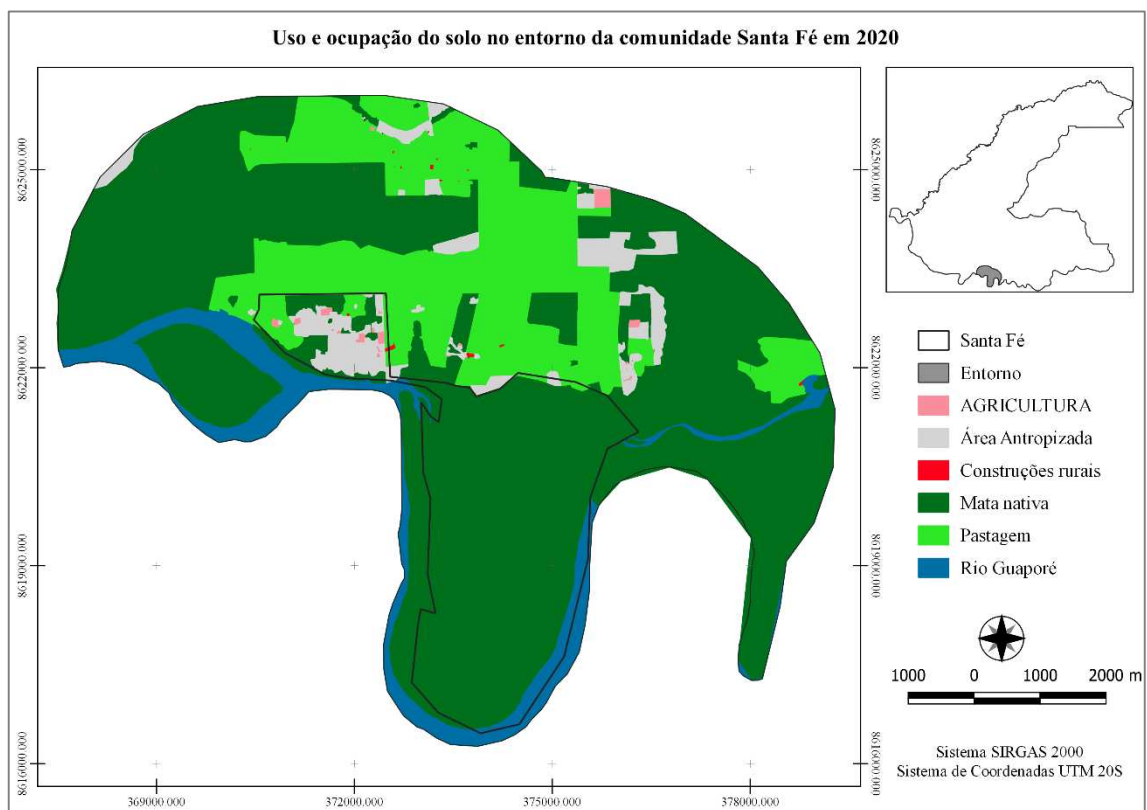


Figura 23: Uso e ocupação do solo no entorno da comunidade quilombola Santa Fé em 2020.

Nas imagens é possível analisar que o crescimento do pasto ocupou o que antes eram espaços antropizados. Além de aumentar, a pastagem está mais especializada, nas imagens mais recentes a pastagem apresentava geometria específica e textura uniforme nas áreas de criação de gado fora da comunidade, e as propriedades rurais se tornaram maiores, apesar de permanecer no mesmo lugar. Além de ocupar espaços que antes eram usados para agricultura, as pastagens substituíram parte da mata nativa, que perdeu 151 hectares (Tabela 8). Este fato é discutido por Oliveira et al. (2008), em seu estudo relaciona a substituição da agricultura por práticas pecuaristas por ser um caminho natural da ocupação do estado de Rondônia. Primeiramente, abre os espaços na mata para produções perenes e ao longo do tempo, com a perda de nutrientes do solo, substitui por grandes pastos.

A área estabelecida pelo INCRA da comunidade Santa Fé, no intervalo de 15 anos se viu envolta em extensas áreas de pastagem. Reforçando os estudos de Vale e Andrade (2013) que vão de encontro aos estudos de Oliveira et al. (2018) na qual concluiu que após a pastagem o próximo estágio de ocupação de agroindústrias seria o plantio de soja. Segundo Silva e Michalski (2020) o caminho da soja no Brasil está sendo marcado pela expansão da fronteira agrícola. A produção iniciou na região sul do país e seguiu para o Norte, principalmente Rondônia. Os autores discutem que a ocupação da soja em terrenos antes usado para pecuária se dá pelo aumento do valor da terra e por ser terras já cultiváveis, tornando o plantio atrativo para latifundiários. Uma das consequências desse ciclo é o deslocamento da fronteira agrícola que afasta os pequenos produtores e moradores de comunidades tradicionais cada vez mais para as fronteiras (Silva; Michalski, 2020). A comunidade Santa Fé já está localizada na fronteira com a Bolívia, rodeada por pasto e cada vez mais, com espaços vazios definidos como as áreas antropizadas.

As consequências dos conflitos e das áreas desmatadas e ocupadas por pasto tem consequências irreversíveis. Segundo relato dos moradores de Santa Fé, os incêndios são frequentes para abrir clareiras para novos pastos o que leva a perda da fauna e flora, que além de ser algo respeitado pelos membros da comunidade, também são fontes de sobrevivência como plantas medicinais e animais para caça (Nova Cartografia Social, 2009). Não é possível afirmar que as queimadas continuam frequentes, no entanto os mapas do ano de 2020 mostram que as áreas do entorno voltadas para a criação de gado estão cada vez maiores.

No ano de 2005 havia uma clareira próxima ao centro urbano de Costa Marques, mas no ano de 2020 essa clareira se regenerou em floresta nativa, o que enfraqueceu a conectividade da comunidade com a área urbana, não possível analisar qualquer similaridade com a disposição territorial de Santa Fé com a cidade, além da conectividade da cidade com a comunidade passar pelas grandes áreas de pasto no entorno.

5.5. Conclusão

A comunidade de Santa Fé, em Rondônia, passou por conflitos diretos envolvendo o território até possuir sua estadia regulamentada, contudo, está envolta por grandes extensões de pasto especializado. A comunidade apresenta cada vez mais espaços antropizados o que favorece a fragmentação florestal e afeta a biodiversidade. Além de ter aumentado as construções e produção agrícola, identificando uma mudança do meio natural para o meio técnico.

O entorno da comunidade Santa Fé ocupa cada vez mais espaços com o pasto, e a fragmentação florestal advinda desta circunstância impacta diretamente o número e a diversidade de espécies para caça e pesca. Além disso, segundo a cartografia social da região, membros de propriedades vizinhas não respeitam a demarcação e usam o território da comunidade de forma indevida, afetando na disponibilidade de alimentos para os membros da comunidade. As pressões econômica e territorial favorecem a mudança do uso do solo, sendo possível observar que os quilombolas de Santa fé estão utilizando a terra para pasto e agricultura.

Não foi possível aprofundar na relação que a mudança do uso do solo tem com as práticas sociais e culturais por falta de uma abordagem qualitativa. Portanto, para avançar na questão da identidade é necessário um estudo que envolve contato direto com os membros da comunidade Santa Fé.

6. TERRAS COLETIVAS ENQUANTO FATOR DE PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

6.1. Introdução

Em diversas partes do mundo o meio rural sofreu com transformações, sobretudo a partir do final da 2ª Guerra Mundial, quando o modo de produção voltou-se ainda mais para a otimização da produtividade, tendo como medida comparativa a forma de desenvolvimento das cidades. Até os anos 1950, os modos de vida, nos mais diferentes países, se organizavam

em função do relevante papel da agricultura. A nova visão que surgida no período pós-guerra objetivava tornar a produção agrícola mais eficiente e obter maior retorno econômico através do cultivo de Variedades de Alto Rendimento (VAR) e de técnicas que visavam a máxima produtividade, alterando verticalmente a dinâmica das sociedades (CAPORAL, 2003; NAVARRO, 2001). Navarro (2001) cita que foi nesta época que a “Revolução verde” tomou força, estabelecendo a modernização da produção agrária que se espalhou por diversos países como um padrão a ser seguido. Sendo assim, os processos de modernização do campo que se deram dos anos 1950 até o final dos anos 1970 mudaram a perspectiva do ambiente rural, considerando-o apenas como uma área que deveria evoluir para alcançar os padrões de desenvolvimento, altamente vinculado à ideia de progresso e crescimento econômico durante este período. Este padrão, que subsidiava técnicas de produção que usavam de maquinário, fertilizantes e pesticidas de alto valor monetário, era excludente porque a adesão às inovações sociotécnicas era seletiva aos detentores de terra e mais capitalizados, valendo ressaltar que as condições de acesso ao crédito eram igualmente desiguais. Configurou-se um cenário de desigualdade entre grandes produtores, trabalhadores rurais, produtores de menor escala, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, afetando de diversas formas o meio rural brasileiro e levando a diversos problemas sociais como: pobreza rural, esvaziamento do campo, aumento de aglomeração em favelas e elevados índices de desemprego (MOREIRA, 2000; MARTINS, 2001; NAVARRO, 2001; TEIXEIRA, 2005).

Para Martins (2001), a influência da academia foi fundamental para o fortalecimento da percepção do rural como atrasado, sendo que os sociólogos viviam em uma sociedade urbana e faziam a comparação do campo com a cidade a partir de parâmetros essencialmente urbanos, gerando assim o dualismo entre as duas regiões. Desta forma convencionou-se, tanto nas discussões acadêmicas quanto por políticas públicas, que as zonas afastadas, como era considerado o meio rural, necessitariam de uma intervenção para alcançar a desejada modernidade, e havia uma concepção de que os camponeses que permaneciam no campo eram considerados covardes por não querer buscar uma vida melhor nas cidades (ABRAMOVAY, 2009). Segundo Lefebvre (1970), o conhecimento sobre a realidade camponesa só se fez presente após a revolução industrial, na qual a indústria se sobrepôs à agricultura e gerou esta suposta inferioridade do campo em relação à cidade. Todos esses fatores foram essenciais para transformar a ideia do rural, até mesmo para os moradores deste meio, como sendo um lugar que estava atrasando o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Este processo de desenvolvimento envolvente tendo como referência a industrialização acabou por gerar desigualdades entre campo e cidade que vêm devastando diversos povos tradicionais. Em 1964, quando os militares tomaram o Estado brasileiro, houve muito investimento e diversos incentivos para expandir as fronteiras agrícolas, mas para isto era necessário invadir as terras que já eram ocupadas por comunidades que não viviam sob os parâmetros da sociedade capitalista da época (MARTINS, 1996). Este mesmo autor relata muito detalhadamente os processos que ocorreram então, as frentes de expansão faziam contato com as comunidades indígenas, especialmente na Amazônia, deixando pequenos presentes para eles, e após ganhar sua confiança, tomavam suas terras. Foi um processo marcado por um período de lutas e massacres, no qual os atores conflitantes vivenciaram temporalidades distintas. Nesta nova colonização, quando não eliminavam as comunidades nativas, os obrigavam a se inserir em uma cultura que não representava seu modo de vida (MARTINS, 1996). Nesta época se considerava apenas o desenvolvimento econômico, ignorando portanto todas as outras riquezas que estavam destruindo, como conhecimento tradicional da natureza, humano e conhecimento da história do país.

Os anos 70 no Brasil representaram *ad momentum* dos grandes projetos de expansão industrial, no qual as comunidades tradicionais saíram de uma total invisibilidade para um cenário de luta por reconhecimento para permanecer em suas terras e após este período o governo começou a sofrer baixas no chamado “milagre econômico” (MEDEIROS, 1989; LITTLE, 2002). Em 1980, com a decadência do crescimento interno, o país se reinseriu no mercado mundial, nesse momento o uso dos recursos naturais se intensificou, intensificando também os conflitos com as comunidades tradicionais, levando-as a forçar o Estado a reconhecer a existência de formas de cultura distintas das dominantes, com o apoio de movimentos sociais e ONG’s (LITTLE, 2002). Sendo assim, junto ao fim da ditadura, houve o mínimo espaço para discutir sobre políticas territoriais para povos tradicionais. Em 1988, com a elaboração da nova constituição, conferiu-se uma suposta garantia de uma reparação pelos anos de exploração (MARQUES; GOMES; 2013), entretanto apenas 7 anos depois, portanto 1995, foi regulamentada a primeira comunidade quilombola, Comunidade Boa Vista, em Oriximiná, no Vale de Trombetas (PA), que recebeu o título da terra, mas até o ano de 2002 somente 29 comunidades foram reconhecidas de forma legal (LITTLE, 2002).

A morosidade na demarcação é um dos problemas mais marcantes quando se trata de regulamentação fundiária. A comunidade quilombola de Santa Fé em Rondônia é um exemplo comum de como ocorre o processo. Os moradores da comunidade se organizaram e foram em

busca da certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares, no qual foi cedido em 2007. Desde o momento da certificação até a titulação foram 10 anos, durante este período os moradores passaram por conflitos violentos e chegaram a quase perder o território para o dono das terras vizinhas, visto que este contava com o apoio da polícia local. Na comunidade quilombola Buieié, situada em Minas Gerais, a regulamentação ainda está pendente, desde 2004, ano que recebi a certificação como remanescente de quilombo, são 16 anos de espera para que o Estado cumpra a constituição. Isso posto, para que o desenvolvimento rural no Brasil não seja excludente é necessária uma abordagem local, falta desconstruir o conceito hegemônico do que é ser rural e disseminar o conhecimento plural das comunidades que vivem da terra.

6.1.1. Metodologia

Para desenvolver esta pesquisa foi utilizado os dados referentes a análise de uso e ocupação do solo da comunidade quilombola Buieié e comunidade quilombola Santa Fé, revisão bibliográfica e entrevista com dois moradores da comunidade quilombola Buieié. A revisão da literatura foi baseada nos conceitos de resiliência espacial e comunitária, assim como foi revisada a literatura de vulnerabilidade das comunidades quilombolas para relacionar com os relatos dos moradores da comunidade.

A entrevista é um método que agrega aos resultados da literatura e foi realizada online pelo Google Meet no dia 15 de novembro de 2020, com os moradores Julius Keniata de 33 anos, estudante de cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa e Carina Verdiano de 31 anos, estudante de Educação no Campo pela mesma instituição. Ambos nasceram na comunidade do Buieié e acompanharam as mudanças territoriais entre os anos de 2002 e 2020, anos do estudo.

6.2. Os quilombos e suas vulnerabilidades

Na literatura, as vulnerabilidades em comunidades quilombolas mais apresentadas são os conflitos decorrentes dos processos de regulamentação fundiária. Ainda que mais acessível, a certificação da terra e o processo de regulamentação fundiária ainda são extremamente burocráticos e dependem da assistência de diversos profissionais, o que torna o procedimento mais lento. Primeiramente, como é demonstrado por Nauar et al. (2017), o descaso do órgão público responsável pela regulamentação fundiária é um dos motivos para a falta de conhecimento sobre a titulação das terras, sendo que nem mesmo os responsáveis por elaborar relatórios e aprovar os processos têm real conhecimento do andamento da regulação. Esta

situação representa as duas comunidades estudadas. A comunidade de Santa Fé foi certificada em 2007 e apenas em 2017 foi concedido à comunidade o título da propriedade. Já a comunidade Buieié ainda está aguardando o título da propriedade.

A falha normativa que não abrange todas as particularidades dos grupos existentes torna difícil a abordagem a diferentes locais, como Silva (2012) demonstrou nos casos das comunidades quilombolas do Amapá. A burocracia em favor dos latifundiários é outro fator, visto que a pressão de atores interessados, que possuem poder econômico e político, ocorre desde a elaboração do relatório inicial e no decorrer de todo o processo (Peres, 2008; Trindade e Moraes, 2014; Nauar et al., 2017). Além disso, a morosidade que afeta todos os processos de assentamento e reforma agrária aliado ao racismo institucional são fatores que favorecem a lentidão no processo de titulação (Silva, 2012; Nauar, 2017).

Além das vulnerabilidades sociais, as comunidades são marcadas por vulnerabilidades ambientais em decorrência da ocupação territorial (Figura 22). As características representadas pela interpretação da mudança de uso e ocupação do solo estão diretamente relacionadas à forma como aconteceu a divisão e distribuição de terras no Brasil e à visão da sociedade hegemônica sobre os negros. Em relato sobre as mudanças da paisagem no Buieié, o morador da comunidade relata sobre as desigualdades nos terrenos do entorno em comparação à comunidade:

(...) a partir da década de 90 que a galera começa a plantar eucalipto porque o povo do Buieié em si vai sendo influenciado pelos fazendeiros, igual a questão do café por exemplo, o povo do Buieié só cismou de plantar café porque os fazendeiros plantavam café e ganhavam grana só que o fazendeiro tem terra e a gente não (Julius Keniata, 33 anos).

As duas comunidades estudadas apresentam uma trajetória semelhante em relação à permanência na terra. As duas estão envolvidas em conflitos e sofrem pressão do entorno, estão envoltas em monoculturas e criação de gado. No Buieié, a percepção da moradora Carina é de que sistema de monocultura florestal e cafeeiro que estão na divisa da comunidade tem papel fundamental na disponibilidade de água dentro da comunidade:

Então nesse alto, (na divisa da comunidade) a gente foi fazer até um trabalho com os negócios da nascente quando a gente fez o ATC (Acompanhamento Tempo Comunidade) e eu vi que teve um impacto muito grande porque ele plantou eucalipto e café de um lado, do outro

lado também ele tem uma plantação de legumes então ele irriga muito o solo certo? E aí do lado de cá já começa a ter pouca água né porque ele fez aí essa *desmatança* do outro lado e do lado de cá afetou porque a água diminuiu (...). (Carina Verdiano, 31 anos)

A questão da influência do entorno não apenas influenciou no modo que os moradores da comunidade usam o próprio território, mas também nos recursos disponíveis. Este impacto direto nos recursos hídricos leva a primeira lei da geografia idealizada pro Tobler (1970), em que conclui que todos os elementos de um sistema se influenciam, mas os elementos que estão mais próximos tem um impacto mais relevante. A escassez de água é perceptível para os moradores da comunidade, e é uma característica marcante para o dia a dia da comunidade. Isso é visto, também, através da dinâmica espacial das duas comunidades, em que os elementos que são fatores de vulnerabilidade são reflexo do que é produzindo na vizinhança (Figura 24).

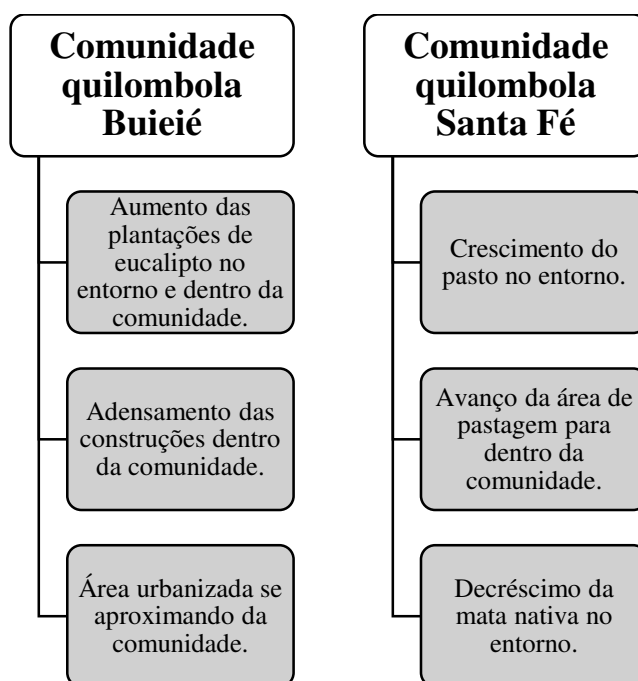


Figura 24: Listagem de vulnerabilidades das comunidades de Santa Fé e Buieié.

Fonte: Elaboração própria.

No entanto, a principal diferença entre as comunidades é o histórico de ocupação das regiões que as comunidades estão localizadas. Minas Gerais com a predominância do cultivo de monoculturas de café vindas da agricultura familiar e Rondônia caracterizada por ser a fronteira agropecuária. A comunidade quilombola Buieié está inserido no contexto de articulação entre rural e urbano e nunca esteve envolvido em conflitos que culminaram embates físicos marcantes, o que não quer dizer que a comunidade não sofre com a pressão do

entorno. O uso do solo no Buieieé está se transformando seguindo padrões das comunidades vizinhas e do meio urbano sendo considerado fator de vulnerabilidade.

A comunidade de Santa Fé passou por diversos conflitos violentos e já foram expulsos de seu território. A vulnerabilidade da comunidade é baseada na insegurança da permanência na terra. O que ocorre na comunidade Santa Fé de Rondônia está inexoravelmente marcado pelo avanço da fronteira agropecuária, como o que acontece diversas regiões do país como Tocantins, Pará ou Mato Grosso, em que segundo Alcântara (2016) e Terence (2019), áreas são ocupadas por meio da força política e física ou econômica em detrimento do para implantação de rodovias, agroindústrias, mineradoras, hidroelétricas e pastagem.

Mesmo com características distintas, as duas situações evidenciam transformações que podem colocar em risco a segurança fundiária e a reprodução dos modos de vida tradicionais dessas comunidades quilombolas. Quando se fala em posse da terra, geralmente considera-se os recursos naturais presentes como fatores econômicos, ocasionando no uso indiscriminado desses recursos (CUNHA; SANTOS, 2020). Portanto, os conflitos territoriais são conflitos de valores em que as comunidades tradicionais estão no outro lado dessa disputa, seguindo os princípios de conservação ambiental para poder sobreviver e para que as gerações futuras também possam viver da terra (SVAMPA, 2016, CUNHA; SANTOS, 2020). Os fatores que promovem a vulnerabilidade de comunidades tradicionais estão diretamente ligados às tentativas de seguir o padrão de mercado. Para que o desenvolvimento seja equalitário as comunidades quilombolas, além da garantia da permanência na terra, devem ter acesso a políticas de desenvolvimento que respeitem os modos de vida local. Assim, perpetuando as características históricas junto a fatores de modernização, é possível fortalecer a resiliência local.

6.3. *Common lands* e resiliência

A luta pela propriedade e por autonomia têm sido temas em destaque quando articuladas as categorias analíticas resiliência e terras de uso comum. Leite (2015) retrata que a identidade quilombola é mais complexa do que apenas ter um lugar para morar. Segundo a autora, em um primeiro momento o termo quilombola e quilombo representou a resistência ao sistema escravocrata, com o passar dos anos e o fortalecimento do Movimento Negro, os quilombolas passaram a uma categoria racial até o ponto em que configura uma classe política com direitos próprios, um deles o direito à terra e a administração coletiva dessa terra (LEITE, 2015), sendo complementada por Silva (2016) ao colocar os quilombos como grupos políticos e demográficos. A propriedade é importante, mas a luta é por um território em que possam

gerir de forma coletiva, não pela posse da terra em si. Pois, assim como ocorreu na Europa, as comunidades quilombolas representam o oposto da propriedade privada, o modo de vida proposto é oposto ao do uso dos recursos disponíveis de forma intensa até chegar à escassez.

Uma das heranças indiscutíveis do quilombo colonial é o uso coletivo da terra. Seu caráter coletivo é reforçado pela CF de 1988, que estipula que o título da terra é cedido em nome da associação de moradores (RIOS, 2007), portanto, não há um pedaço de terra para cada morador, mas sim, um território em nome da comunidade. Essa forma de posse é fator importante para a construção da identidade quilombola e, conseqüentemente, do fortalecimento de capital social. Segundo Chaskin (2008) e o Centro de Resiliência de Stockolm (2015) o capital social é essencial para o fortalecimento da resiliência em comunidades, assim como a participação social e um sistema forte de governança local. Segundo Moura (2009) a reconstrução do quilombo Mata Cavallo, no Mato Grosso, só aconteceu a partir do momento em que houve o fortalecimento da identidade quilombola e a coletividade se transformou em mecanismo de pressão social para acesso a políticas de apoio a comunidades tradicionais. Assim como as redes de irmandade no Mato Grosso do Sul em que grupos familiares de pessoas negras criaram uma rede de apoio para ajudar outras comunidades rurais (SANTOS, 2010).

As comunidades quilombolas são exemplo de como a resiliência pode ser aplicada, estudos mostram como uma associação de moradores forte é fundamental para que toda a comunidade tenha acesso aos direitos (DINIZ, 2012). Um exemplo, é o papel da Associação de moradores na comunidade do Buieié, a partir da movimentação da então presidente da associação, Cidinha, os moradores tiveram acesso à política de apoio a quilombolas na universidade pública, chamada Bolsa Permanência,

Aí o Vanderli foi no Buieié em 2016 e fez uma reunião com a gente, entregou o certificado e falou de algumas políticas públicas que a gente tinha direito (...) e isso daí motivou os estudante porque naquele momento nem eu nem Carina a gente não tava na universidade, eram outros meninos, mas ali de cara ele já falou que vocês podem acessar uma política pública que é de permanência do estudante quilombola, indígena na universidade federal que é um programa chamado bolsa permanência e da 900 reais pra cada estudante que tiver matriculado em universidade federal, aí a galera começa a acessar bolsa. (Julius Keniata, 33 anos)

A partir desse momento mais moradores da comunidade do Buieie tiveram o incentivo de iniciar uma graduação e tinham a garantia de permanência na universidade, além disso, o papel da então presidente da associação para o fortalecimento da identidade é fundamental, principalmente ao engajar a juventude que agora tem acesso ao ensino superior a participar e promover atividades comunitárias:

Então a partir daí a gente começa a fazer a discussão de acesso a políticas públicas, mas a Cidinha e a Carminha batendo muito da tecla do seguinte “vocês estão recebendo uma grana graças a uma luta da associação então vocês tem que apoiar a associação nas demandas dela”, aí a gente começa mais firme mesmo de tentar ajudar a resolver os problemas e também tentar apoiar nos problemas né. (Julius Keniata, 33 anos)

A partir desse marco da entrega do certificado, os estudantes se organizaram em um Conselho Estudantil Quilombola e buscaram apoio da prefeitura:

Eu acho muito mesmo a questão de do Buieie trazer esse certificado e ficar mais visível pra prefeitura. O Café com Memória é uma, é da Amanda, mestrado do patrimônio histórico que ta ligado com a prefeitura, então a prefeitura tinha o interesse por ser uma comunidade quilombola vem recurso. (Carina Verdiano, 31 anos)

A resiliência das comunidades é uma categoria importante para a análise da qualidade de vida de comunidades em situação de vulnerabilidade, contudo segundo Berker e Ross (2013), essa categoria deve ser integrada a fatores ambientais, sendo que estes estão diretamente ligados a elementos territoriais que são facilmente identificáveis através de mapas. A resiliência espacial é uma categoria que usa desses fatores territoriais e ambientais para construir o grau de resiliência em um sistema, neste trabalho os sistemas internos analisados são as Comunidades de Santa Fé e Buieie e o sistema externo está representado pelo entorno das duas comunidades.

Os elementos apresentados sobre resiliência de comunidade e de resiliência espacial por Lu et al. (2020) e Brunetta e Caldarice (2020) (Figura 23) são fundamentais para entender as vulnerabilidades e os mecanismos que fortalecem as comunidades estudadas.

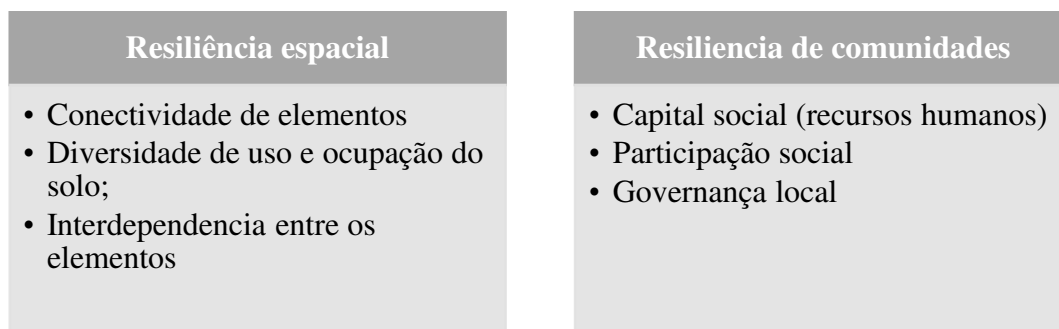


Figura 25: Fatores de resiliência espacial e de comunidades.

O quilombo Santa Fé é um exemplo, a organização social foi um mecanismo de pressão importante para a regulamentação fundiária. A governança local é feita por meio da própria associação, e esse mecanismo gera o fortalecimento do capital social, fatores que fortalecem a resiliência local. As características espaciais da região vão ao encontro do que seria concluído apenas pelas características comunitárias. A região do entorno, sistema externo, pode ser interpretada como uma grande conectividade, mas com pouca conectividade de elementos, as propriedades vizinhas são representadas apenas por pasto, fragmentos florestais e estabelecimentos distantes uns dos outros.

Dentro da comunidade, por ser uma área menor, é possível observar maior conectividade dos elementos, os estabelecimentos estão mais próximos, há maior quantidade de cultivos agrícolas, e segundo a literatura há maior diversidade nesse cultivo o que gera menos interdependência dos elementos. No entanto, o fato da comunidade estar envolta em pastagem gerou fragmentação da floresta dentro da comunidade.

A comunidade Buieié está seguindo o mesmo caminho com a associação de moradores promovendo movimentos para o empoderamento e fortalecimento da identidade quilombola por meio de estratégias como os eventos Café com Memória, Intercâmbio Agroecológico, Caravana Quilombola, Cursinho Popular, Dia da Beleza Quilombola e a Feira de Agricultura Familiar Quilombola do Buieié. A feira foi um projeto especial por ter um engajamento positivo pela maior parte dos moradores da comunidade. Inicialmente o projeto seria um evento único, mas foi muito bem recebido pela comunidade e tornou-se um evento mensal:

(...) teve um entrosamento muito grande da comunidade com a gente, eles pegaram mesmo a ideia, compraram a ideia da gente fazer (a feira). Então fiquei pensando, a gente ta estudando na universidade, se a gente tem a oportunidade de trazer alguma melhoria e alguma forma do povo ta gerando renda né que é fazer esses espaços de

comercialização, a gente se sentiu obrigado a continuar. (Carina Verdiano, 31 anos)

O Entorno da comunidade é mais fragmentada que o entorno de Santa Fé. As propriedades são menores e baseadas no plantio agrícola e florestal (eucalipto). A conectividade da mata nativa é extremamente comprometida e as moradias são distantes umas das outras. Dentro do Buieié, a conectividade é marcada pelas construções e propriedades bem próximas, mata nativa ainda apresenta um grau elevado de fragmentação e os plantios agrícolas estão presentes assim como o plantio de eucalipto.

Na comunidade Santa Fé foi possível observar uma variedade de tipos de cultivo, eram partes uniformes que apresentavam características distintas. No Buieié não foi possível essa variedade sendo que todos os plantios classificados dentro da comunidade são de monocultivos de café. No entanto, é digno de nota que a comunidade está trabalhando para reviver a tradição de cultivar a terra com espécies locais: no ano de 2019 a associação de moradores realizou algumas feiras agroecológicas para incentivar a comercialização dos produtos locais⁹.

A partir da análise dos sistemas interno e externo é possível observar que as duas comunidades estão inseridas em um contexto que promovem pouca resiliência espacial, com pouca conectividade e diversidade de produção. O Buieié apresenta maior influência dos elementos vizinhos, reproduzindo o uso e ocupação do solo do entorno, mas também apresenta mecanismos de resiliência comunitária. A comunidade de Santa Fé está em situação mais extrema por ter na fronteira áreas extensas de pasto, que ocupa parte do território da comunidade, mas apresenta maior diversidade produtiva.

As características distintas das comunidades eram esperadas, visto que uma comunidade está em um contexto de maior interação com o meio urbano e em região de Mata Atlântica, enquanto outra comunidade está distante da urbanização e na Floresta Amazônica. Contudo, a realidade das duas comunidades pode ser relacionada por meio de seus objetivos de autonomia e pelo desejo de garantia de permanência no território, além de serem fundamentais para a conservação ambiental. Segundo Svampa (2016) essa busca pode ser chamada de “giro ecoterritorial” em que o principal fator para conquistar a posse e propriedade da terra é a territorialidade. A ligação com a terra gera um sentimento de coletividade e torna-se um fator de pressão social para a garantia de direitos, além dessa

⁹ Feira de agricultura familiar quilombola do Buieié. (<https://primeiroasaber.com.br/events/feira-de-agricultura-familiar-quilombola-do-buieie/>)

relação ser importante para que a comunidade use os recursos disponíveis de uma forma sustentável, pensando nas próximas gerações.

A partir da visão da conservação ambiental, as duas comunidades estão inseridas em biomas importantes para o equilíbrio ecológico e que estão em estado avançado de desmatamento. Cunha e Santos, relatam que os direitos de regulamentação fundiária estão ligados à conservação ambiental:

A conservação (de fato não aquela limitada da perspectiva preservacionista) na prática decorre da garantia dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais e originários, dos quais advém, naturalmente, a prestação de serviços à biodiversidade e à preservação das paisagens naturais, cada vez mais valorizada monetariamente. (CUNHA; SANTOS, 2020, p. 21)

Portanto, a garantia dos direitos territoriais, aliados ao fortalecimento da identidade quilombola, reforçam o sentimento de territorialidade e, segundo a literatura, são fundamentais para promover a conservação ambiental. O primeiro passo para sanar as vulnerabilidades de comunidades tradicionais aponta para a regulamentação fundiária, a partir do momento em que as comunidades têm a garantia de permanência na terra. Todos esses fatores são essenciais para sanar as vulnerabilidades das comunidades quilombolas e garantir os fatores de resiliência espacial e comunitária.

6.4. Conclusão

Em ambos os casos estudados a morosidade dos órgãos públicos afetam a permanência e o uso e ocupação do solo das comunidades quilombolas. No Buieieí, a pressão do mercado imobiliário segue em direção à comunidade, e o território está cada vez mais ocupado com plantios de eucalipto, seguindo a tendência do entorno. Em Santa Fé, foram dez anos de incerteza, ainda que titulada o entorno pressiona a mata nativa e fragmenta a floresta Amazônica, causando a fuga de diversas espécies antes presente no território e que faziam parte do cotidiano da comunidade. Nos dois casos o entorno fortalece as vulnerabilidades da comunidade refletindo na geografia das regiões e a degradação ambiental.

Apesar das influências do entorno, as duas comunidades possuem organização social através da associação de moradores, e esse aspecto é fundamental como ferramenta de resiliência comunitária em terras coletivas. Segundo a literatura, é o coletivo que garante a afirmação da identidade quilombola e fortalece o sentimento de pertencimento e territorialidade, além de ser essencial para obter apoio de políticas públicas voltadas para o

desenvolvimento de comunidades quilombolas. No entanto, para esses dois casos é necessário realizar pesquisas qualitativas para avaliar o papel da coesão social na construção da identidade das comunidades.

Os conceitos de resiliência espacial e de comunidades possibilitam a análise da conectividade do entorno e da organização social como fatores de impacto em comunidades que usam a terra de forma coletiva. A mudança no padrão de ocupação nas comunidades pode se relacionar à mudança no estilo de vida dentro dessas comunidades tradicionais, e pode alterar a visão de comunidade e a ligação entre os membros. Ao enquadrar a análise aos fatores de resiliência espacial e comunitária cria-se um caminho para que atores sociais locais construam estratégias para reforçar a cultura e a territorialidade quilombola. Para isso, recomenda-se pesquisas futuras com uma abordagem participativa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de construção deste trabalho fez-se necessário superar alguns desafios. O primeiro projeto foi idealizado e desejado como um trabalho participativo, cheio de contribuições dos atores sociais envolvidos e que traria muitos benefícios para a comunidade. Contudo, no meio do caminho houve algumas bifurcações que levaram ao trabalho apresentado. Com o início da pandemia a participação coletiva teve de ser excluída, então a partir deste momento muito do que já estava feito teve de ser descartada. O desafio seguinte era elaborar um novo caminho igualmente relevante. A metodologia quantitativa que já estava sendo elaborada foi o ponto principal para a mudança de rumos da pesquisa. A partir desse ponto, o estudo comparativo foi a possibilidade de finalizar o projeto. Para isso foi necessário avaliar as comunidades em um contexto de mudança, partindo de uma pesquisa participativa na comunidade quilombola do Buieié para um estudo comparativo entre a comunidade do Buieié e comunidade de Santa Fé.

A comunidade do Buieié, localizada no município de Viçosa, Minas Gerais, é uma comunidade inerida em um contexto de Mata Atlântica e em zona de transição do rural para o urbano, portanto, caracterizada pelo adensamento populacional, com o modo de vida diretamente ligado ao centro urbano e perceptível presença de monocultivos. O Buieié recebeu o certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2004, no entanto alguns conflitos internos o fizeram ter conhecimento desse processo a mais de 10 anos depois. Mesmo sem o conhecimento dos membros da comunidade, segundo a legislação, o órgão responsável pela titulação deve dar início ao processo de titulação logo após a certificação, portanto, a

comunidade da Zona da Mata aguarda a mais de 16 anos o encaminhamento do processo de regularização fundiária.

Por estar em uma área rural próxima à zona urbana, a comunidade do Buieié tende a incorporar elementos dos dois ambientes. Ou seja, o entorno da comunidade influencia o modo de ocupação dentro do território quilombola, visto que ao perceber que os proprietários vizinhos estão investindo cada vez mais nos monocultivos, os moradores seguem os mesmos caminhos em busca do lucro. Em um intervalo de 18 anos, a comunidade apresentou um aumento dos plantios de eucalipto, assim como no entorno, demonstrando uma decadência da cultura de café na região, como os plantios agrícolas não sofreram alteração significativa nos anos estudados. Além disso, as construções dentro da comunidade aumentaram consideravelmente e de forma adensada, assim como na comunidade vizinha, Zig-Zag. A partir da análise dos mapas, é possível concluir que as construções vindas do centro urbano seguem um padrão de crescimento em direção ao Buieié, a pressão do mercado imobiliário vem se aproximando e pode demonstrar um risco para os moradores da comunidade, por não possuir a posse de terra assegurado.

A comunidade de Santa Fé, localizada em domínio de floresta amazônica, está localizada no estado de Rondônia, a comunidade pertence a região predominantemente rural, está envolta por latifúndios com pastos altamente especializados. Santa Fé foi certificada em 2007 e recebeu o título definitivo da terra no final de 2018, demonstrando a morosidade no processo de regularização fundiária. Durante este período, a comunidade sofreu com diversas tentativas de ocupação do território por latifundiários vizinhos. Estes conflitos territoriais demonstram a importância da regularização fundiária rápida e eficiente na vida de membros de comunidades tradicionais e de assentamentos de reforma agrária enquanto forma de evitar conflitos e como uma ferramenta legal contra grileiros.

Assim como na comunidade do Buieié, a comunidade de Santa Fé demonstra seguir o padrão de ocupação do entorno o que leva a uma tendência de crescimento do pasto no território, além de uma perda de mata nativa dentro e fora da área da comunidade. Em Rondônia, o extrativismo e a agricultura foram os carro-chefe da ocupação na região, seguido pela produção de gado. A dinâmica territorial demonstra que a pressão econômica e do entorno estão moldando a ocupação dentro da comunidade e a faz seguir o modelo de ocupação do estado de Rondônia demonstrado em diversos estudos.

Apesar das adversidades as quais as duas comunidades quilombolas estudadas estão expostas, existem alguns mecanismos que fortalecem o capital social e conseqüentemente a resiliência comunitária. Uma delas é gestão coletiva da terra. As terras de uso comum em comunidades quilombolas são a marca histórica da ocupação desses povos, o que é mantido até hoje pela legislação. A regulamentação fundiária é estabelecida por meio do título coletivo da terra que é dado em nome da associação de moradores, em detrimento da posse particular vigente em outros modelos de ocupação.

Assim como nos casos dos países da Europa, em que as terras de uso comum foram condenadas pela privatização e por um modelo econômico que excluía as comunidades rurais que usavam a terra para subsistência, as comunidades quilombolas sofrem com conflitos territoriais com latifundiários, mineradoras e empresas que buscam a exploração dos recursos naturais. Mas existe uma legislação que protege os remanescentes por meio da regularização fundiária. Além disso há diversas políticas públicas de apoio a comunidades tradicionais, mas o acesso propriamente dito é dificultado por processos burocráticos e por falta de disseminação correta da informação.

As duas comunidades apresentam mecanismos de coesão social através da associação de moradores. No Buieié, a comunidade está se organizando e promovendo eventos, tanto para integrar seus membros, como para favorecer o crescimento econômico dos produtores locais e incentivar a produção agroecológica. Essa construção de apoio foi fomentada pela certificação quilombola. As políticas de apoio a comunidades tradicionais são fundamentais para o desenvolvimento, no entanto, o primeiro passo é a melhoria do acesso a informação. A partir da análise da resiliência espacial foi possível perceber aspectos que favorecem a vulnerabilidade das comunidades estudadas, a conectividade e a falta de diversificação no uso e ocupação do solo representam fatores que afetam negativamente os elementos naturais das comunidades, favorecem a fragmentação florestal e o avanço de monocultivos e de pastagem para dentro das comunidades, e, no caso do Buieié, o crescimento da urbanização para dentro das comunidades promovendo a ocupação do remanescente de quilombo por atores externos à comunidade. Em ambos os casos o entorno tem grande influência no uso e ocupação do solo das comunidades, corroborando com a primeira lei da geografia: “tudo está relacionado com tudo, mas as coisas mais próximas estão mais relacionadas que as coisas distantes” (TOBLER, 1970, p. 236).

A abordagem da mudança espacial a partir da categoria analítica de resiliência foi fundamental para avançar na análise dos impactos do entorno na comunidade. Não foram

encontrados muitos estudos no Brasil que usem a resiliência espacial e de comunidades enquanto categoria de análise. Um aprofundamento no termo e no que este representa abre caminhos para o aperfeiçoamento de questões identitárias através de uma abordagem qualitativa.

Assim, o trabalho busca contribuir com o debate sobre o impacto da mudança espacial no modo de vida de comunidades tradicionais. Entende-se que houve limitação em relação à metodologia e às circunstâncias vividas, contudo, através das análises espera-se que seja possível elaborar estratégias para seguir na abordagem da resiliência para entender e aprofundar nas estratégias utilizadas pelas comunidades quilombolas para sobrepor as vulnerabilidades enfrentadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2000.
- ADGER, W. N. Social and ecological resilience: are they related? **Progress in Human Geography**, v. 24, p. 347-364, 2000.
- ALCÂNTARA, D. **Entre a forma espacial e a racionalidade jurídica - Comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Caldeirãozinho, Uauá-BA**. 2016. 296 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ALLEN, R. C. The efficiency and distributional consequences of eighteenth century enclosures (Britain). **Economic Journal**, v. 92, n. 368, p. 937–953, 1982.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, J; NAVARRO, N. (org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1978. p. 71–80.
- ALVARES, C. A. et al. Köppen's climate classification map for Brazil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711–728, 2013.
- ALVES, M. O. **Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará**. 2012. 341 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- AMARAL, D. T.; LOPES, A. W. P.; CARMO, M. S.; FERRANTE, V. L. S. B.; GOMES, T. P.; DUVAL, H. C. CAPACITAÇÕES EM ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: críticas às idealizações, propostas de educação continuada. **Retratos de assentamentos**, v.15, n.2, 2012.
- AMARAL, R. & BESER, E. G. A. S. De que vale a autodefinição? Um estudo de caso da comunidade quilombola Nossa Senhora das Graças. *In*: **V ENADIR GT. 01 - Justiça Restaurativa, Mediação e Administração de Conflitos Socioambientais: interfaces entre Antropologia e Direito**, São Paulo, 2017.
- ANDRADE, J. H. F.; LIMOEIRO, D. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). **Rev. brasileira polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 94-117, June 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000100005>.

- ANGELER, D. G. & ALLEN, C. R. Quantifying resilience: Management applications of discontinuity theory. **Journal of Applied Ecology**, v. 53, p. 617– 624, 2016.
- ANJOS, R. S. A. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. **Anais..** Coimbra, 2004.
- ARRUTI, J. M. Entre campo e cidade: Quilombo, hibridismos conceituais e vetores de urbanização. In: OLIVEIRA, O. M. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Associação Brasileira de Antropologia, p. 241-254, 2016.
- BALDOCK, D.; COX, C.; LOWE, P.; WINTER, M. Environmentally Sensitive Areas: incrementalism or reform? **Journal of Rural Studies**, v. 6, p. 143-162, 1990.
- BARBOSA, X. C.; NOGUEIRA, L. B.; LIMA, U. N. História e Patrimônio: Os desafios da Conservação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. **Zona de Impacto**, Ano 17, V. 1, 2015.
- BATISTA, D. C. L.; VIEIRA, GUIMARÃES, A. F. S.; ; MARINHO, R. R. Uso do "Google Earth Pro" no mapeamento de voçorocas na área urbana de Manaus (AM), Brasil. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 10, n. 20, p. 1 - 12, dez. 2018. ISSN 2178-0463. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/689>>. Acesso em: 12 set. 2019. doi: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v10i20.689>.
- BECKER, B. K. "Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?" **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001.
- BENDIX, R. Concepts and generalizations in comparative sociological studies. **American Sociological Review**, v. 28, n. 4, p. 532-539, 1963.
- BENTES, S. R. S. A relação campo cidade sobre uma análise do território quilombola a partir da comunidade remanescente da Lagoa dos Índios. **Anais.. VII Semana de arquitetura e urbanismo (Sal 2018): Mobilidade urbana e sustentabilidade: por onde tu andas?** Amapá, 2018.
- BERKES, F.; ROSS, H. Community Resilience: Toward an Integrated Approach. **Society & Natural Resources**, v. 26, n. 1, p. 5-20, 2013. DOI: 10.1080/08941920.2012.736605.
- BERNARDINO, J. L.; CARNEIRO, L. O. Territorialidade agrária na mesorregião da zona da mata mineira: estudo de caso da silvicultura de eucalipto em território quilombola. **Revista de Geografia**, v. 3, n. 1, 2013.
- BJØRKHAUG, H.; KNICKEL, K. Rethinking the links between farm modernisation, rural development and resilience. **Journal of Rural Studies**, v. 59, p. 194-196, abril 2018.
- BNDES. Requisitos para enquadramento no Pronaf, 2018 Recuperado de <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-requisitos/>

- BNDES. Matriz de Dados do Crédito Rural – Contratações. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>> Acesso em: 07/10/2020.
- BNDES. Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf> > Acesso em: 18/08/2020.
- BOARDMAN, J. The value of Google Earth™ for erosion mapping. *Catena*, 143, p. 123-127, 2016.
- BORDAIS, L.; E. F. **DESPUÉS DEL “REDOBLE POR RANCAS”:** Tierra, minería y memoria de un pueblo. 2018. 283 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação e Sociologia – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- BORGES, L. R. M. Políticas governamentais e o reordenamento territorial no campo: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Rondônia–Amazônia–Brasil. VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales – CIETA, 2014.
- BRUNETTA G.; CALDARICE O. Spatial Resilience in Planning: Meanings, Challenges, and Perspectives for Urban Transition. In: LEAL F. W.; MARISA A. A., BRANDLI L., GÖKÇİN Ö. P., WALL T. (eds) **Sustainable Cities and Communities. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals**. Springer, Cham, 2020 https://doi.org/10.1007/978-3-319-95717-3_28
- CABRAL, I. F. Q. **Análise de dados censitários e de cobertura florestal nativa em Viçosa - Minas Gerais e municípios limítrofes (2000 – 2010)**. 2016. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. **Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas**. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.47.2010.tde-03052010-163111. Acesso em: 2020-08-24.
- CALHEIROS, F. P.; STADTLER, H. H. C. Ethnic identity and power: quilombos in Brazilian public policy. *Rev. Katálisis*; v. 13, n. 1, p. 133-9, 2010.
- CAPORAL, F. R. Superando a revolução verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **EMATER/RS-ASCAR**, Porto Alegre, 2003.
- CARDOSO, A. S. R.; SOUSA, R. A. D.; REIS, L. C. O agro é tech, é pop, é tudo: o (des) velar dessa realidade. *Geosul, Florianópolis*, v. 34, n. 71, p. 836-857, 2019.
- CARRIL, L. F. B. Quilombo, território e geografia. *AGRÁRIA*, São Paulo, n 3, p. 156-171, 2006.

- CARVALHO, P. M. DE. Vila Bela e seus quilombos: etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. **Anais...**São Paulo: 2011. Disponível em: https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2016/03/CURRICULO-DE-EDUCACION-INICIAL.pdf%0Ahttp://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/07/Modulo_Trabajo_EI.pdf%0Ahttp://www.cide.edu.co/doc/investigacion/3.metodos.de.investigacion.pdf
- CHASKIN, R. J. Resilience, Community, and Resilient Communities: Conditioning Contexts and Collective Action. **Child Care in Practice**, v. 14, n. 1, p. 65-74, 2008. DOI: 10.1080/13575270701733724
- CIRO, A. C. S. S. Por memórias do futuro: as potencialidades do patrimônio para o desenvolvimento local na comunidade quilombola do Buieí. **REVES – Revista Relações Sociais**, v. 1, n. 1, 2018.
- Comissão Pró-índio. Observatório Terras Quilombolas, 2020 (http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/?terra_nome=&situacao=269&uf%5B%5D=289&ano_de=&ano_ate=&orgao_exp=0)
- CUMMING, G. S. Spatial resilience: integrating landscape ecology, resilience, and sustainability. **Landscape Ecology**, v. 26, n. 7, p. 899–909, 2011.
- CUNHA, I. M.; SANTOS, T. G. D. Direitos Territoriais No Brasil: Análise Interdisciplinar De Uma Categoria Jurídica Autônoma. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 17, p. 1–32, 2020.
- DALOSTO, C. D.; DALOSTO, J. A. D.; OLIVEIRA, C. L. F. As políticas públicas para as comunidades quilombolas no Brasil. In: LACERDA, G. B. As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.
- DARREN, N.; GERHARD, B.; CHRISTOPHER, H. Urban design, connectivity and its role in building urban spatial resilience. In I. Kukina, I. Fedchenko & Ia. Chui (Eds.), **Urban form and social context: from traditions to newest demands**: Proceedings of the XXV ISUF International Conference, Krasnoyarsk, July 5-9, p. 921-930, 2018.
- DEAN, W. Brazil and the Struggle for Rubber: a study in environmental history. **Cambridge**: Cambridge University Press, 1987
- DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. Xlv Congresso Da Sober. **Anais...**Londrina, PR: 2007

DINIZ, R. E. S. **Territorialidade e uso comum entre os quilombolas de Santa Rita da Barreira em contradição com “Políticas de Etnodesenvolvimento”**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

DRUMMOND, J. A. O Jardim Dentro da Máquina. **Revista Estudos Históricos**. V. 1, n. 2, p. 276-298, 1988.

Educação, Cultura e Meio Ambiente, vol. II, n.12, dez. 1998

EMBRAPA, Programa Polonoroeste.
(<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/machadinho/conteudo/polono.html>)

FACHIN, O. O método comparativo. In: FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**. Saraiva. p. 40-41, 2005.

FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

FERREIRA, M. D. P.; COELHO, A. B. Desmatamento recente nos estados da amazônia legal: Uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 91–108, 2015.

Fiocruz. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. 2013. Disponível em: <
mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?populacao=quilombolas&uf=to&post_types=conflito>
Acesso em: 25/10/2019.

Fiocruz. RO- Comunidades quilombolas de Santa Fé aguardam emissão de título definitivo de seu território. 2019. (<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ro-comunidades-quilombolas-de-santa-fe-aguardam-emissao-de-titulo-definitivo-de-seu-territorio>)

FIORI, M. F. BR-364: Do Desenvolvimento ao Desmatamento. **Revista Veredas Amazônicas**, v. II, N. 1, 2012.

FLORENZANO, T. G. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**, 3ª edição, ampliada e atualizada. 3ª. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 128p, 2011.

Fundação Cultural Palmares. Cidadania quilombola, passo a passo. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=538>. Acesso em: 01 dez. 2018.

Fundação Cultural Palmares. Comunidades remanescente de quilombo. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> . Acesso em: 27/09/2019.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica Relatório Técnico. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/>>.

GOMES, A. L. **Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-09052016-111534. Acesso em: 2020-08-24.

GÖRNERT, M. Os Barbadianos em Mad Maria: Exemplo da figuração duma personagem coletiva no Novo Romance Histórico. **Stockholms Universitet**, , 2020.

HASSELMANN, J. G.; MEIRA, R. B.; CARELLI, M. N. Nas trilhas do patrimônio afro-brasileiro: o apagamento do candomblé angola nas políticas culturais. **Mouseion**. N. 33, p. 41-55, 2019.

HOLLING, C.S. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 4, p. 1–23, 1973.

HOMMA, A. K. O. Expansão agropecuária e desmatamento na Amazônia: quais os caminhos? In: COELHO, A. B.; TEIXEIRA, E. C.; BRAGA, M. J. (Ed.). **Recursos naturais e crescimento econômico**. Viçosa, MG: UFV p.125-176, 2008.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)2018. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=resultados> , Acesso em: 21/02/2020.

INCRA. Acervo Fundiário. 2019. <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In A. Melillo & E. N. S. Ojeda (Orgs.), **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**, p. 23-38, Porto Alegre: Artmed, 2005.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Passo a passo da titulação de territórios quilombola. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas>. Acesso em: 01 dez. 2018.

JERNECK, A.; OLSSON, L. Adaptation and the poor: development, resilience and transition. **Climate Policy**, v.8, p.170-82, 2008.

JORDÃO, L. C. S. **[Sub]urbanização: a expansão urbana de São Carlos por meio dos condomínios**. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPG-FAU da Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2014.

- KIELING, R. I.; SILVEIRA, R. L..L. O rural, o urbano e o continuum Urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 39, n.148, p. 133-143, 2015.
- KUJAWA, H. A. Conflitos envolvendo indígenas e agricultores no Rio Grande do Sul: dilemas de políticas públicas contraditórias. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 1, p. 72–82, 2015.
- LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P. & Castro, R. de S. (Orgs.). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez. p. 11-31. 2009.
- LEFEBVRE, H. (1949). Problèmes de sociologie rurale – la communauté paysanne et ses problèmes historico-sociologiques. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, Éditions du Seuil, 6.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. **Centauro**, São Paulo, 2006.
- LEITE, I. B. Humanidades insurgentes: Conflitos e criminalização dos quilombos. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social**. v. 1, n. 2, 2010.
- LIMA, L. G.; BARBOSA, J. L. DO MONOCULTIVO DA CANA AO MONOCULTIVO DO EUCALIPTO, DUAS FACES DE UMA MESMA TRAGÉDIA: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas. In: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 9, 2019, Recife. **Anais...** . 2019.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Serie Antropologia**, Brasília: departamento de Antropologia, n.174, 2002.
- LOBO, G. S. **A alteração do regime hidrológico afeta a composição florística e estrutura de florestas de igapó? Um estudo comparativo entre um rio regulado e outro prístino na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, Amazônia Central. 2017.** Dissertação (Mestrado). Programa Pós-Graduação em Ecologia, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, Manaus, 2017.
- LOBO, J. C. **À margem do rio: a Comuna afrodescendente de Playa de Oro, Equador : agenciamentos territoriais e a política do lugar.** 2015. 309f. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- LOCH, C. A interpretação de imagens aéreas. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- LU Y.; ZHAI, G.; ZHOU, S; SHI, Y. Risk reduction through urban spatial resilience: A theoretical framework, Human and Ecological Risk Assessment. **An International Journal**, 2020. DOI: 10.1080/10807039.2020.1788918.

- MACHADO, D. T. Conflitos na Fronteira do Guaporé em Rondônia: Áreas Protegidas Versus o Avanço da Agropecuária. **Revista GeoNordeste**, Ano XXXI, n. 1, p. 22-39, 2020.
- MAGNO, L. **Que lugar é esse?** 2011. 89 f. Monografia (Graduação) - Curso Geografia da Universidade Federal de Viçosa – UFV, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.
- MALCHER, M. A. F. Identidade quilombola e território. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de jan. p. 399-421, 2009. **Anais..** III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2009.
- MANOEL, J. Primeiras explorações na Amazônia: Breve comentário histórico de Orellana A. Pedro Teixeira. **Boletim Museu Integrado Roraima**, Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 9-14, 1991.
- MAPA. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Disponível em: <<http://antigo.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>> Acesso em: 18/08/2020.
- MARGULIS, S. Quem são os agentes dos desmatamentos na Amazônia e por que eles desmatam. **World Bank Internal Paper**, p. 1–25, 2002.
- MARQUES, C. E. & GOMES, L. A Constituição de 1988 e A ressignificação dos quilombos Contemporâneos limites e potencialidades. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 137-255, 2013.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, Ano 18, n. 19, p.95-112, São Paulo, 2002.
- MARTINI, S. R.; GONÇALVES, V. C.; SIMÕES, B. B. O. A Terra Como Bem-Comum Na Memória Do Direito Brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 42, n. 1, 2018.
- MARTINS, J. de S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000.
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, n. 8, p. 25-70, maio 1996.
- MAXWELL, J. A. Designing a Qualitative Research. In: BICKMAN, L.; ROG, D. J. **Applied Social Research Methods**. SAGE. P. 214-253, 2008.
- MELLO, L. C. DE. O FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA COMO PATRIMÔNIO AFRO-AMAZÔNICO: **Arqueologia comunitária e resgate patrimonial**. 2019.
- MELLO, N. G. R. DE; ARTAXO, P. Evolução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 66, p. 108–129, 2017.

MELO, P. B. Análise da Mobilização Política das Comunidades Remanescentes de Quilombos. In: 26ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. **Anais... 26ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008.

MELO, T. S. Cidade/Urbano versus Campo/Rural: a necessidade de políticas públicas que superem esta dicotomia para inclusão das populações pobres no Brasil. **Kult-ur - revista interdisciplinaria sobre la cultura de la ciudad**, v. 4, p. 209-234, 2017.

MENEZES, T. C. C. A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia. **Estudo Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 1, 2015.

MENEZES, V. A. de. A Natureza Jurídica da Atribuição de Domínio à Luz da Regularização de Terras Quilombolas. Porto Alegre: **Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, 2012.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sociobiodiversidade.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sociobiodiversidade. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/sociobiodiversidade>> Acesso em: 18/08/2020.

Ministério do Meio Ambiente. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais/comiss%C3%A3o-nacional-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-de-povos-e-comunidades-tradicionais.html>. Acesso em: 27/09/2019.

MONTEIRO, F. F. O quilombo em questão: Sobreposições e insurgências a partir do conflito socioambiental e territorial da comunidade negra do Grotão no Parque Estadual da Serra da Tiririca. **Ensaio de Geografia**. V. 4, n. 8, 2015.

MONTEIRO, Lucineide. **Cultura e territorialidade Quilombola nas comunidades de Forte Príncipe da Beira & de Santa Fé**. 2013. f. 309. Dissertação (Mestrado) Departamento de Línguas Vernáculas, Universidade Federal de Rondônia. 2013.

MORAES, E. S. **Áreas protegidas no Pantanal de Mato Grosso: análise territorial no trecho do Rio Piquiri no Parque Estadual Encontro das Águas**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2013.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, 2000.

MOSSMMAN, M. P. et al. Interface Between Family Farming and School Feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective of different social actors in Southern Brazil. **RESR**, v. 55, n. 2, p. 325-342, 2017.

MOURA, A. E. **Quilombo Mata Cavallo, a fênix negra mato-grossense: etnicidade e luta pela terra no estado de Mato Grosso**. 2009. 281 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280743>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

MOURA, R. A. de. **Novas perspectivas para o desenvolvimento rural: uma análise normativa, conceitual e prática dos montes vicinais em mão comum galegos e das unidades de conservação brasileiras**. 2016. 122 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

NASCIMENTO, A. O indígena em três fases na literatura brasileira: uma análise sobre a continuidade de estereótipos, reconciliação e apagamento cultural. **REGIT**, v. 10, n. 2, p. 79–90, 2018.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para Amazônia. In: Revista

NASCIMENTO, S. M. **Real Forte Príncipe da Beira: História e Estórias do Iaginário Popular no Vale do Guaporé**. Revista Labirinto, Ano XIII, n. 18, 2013.

NAUAR, A. L.; BORGES, M. T. & MEDEIROS, P. O fazer antropológico na política de regularização de territórios de comunidades remanescentes de quilombos: desafios, estratégias e angústias. **Áltera Revista de Antropologia**, v. 1, n. 4, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/36961>,

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, V. 16, n. 44, 2001.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. 233 f. Tese (Doutorado), Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NORRIS, F.H.; STEVENS, S.P.; PFEFFERBAUM, B.; WYCHE, K. F. & PFEFFERBAUM, R. L. Community resilience as a metaphor, theory, set of capacities, and strategy for disaster readiness. **American Journal of Community Psychology**. 41, 127-150, 2008.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Comunidade Quilombola Santa é do Guaporé. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia** Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos, 2009.

NUNES, D. D. Rondônia: ocupação e ambiente. **Revista Presença**. Ano XI, n. 14. 2010

- O'DWYER, E. C. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Tomo**, Sergipe, n. 11, 2007.
- OLIVAL, A. A. A resiliência em assentamentos rurais: uma experiência na região norte de Mato Grosso. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, n. 2, p. 87-100, 2016.
- OLIVEIRA, S. J. M. et al. Pecuária e desmatamento: mudanças no uso do solo em Rondônia. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural –SOBER**. Rio Branco, Acre, 20-23 de jul. 2008.
- OLIVEIRA, E. C. M. **Netrolitíase idiopática: fatores dietéticos de risco e estudo comparativo entre adultos litíasicos e normais**. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- OLIVEIRA, F.; D'ABADIA, M. V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 4, n. 2, p. 257-275, 8 dez. 2015.
- OLIVEIRA, M. R.; SOUSA, D. N. A luta pela regularização fundiária da Reserva Extrativista do Extremo Norte do estado do Tocantins. **ACTA Geográfica**, v. 10, n. 23, p. 111-129, 2016.
- OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge: **Cambridge University Press**, p. 280, 1990.
- OTT, A. M. T. **Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia**. 2002. 285 f. Tese (Doutorado). Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- PACINI, A. **Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)**. 2012. 634 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- PEREIRA, G. P. P. B. **Homens, Mulheres e Masculinidade no Buieíé**. 2000. 284 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2000.
- PEREIRA, L. F.; GUIMARÃES, R. M. F.; OLIVEIRA, R. R. M. Integrando geotecnologias simples e gratuitas para avaliar usos/coberturas da terra: QGIS e Google Earth Pro. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 3, n. 3, p. 250-264, 2018.
- PERES, Â. D. Movimento quilombola e capitalismo no Brasil. In: *Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, Londrina. UEL, 2008.
- PIMENTEL, A. G. Políticas públicas em conceito, contexto e espécie: uma descrição do programa de aquisição de alimentos do governo federal. **Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 6, p. 141-161, 2017.

- PINTO, N. M. de A. Família, identidade e vínculos no meio rural: a comunidade negra do Buieíé, MG, 2009. Disponível em: < http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/public/t_18.pdf> Acesso em: 07 de agosto de 2019.
- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/orgaos/22201?ano=2019>>; Acesso em: 21/02/2020.
- POTTER C. Environmentally Sensitive Areas in England and Wales. **Land Use Policy**, v. 5, p. 301-313, 1988.
- PREFEITURA DE VIÇOSA. **Portal da transparência**. Viçosa, MG, 2019.
- PRESTES, C. R. S. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos**. 2013. 173f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- RACKHAM, O. The History of the Countryside. **London**: J. M. Dent. 1986.
- RAMOS, I. C. **O lugar do parentesco na aliança entre um laudo antropológico e um território quilombola. Análise a partir do processo de regularização fundiária do Quilombo Cambará em Cachoeira do Sul/RS**. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de pós graduação em desenvolvimento rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- RAMBAUD, P. Société Rurale et Urbanisation. 1ª ed. Paris: Ed. du Seuil, 1969.
- RAMUTSINDELA, M. Resilient geographies: land, boundaries and the consolidation of the former Bantustans in post-1994 South Africa. **The Geographical Journal**, v. 173, n. 1, p. 43–55, 2007.
- REIS, J. J. Quilombos e Revoltas de Escravos no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, 1996.
- RIOS, M. Território Quilombola: Uma Propriedade Especial. Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara -**Veredas do Direito** V.4, N.7, 2007.
- RODRIGUES, B. P. “ARUAQUIZAÇÃO”: PARA OUTRA POSSÍVEL LEITURA DO QUILOMBO GRANDE (1730-1795). **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 285–302, 2016.
- RODRIGUES, M. G. M. Redes Transicionais de Advocacia pública: Estratégias e impactos – O projeto Planaflo e o Painel de Inspeção do Banco Mundial. **Contexto Internacional**, v. 24, n. 1, 2002.
- RÚBIO, R. de P. **Memória e território: sociogênese da luta pela terra dos assentados do Cafundão (Mariana-MG)**. 2015. 229 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

- RUNGE, C. F. Common property and collective action in economic development. **World Development**, v. 14, n. 5, 623-635, 1986. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(86\)90128-2](https://doi.org/10.1016/0305-750X(86)90128-2)
- RYEN, A. Research Ethics and Qualitative Research. In: SIRVERMAN, D. **Qualitative Research**. SAGE. P. 66- 90, 2016.
- S.O.S Mata Atlântica. Mata Atlântica. Acesso em: 19 de agosto de 2020 <https://www.sosma.org.br/>
- SANTOS, A. P.; PINTO, S. F.; CARVALHO, C. M. S.; PARO, S. P.; SOUZA, A. Z. Inferência sobre o conforto domiciliar rural do município de Viçosa-MG utilizando análises multicritério. **Anais.. XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.
- SANTOS, C. A. B. P. dos. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses**. 2010, 477 f., Tese (Doutorado) –Programa de pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- SANTOS, D. M. OS QUILOMBOLAS E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. **Revista de políticas públicas**. São Luís, v. 21, n. 2, 2017.
- SANTOS, R. P. **Da existência ilhada ao território: estratégias e trajetórias da comunidade de Croatá, MG na busca de conquistar seu território**. 2018. 237 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.
- SANTOS, S. M. et al. Percepção higiênico sanitária das comunidades rurais Viroleira e Buieió do distrito de Viçosa-mg. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 1044-1057, ago./dez. 2016.
- SANTOS, V. S. O Processo de Ocupação de Rondônia e o Impacto Sobre as Culturas Indígenas. **ITABAIANA: GEPIADDE**, Ano 08, V. 16, jul./dez. de 2014.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M. & CARVALHO, M. C. P. A Atualização do Conceito Quilombola: Identidade e território nas questões teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Ano V, n. 10, 2002.
- SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p.49-86, 1998.
- SEAS. Secretaria de Estado da Assistência e o Desenvolvimento Social. **Melhorias da Políticas Públicas para os Quilombolas de Rondônia é Discutida durante Encontro Estadual em Ji-Paraná**, 2019. (<http://www.rondonia.ro.gov.br/melhoria-das-politicas->

publicas-para-os-quilombolas-de-rondonia-e-discutida-durante-encontro-estadual-em-ji-parana/)

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Povos e comunidades tradicionais**, 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 27/08/2019.

SEPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2004.

SHNIEDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88–125, 2004.

SHORT, C. The traditional commons of England and Wales in the twenty-first century: meeting new and old challenges. **International Journal of the Commons**, v. 2, n. 2, p. 192–221, 2008.

SILVA, A. A., SILVA, A. C. G., PAULA, J. M.; SILVA, J. C.; SOUSA, L. F. O Processo de Des(re)territorialização dos Trabalhadores Nordestinos no Território Amazônico Durante os Ciclos da Borracha. **Revista Geografar**, v.5, n.1, p. 61-82, 2010.

SILVA, A. M. Análise da cobertura do solo do entorno de três Unidades de Conservação localizadas no estado de São Paulo. **HOLOS Environment**, v. 4, n. 2, 2004.

SILVA, B. R.; PASQUALOTTO, N.; WIZNIEWSKY, J. G. Trabalho informal temporário: estratégia de resiliência na Comunidade Quilombola Júlio Borges. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO, 6., 2017, Brasília. **Anais...** . Pará: Cadernos de Agroecologia. Anais... v. 13, n. 1, 2018.

SILVA, M. G. da. (2012). Territórios quilombolas no estado do Amapá: um diagnóstico. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Territórios em Disputas, os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, Uberlândia: UFU, 2012.

SILVA, N. T. C. ; FERREIRA NETO, J. A. . Rondônia: entre o estilo amazônico e a revitalização da noção econômica do desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento** , v. 9, p. 139-160, 2014.

SILVA, O. S. Quilombos do Sul do Brasil: movimento social emergente na sociedade contemporânea. **Revista Identidade**, f. 15, v. 1, p. 51-64. 2010.

SILVA, R. G. C. Espaço Sociedade e Natureza em Rondônia. **Revista GeoAmazônia**, v. 1, n. 2, p. 144-165, 2014.

SILVA, R. G. C., M, A. FRONTEIRA, DIREITOS HUMANOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS EM RONDÔNIA, **Anais...** SINGA, 2019.

- SILVA, R. G. C.; DANDOLINI, G. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito & Práxis**. V. 9, n. 1, p. 461-479, 2018.
- SILVA, S. J. Quilombolas and citizens: national projects and the right to land in Brazil. **African and Black Diaspora: An International Journal**, p. 2–20, 2016.
- SOBRINHO, José de. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra**. 2012. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-06032013-093947. Acesso em: 2020-08-24.
- SOUSA, J. R. M. de. **As diásporas maranhenses Codó: caminhos e descaminhos de um povo em movimento (1970-2010)**. 2016. 270 f. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SOUZA, E.; TOLEDO, C. C.; FERNANDES FILHO, E. I. Uso do solo na Zona da Mata, Minas Gerais. In: XIII Simpósio Brasileiro de geografia física aplicada, 2009, Viçosa. **Anais...** CD-ROM. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, p. 1-18, 2009.
- STAHLHOEFER, J. F. de B. **Juventude faxinalense: dinâmicas territoriais e retenção no campo**. 2019. 114 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, 2019.
- STAMP, D.; HOSKINS, W. G. *The Common Land of England and Wale (London, Colins)*, 1963.
- Stockholm Resilience Center. **What is resilience?**, 2015.
- SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e as alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo: Editora Elefante, 2016.
- TAPIA, F. J. B. Common lands and economic development in Spain. **Revista de Historia Económica**, v. 34, p. 111–133, 2016.
- TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. 2008. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-04052009-164145. Acesso em: 2020-08-24.
- TEIXEIRA, J. D. “Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais”, **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, 2005.

- TEIXEIRA, M. A. D. Quilombo de Jesus. Vale do Rio São Miguel/Rondônia. Aspectos da Ocupação Territorial. **Revista Saber Científico**, v. 1, n. 1, 2008.
- TEIXEIRA, T. H. “O GERAIS É DE QUEM NELE MORA, NÃO DE QUEM O EXPLORA”: A AÇÃO COLETIVA PELA TERRA COMUM DOS GERAIZEIROS DO NORTE DE MINAS GERAIS. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.
- TERENCE, M. F. **A acumulação capitalista entre o sangue e a imundice: processos de privatização de terras públicas federais no Sudeste Paraense**. 2018. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-11022019-150217. Acesso em: 2020-08-24.
- TOBLER, W. R. 1970. A computer movie simulating urban growth in the Detroit region. **Economic Geography**, 46:234-40.
- TORRES, Cibelih Hespanhol. **Mulheres do Buieíé: Histórias de vida de uma comunidade negra na Zona da Mata Mineira**. 2014. 98 f. Universidade Federal de Viçosa, 2014.
- TRINDADE, J.S.B.; MORAES, I. P. Quilombolas, territórios tradicionais e regularização fundiária: os impasses e desafios vivenciados no Estado do Amapá. **Anais... 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal RN, 2014.
- TURNER, M. G., GARDNER, R. H., & O'NEILL, R. V. Landscape ecology in theory and practice: Pattern and process. **New York**: Springer, 2001.
- VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-79, 1958.
- VAZ, A. C.; ANDRÉ, B. P. O sentimento de pertencimento de alunos do bairro da Rasa em Armação dos Búzios/RJ. **Revista Científica Internacional**. V. 11, n. 4, 2016.
- VEIGA, J. E. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. **Campinas: Autores Associados**, 2002
- VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo, **Difel**, 1976.
- VILLAMIL, I. M. P.; SANTOS, F. R. Capitalismo, Globalização e Cultura Afrodescendente no Município de Piracanjuba/GO: A Associação Quilombola Ana Laura. 2016. **Anais.. III Congresso de ensino, pesquisa e extensão da UEG**, 2016.
- VIVAN, A. M. Programas de extensão rural e o desenvolvimento de recursos humanos: um estudo comparativo dos resultados obtidos no Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 9, 2. trim. 1999.
- WARD, N.; MCNICHOLAS, K. Reconfiguring Rural Development in the UK: Objective 5b and the New Rural Governance. **Journal of Rural Studies**. V. 14, n. 1, p. 27-39, 1998.

WILKINSON, X. V. **TAPPING THE AMAZON FOR VICTORY: BRAZIL'S "BATTLE FOR RUBBER" OF WORLD WAR II.** 2009. 350 f. Georgetown University, 2009.

WILSON, O.; WILSON, G. Common cause or common concern? The role of common lands in the post-productivist countryside. **Area**, v. 29, n. 1, p. 45-58, 1997.

ZIPPERER, WAYNE C; MORSE, WAYDE C; GAITHER, Cassandra Johnson. Linking Social and Ecological Systems. *In*: NIEMELÄ, Jari (org.). **Urban Ecology**. [S. l.]: Oxford University Press, 2011. p. 298–366. <https://doi.org/10.1093/acprof>.